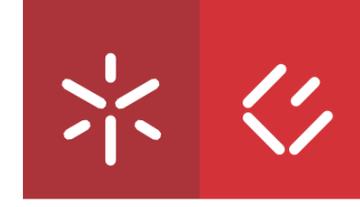




A paz moldavo-transnístria no espaço pós-soviético

Paulo Freitas da Silva

UMinho | 2023

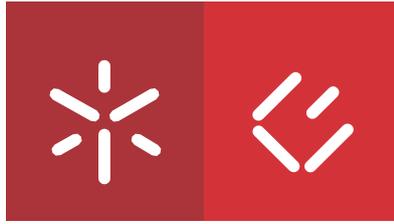


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Paulo Freitas da Silva

A paz moldavo-transnístria no espaço pós-soviético

julho de 2023



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Paulo Freitas da Silva

A paz moldavo-transnístria no espaço pós-soviético

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professora Doutora Sandra Dias Fernandes

julho de 2023

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

A todos aqueles que fizeram parte e marcaram o meu percurso académico ao longo destes anos, desde os professores, aos colegas e amigos, o meu sincero agradecimento.

Um agradecimento em particular à Professora Doutora Sandra Dias Fernandes, pelo rigor científico e por todo empenho que demonstrou ao longo deste processo.

À minha família, e em especial à minha mãe, por todo o apoio prestado e por assegurarem que este momento fosse possível.

Aos quatro sábios que me acolheram e às nove que acolhi.
Aos quatro irmãos que este percurso me deu.

Ao Grupo Académico Trovadores, pelo escape que proporcionaram nos momentos mais negros deste percurso e pela confiança em mim depositada.
Àqueles amigos que permitiram alcançar este marco, em particular a Bia, o Bruno, a Sílvia e a Teresa.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

"A paz moldavo-transnístria no espaço pós-soviético"

Resumo

A queda da União Soviética despoletou uma série de conflitos na sua orla que moldaram o mundo geopolítico da época. Enquanto a maioria destes conflitos já findou, uma parte destes assistiram ao cessar da violência, mas nunca à sua resolução total. Dentro destes conflitos, destaca-se o caso moldavo-transnístrio, que, apesar de perdurar até aos dias de hoje, não experienciou um novo escalar de violência armada desde o cessar-fogo de 1992, distinguindo-o dos restantes. Ademais, a Transnístria sobrevive até aos dias de hoje enquanto um Estado *de facto*, governando-se à parte da Moldávia, a qual integra *de jure*, não sendo, no entanto, reconhecida por nenhum membro da Comunidade Internacional. De modo a compreender o porquê desta conjuntura e a que se deve a sobrevivência da Transnístria e manutenção do *status quo* do conflito gelado em que se insere durante as duas primeiras décadas do século, iremos, a partir de uma revisão bibliográfica extensiva e utilizando o realismo enquanto lente teórica, analisar de que modo os fatores internos transnístrios contribuíram para este fenómeno, focando-nos, posteriormente, no apoio russo e na utilidade da Transnístria para os interesses de Moscovo na região. Por fim, trabalharemos a política externa da Transnístria face aos principais atores estatais envolvidos no conflito moldavo-transnístrio, a Rússia, a Ucrânia e a própria Moldávia, com a finalidade de determinar como Tiraspol procurou assegurar a sua sobrevivência através das suas relações externas. Concluimos que a manutenção do estatuto "gelado" do conflito se deve sobretudo à projeção de interesses russos na região, que a levam a sustentar vitalmente a Transnístria, mas sem a reconhecer enquanto entidade soberana no panorama internacional, de modo a impedir a adesão de Chisinau às instituições ocidentais e um avanço destas dentro do *near abroad* da Federação Russa. Simultaneamente, a política identitária simbólica de Tiraspol e o fenómeno migratório que afasta a população ativa do território previnem revoltas internas, enquanto as relações externas do segundo e terceiro presidentes transnístrios se focam na construção de relações bilaterais com os Estados da região e procuram assegurar o desenvolvimento da Transnístria dentro do seu *status quo*.

Palavras-chave: Conflito gelado, Moldávia, política externa, Rússia, Transnístria,

"The Moldovan-Transnistrian peace in the post-Soviet space"

Abstract

The fall of the Soviet Union ignited a series of conflicts in its vicinity that shaped the geopolitical world of then. While most of these conflicts have already ceased, some bore witness to an end of its violence but never experienced the full resolution of the conflict itself. Among these, the Moldovan-Transnistrian case stands out due to the lack of a new escalation in armed confrontations since the ceasefire of 1992 despite lasting until our times, something that differentiates it from the remaining conflicts of the type. Furthermore, Transnistria survives until today as a *de facto* State, governing itself independently from Moldova, which it integrates *de jure*, lacking however recognition from a single member of the international community. So as to understand why such conjuncture has stood and to what do we owe the Transnistrian survival and maintenance of the frozen conflict's *status quo*, through an extensive literature review and use of the realist theory as optical lens we'll analyse how for the first two decades of the current century its internal factors have contributed to this phenomenon, focusing afterwards on the Russian support and Transnistria's usefulness to Moscow's interests in the region. Lastly, we'll go over the Transnistrian foreign politics regarding the main stately actors involved in the Moldovan-Transnistrian conflict, namely Russia, Ukraine and Moldova itself, for the purpose of ascertaining how Tiraspol has attempted to secure its survival through its foreign relations. We conclude that maintenance of the conflict's frozen status is observed mostly due to Russia's projection of interests in the region, which has led it to vitally sustain Transnistria in spite of not recognizing the territory as a sovereign entity in the international panorama to prevent Chisinau's accession to Western institutions and their advance inside the Russian Federation's *near abroad*. Meanwhile, Tiraspol's symbolic identity politics and the migratory phenomenon that sends the active population away from the territory prevent internal rebellions, while the foreign relations under the lead of the second and third Transnistrian presidents focus on building bilateral relations with the region's States and seek to secure Transnistria's development under its *status quo*.

Keywords: Frozen conflict, Moldova, foreign policy, Russia, Transnistria

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	viii
Justificativa e relevância do tema.....	1
Problemática.....	4
Metodologia e quadro teórico.....	5
Estado da arte.....	11
Grandes conceitos.....	14
Estrutura da dissertação.....	19
1 HISTÓRIA DA RELAÇÃO ENTRE A MOLDÁVIA E A TRANSNÍSTRIA.....	19
2 CARACTERIZAÇÃO GEOPOLÍTICA E ECONÓMICA DA TRANSNÍSTRIA	26
2.1 O caso da pluriétnicidade da Transnístria	32
3 A RELEVÂNCIA DA TRANSNÍSTRIA PARA A RÚSSIA E SUA INFLUÊNCIA NO TERRITÓRIO	35
3.1 Política Externa Russa.....	35
3.2 Propósito da Transnístria nas relações russo-moldavas.....	40
3.3 Negociações e tentativas de resolução do conflito.....	43
3.4 Forças militares russas na Transnístria	45
3.5 Apoio russo à Transnístria.....	47
3.6 Visão da Transnístria da Rússia.....	50
3.7 Tensões entre a Transnístria e a Rússia	53
4 POLÍTICA EXTERNA DA TRANSNÍSTRIA.....	55
4.1 O caso da Rússia	58
4.2 O caso da Ucrânia	61
4.3 O caso da República da Moldávia.....	64
4.4 Considerações finais,.....	70
5 CONCLUSÃO.....	71
6 BIBLIOGRAFIA	75

Lista de Abreviaturas

CEI- Comunidade dos Estados Independentes

ENSR- Estratégia Nacional de Segurança da Rússia

EUBAM- European Union Border Assistance Mission

EUA- Estados Unidos da América

NATO- North Atlantic Treaty Organization

ONU- Organização das Nações Unidas

OSCE- Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

RSSM- República Socialista Soviética Moldava

UE- União Europeia

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

Justificativa e relevância do tema

O colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991 foi dos eventos mais importantes da década de 90 do século passado, em parte porque dele ergueram-se diversos novos Estados independentes na Eurásia. Contudo, surgiram igualmente novos conflitos e reacenderam-se disputas antigas, sendo que muitas delas continuam por resolver até aos dias de hoje (Lachert, 2019).

A URSS foi fundada com base no etnofederalismo, que colocava a multietnicidade no seio da vida social e política, e encontrava-se dividida em diversas unidades administrativas. Destas, destacavam-se as 15 repúblicas socialistas soviéticas que, por sua vez, podiam conter dentro de si outras repúblicas socialistas soviéticas autónomas, bem como *oblasts* e *okrugs*¹ autónomos, cujo propósito passava por representar os povos que habitavam estes territórios (Sotiriou, 2017).

Na sequência da dissolução da URSS, a Comunidade Internacional determinou que somente as repúblicas socialistas soviéticas seriam reconhecidas enquanto Estados soberanos. Segundo Hewitt (2009), esta decisão veio ignorar a manipulação de fronteiras internas por parte dos líderes da União Soviética, manipulação esta que veio separar comunidades e criar exclaves étnicos dentro das várias repúblicas, e legitimou ditas fronteiras no cenário internacional.

Com muitas etnias espalhadas pelo território soviético, uma significativa parte delas passou a integrar unidades administrativas que não correspondiam à da sua nação. Milhões de cidadãos passaram a integrar um Estado cuja etnia dominante não era a sua. A nação russa foi especialmente afetada, passando a encontrar-se dividida por fronteiras internacionais até então inexistentes. Em múltiplos casos, surgiram confrontos interétnicos violentos em diversos territórios, sendo as minorias muitas vezes alvo de discriminação nestes novos Estados, onde pertencer à etnia dominante constituía uma vantagem fulcral para possuir melhores condições de vida (O'Loughlin, Toal, & Kolosov, 2016).

A Transnístria foi um dos territórios que testemunhou uma violenta escalada do conflito no seguimento do colapso da URSS. Oficialmente, a região pertence *de jure* à República da Moldávia, Estado soberano que surgiu da antiga república socialista soviética e que a Transnístria passou, conseqüentemente, a integrar à luz do Direito Internacional. Não obstante, a República Moldávia

¹ Tipos de divisões administrativas das repúblicas socialistas soviéticas

Peridniestriana, entidade pró-russa que afirma soberania sobre a mesma, não é reconhecida por nenhum Estado. Aquando da dissolução da URSS, o território experienciou uma guerra civil entre as forças moldavas e as forças da Transnistria. Mesmo após um cessar-fogo e fim da violência, o conflito nunca chegou a ver uma resolução efetiva, perdurando as tensões até aos dias de hoje. Este impasse no que toca a encontrar uma solução para a disputa moldavo-transnístria acabou por transformar a situação num conflito gelado (Cojocar, 2006).

Tal situação persiste graças a um variado leque de razões. Um dos grandes responsáveis por este *status quo* é a Rússia, que apoiou o lado transnístrio aquando da guerra civil (O'Reilly & Higgins, 2008) e tem, desde então, sustentado a região a nível económico e exercido a sua influência sobre o mesmo (Franco, 2016; Necsutu, 2019). É também a Federação Russa que providencia recursos energéticos a Tiraspol, procurando utilizar o carácter pró-russo do território como arma contra a aproximação moldava ao mundo ocidental (Kolstø, 2020; Rogstad, 2016). A população eslava da Transnistria apresenta, igualmente, uma forte aproximação à Ucrânia, com quem partilha uma fronteira e laços culturais, fruto da significativa população ucraniana do território (Franco, 2016), tendo Kiev e Moscovo sido dois dos principais mediadores do conflito ao longo dos anos (Cimmino, 2019).

A presente dissertação de mestrado visa analisar o conflito gelado que se vive entre a República da Moldávia e a Transnistria, numa altura em que se observa o regresso da agressão territorial e da guerra aberta na Europa, mais concretamente com a invasão russa da Ucrânia, ambos países na vizinhança de Chisinau e Tiraspol e atores centrais no conflito moldavo-transnístrio. Para além de determinante para o futuro geopolítico europeu, a guerra em questão poderá provar-se decisiva para o destino do conflito em análise (Calugareanu & Verseck, 2023; Solovyov, 2022). Uma vitória russa permitiria concretizar o já-declarado objetivo de ligar Donbass à Transnistria, alastrando, inevitavelmente, o conflito até à Moldávia e retirando o estatuto de "gelado" ao conflito (Cafiero, 2022), enquanto um triunfo ucraniano danificaria, ainda mais, a imagem, autoridade e influência da Federação dentro do seu *near abroad*, podendo esta perder mesmo o seu posto estratégico no Dniestre (Solovyov, 2022).

Quase três décadas mais tarde, ainda não foi possível chegar a um acordo entre ambos os lados quanto à resolução da questão, isto apesar da ausência de conflito armado e das constantes negociações para a paz, lideradas pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e com a intervenção da Rússia, Ucrânia, União Europeia (UE) e Estados Unidos da América (EUA) (Rogstad, 2016). Esta divisão *de facto* da Moldávia em duas entidades distintas levou à criação

de uma identidade da Transnístria, sendo que, para as gerações mais recentes do território, educadas no seio deste clima, é inconcebível uma realidade em que não exista um Estado transnístrio, mesmo que este não usufrua de reconhecimento a nível internacional (Cojocar, 2006).

A Transnístria não foi, contudo, o único território no espaço pós-soviético a experienciar este tipo de violência no seguimento da dissolução da União Soviética. A Abecásia, Ossétia do Sul, ambas na Geórgia, e o Nagorno-Karabakh, enclave arménio no Azerbaijão, bem como partes do Leste da Ucrânia, também testemunharam disputas violentas aquando das respetivas tentativas de emancipação (O'Loughlin, Toal, & Kolosov, 2016). Estas foram motivadas, sobretudo, por questões étnicas e pelo sentimento de não pertença e subjugação face ao Estado no qual os territórios se inseriam (Atanesyan, 2020; O'Loughlin, Kolosov, & Toal, 2014). Para além de unidos pela procura de reconhecimento internacional, estes territórios são agrupados na literatura enquanto exemplos de conflitos gelados (Bebler, 2015, Corrêa Ribeiro, 2016; Fernández-Molina, 2019; Lachert, 2019) e constituem uma importante peça dos interesses geopolíticos e política externa da Rússia no seu *near abroad* (O'Loughlin, Toal, & Kolosov, 2016). Enquanto os seus países de origem, à exceção da Arménia e Azerbaijão, procuram uma aproximação ao Ocidente, a Rússia faz uso da influência e controlo que detém sobre estes territórios, bem como da ameaça de reacendimento de conflito, para impedir uma maior aproximação dos Estados face à sua oposição (Kosienkowski, 2012). Simultaneamente, a vasta maioria da população local considera os territórios parte do *ruskiy mir*² (O'Loughlin, Toal & Kolosov, 2016). Contudo, à exceção da Transnístria, os restantes experienciaram um "degelo" e consequentes confrontos violentos nos últimos anos: a Abecásia e a Ossétia do Sul em 2008 e o Nagorno-Karabakh mais recentemente em 2020 (Grant, 2017).

Para além de não ter reaquecido, o caso da Transnístria tem a particularidade de se encontrar na fronteira das áreas de influência da Organização do Tratado Atlântico Norte (NATO³), e da Federação Russa, as maiores potências militares na Europa. Apesar das regiões da Crimeia e Leste ucraniano também se encontrarem na Europa e num espaço geopoliticamente importante para estes atores, o caso transnístrio destaca-se devido ao cenário bem real da Moldávia, país cuja legitimidade de jurisdição sobre o território em causa é internacionalmente reconhecida, reunificar-se com a Roménia, membro da NATO e da União Europeia, com quem partilha um passado comum, algo que a Transnístria sempre temeu (Cojocar, 2006). Pesa igualmente o facto de diversos cidadãos moldavos

² "Mundo russo" em russo

³ Sigla inglesa, referente a "North Atlantic Treaty Organization"

possuírem cidadania romena e muitos transnístrios russa (Kosienkowski, 2012). Caso, de facto, se verificasse uma reunificação, um novo escalar de tensões e eventual guerra significaria um conflito aceso entre a NATO e a Rússia em pleno continente europeu, um cenário, certamente, negro. Mesmo que a Moldávia e a Roménia permaneçam entidades independentes uma da outra, aquela já por várias vezes deu a entender o seu desejo de integrar a União Europeia, sem sucesso até agora, o que diminuiria o *near abroad* russo e causaria descontentamento na Transnístria, que se identifica com o Leste e não com o Ocidente.

Simultaneamente, uma integração com a Ucrânia, a qual já foi proposta pelos líderes transnístrios, poderia envergar pelo mesmo caminho, uma vez que o governo de Kiev também procura aproximar-se das instituições ocidentais. Apesar de um passado em comum e de uma significativa porção da população da Transnístria ser constituída por ucranianos e outros povos eslavos, a Ucrânia não se mostra muito recetiva à ideia de integrar a Transnístria, com a qual partilha uma fronteira, no seu território, mantendo-se do lado moldavo (Kosienkowski, 2012; Ukrinform, 2021).

Problemática

A pergunta à qual esta investigação se propõe a responder é "Porque é que o conflito moldavo-transnístrio não voltou a experienciar confrontos armados desde o início do século até ao final de 2021?". O propósito é compreender o porquê de a região da Transnístria não ter voltado a experienciar um conflito armado desde o final da guerra de 1992, característica que a distingue dos restantes conflitos gelados resultantes do colapso da União Soviética.

O estudo visa a análise do conflito transnístrio, desde os seus primórdios até aos dias de hoje, de elementos tanto históricos, como geopolíticos da região em causa, nomeadamente a formação do conceito atual da Transnístria e do seu governo, quais as razões que despoletaram uma guerra civil com a Moldávia, o porquê da não-resolução do dito conflito e o valor estratégico transnístrio para o futuro da região. Para tal, procurar-se-á, primeiramente, entender o que levou à formação do território da Transnístria e as causas do conflito entre esta e a Moldávia, averiguando-se, *a posteriori*, quais as características internas da Transnístria e de que forma estas poderão ter contribuído para a preservação da ausência de conflito armado no seu ceio.

Será do mesmo modo fulcral compreender a que se deve o apoio russo que sustentou o Estado *de facto* ao longo dos anos, sob que moldes foi prestado e qual a utilidade da Transnístria para a Federação. Por fim, dever-se-á analisar a política externa da Transnístria, durante as primeiras duas

décadas do século XXI, face aos principais atores estatais da região e com quem interage, a Federação Russa, a Ucrânia e a República da Moldávia, e qual o seu impacto na manutenção do *status quo*.

Este estudo pretende expor o caráter único da conjuntura na qual a Transnístria se encontra inserida, mostrando como diversas circunstâncias e ações por parte de diferentes atores impediram que o conflito de 1992 se reacendesse e em que medida esta se diferencia dos conflitos gelados nos territórios do Cáucaso e do Mar Negro, que experienciaram novos períodos de conflito armado neste século. Destaca-se a decorrente guerra entre a Rússia, principal aliado de Tiraspol, e a Ucrânia, com quem partilha uma fronteira. Expondo-se a singularidade do caso transnístrio, será mais fácil compreender se está de facto presente o risco de um futuro ressurgimento de violência na área. O período de análise do estudo estende-se, então, desde 2001 até 2021.

Metodologia e quadro teórico

A dissertação proposta consiste num estudo de caso. O autor Gerring (2004) define este como “(...) um estudo intensivo de uma unidade singular com o propósito de compreender uma maior classe de unidades semelhantes.”⁴ (Gerring, 2004, p.342). Este acrescenta que a unidade em questão se apresenta como um fenómeno delimitado no espaço e tempo, podendo este último ser expresso de forma explícita ou implícita. Tal definição aplica-se ao estudo em questão, no sentido em que o conflito gelado entre a Moldávia e Transnístria constitui a unidade em apreço e os restantes conflitos da mesma categoria resultantes da queda da União Soviética a classe de unidades à qual este pertence.

A dissertação constitui igualmente um estudo qualitativo, na medida em que procura compreender o fenómeno em causa através da análise de dados históricos e da bibliografia, nomeadamente artigos científicos e fontes primárias, pertinentes ao propósito da investigação, juntamente com o levantamento de certas informações patentes nos meios de comunicação social nacionais e internacionais relevantes para o estudo (della Porta & Keating, 2012).

Sendo assim, epistemologicamente deparamo-nos com uma abordagem interpretativista, uma vez que se analisa o comportamento dos atores em foco, de modo a compreender a realidade estudada. Marsh & Furlong (2002) defendem que o interpretativismo reconhece que não existe uma verdade objetiva, sendo construída social e discursivamente e dependente da interpretação de cada ator. O mundo só existe com base no conhecimento que temos sobre ele.

⁴ “(...) an intensive study of a single unit for the purpose of understanding a larger class of (similar) units.”; tradução livre do original

A perspectiva teórica utilizada para a análise do estudo será o realismo. Esta ótica destaca-se, segundo Devetak (2011), por ter os Estados como os principais atores do Sistema Internacional, sendo estes caracterizados pela sua natureza soberana e pelo desejo de dominar os restantes. Estes competem entre si para assegurar a sua sobrevivência, sendo a paz somente alcançável através de um equilíbrio de poder e interesses entre os Estados. O conflito funciona como base do realismo, aplicando-se a lei da sobrevivência do mais forte, lutando os Estados entre si para defender o seu território, garantir a sua segurança e pelos mais variados interesses, sendo que estes interesses dos Estados se sobrepõem aos dos restantes atores (Devetak, 2011; Mearsheimer, 2001). Mendes (2019) aborda simultaneamente a vertente do realismo ofensivo, segundo a qual "(...) os estados devem, sempre que possível e exequível, aumentar o seu poder através de conquistas de poder – mesmo através de guerras/invasões territoriais –, uma vez que o seu objetivo último é alcançar a hegemonia no sistema (...)" (Mendes, 2019, p.98). É deste modo que as superpotências cimentam o seu poder e asseguram a sua segurança.

A corrente realista encontra-se inserida no chamado primeiro grande debate das Relações Internacionais, entre o realismo e o idealismo. Aquele surge como uma resposta ao fracasso do idealismo em explicar os eventos dominantes da década de 1930 e travar a ascensão ao poder de Hitler, sendo que Morgenthau responsabiliza a abordagem idealista por ambas as guerras mundiais (Ashworth, 2002). O realismo tornou-se a corrente dominante ao longo da Guerra Fria, uma vez que, para os académicos da disciplina, explicava melhor o clima vivido durante esta altura. As Relações Internacionais caracterizavam-se pela luta pelo poder entre Estados egocêntricos e pelo pessimismo quanto ao fim do conflito e da guerra, fornecendo o realismo "(...) explicações simples, mas poderosas para a guerra, alianças, imperialismo, obstáculos à cooperação e outros fenómenos internacionais (...)"⁵ (Walt, 1998, p. 31) e salientando a ênfase na competição interestatal, algo consistente com as principais dinâmicas américo-soviéticas.

Dentro da disciplina das Relações Internacionais, o realismo desenvolveu-se não enquanto uma única teoria coesa, mas passando a cobrir um grande espectro intelectual. Mendes (2009) afirma existirem diversas formas de abordar a teoria, pelo que, conseqüentemente, esta possui diferentes interpretações. Simultaneamente, Kristensen (2018) e Walt (1998) salientam a existência de "realistas clássicos" e "neorrealistas" como prova da diversidade teórica, sendo que o realismo se desenvolveu

⁵ "(...) simple but powerful explanations for war, alliances, imperialism, obstacles to cooperation and other international phenomena (...); tradução livre do original

consideravelmente ao longo da Guerra Fria. Os primeiros focavam-se no desejo inato dos Estados de dominar os restantes e no sistema multipolar de equilíbrio de poder, sendo que os segundos, em contrapartida, direcionam os seus estudos para os efeitos do Sistema Internacional, anárquico por natureza, onde cada Estado procura a sua própria sobrevivência (Walt, 1998). De realçar que, no realismo, a anarquia não se apresenta enquanto o caos ou inexistência de ordem, mas sim enquanto um princípio que determina a ausência de uma autoridade central acima dos Estados. O Sistema Internacional apresenta-se enquanto anárquico, pois não possui um órgão que governa sobre estes (Mearsheimer, 2001; Waltz, 1979). Ashworth (2002) indica igualmente que o realismo "(...) passou a significar várias coisas (...)"⁶ e que "(...) aqueles que se apelidam de realistas cobrem um vasto espectro do pensamento."⁷ (Ashworth, 2002, p. 35).

O realismo define os Estados enquanto os principais atores das Relações Internacionais, competindo entre si, guiados pelos próprios interesses, para assegurar a sua sobrevivência, o seu principal objetivo (Morgenthau, 1948). Trata-se de uma competição constante pela segurança estatal e dominância sobre outros ocorrendo num ambiente de anarquia. Devetak (2011) realça o carácter repetitivo da história e uma visão global pessimista enquanto características do realismo, sendo que Walt (1998) destaca o poder económico e sobretudo militar como os principais instrumentos utilizados pelos Estados nesta sua disputa contínua. Segundo Katzenstein e Sil (2009), os realistas procuram explicar padrões concretos da política mundial e identificar medidas pragmáticas para desenvolver a diplomacia e a ordem mundial. Dentro dos objetos de estudo do realismo, existe um foco na política de poder entre Estados racionais integrados num sistema anárquico e um foco empírico na segurança e conflito inerente à luta pelo poder, desde a política de poder e ascensão de potências ao equilíbrio de poder, à estratégia militar, diplomacia coerciva e intimidação (Kristensen, 2018).

O paradigma tem igualmente como questão central o equilíbrio de poder, segundo o qual só através deste poderá a paz entre Estados ser alcançada. Os realistas entendem a paz enquanto a ausência de guerra e violência manifesta, sendo que a vertente neorrealista explora a paz relativa, nomeadamente através do conceito de destruição mútua assegurada, muito latente no período da Guerra Fria entre as superpotências americana e soviética (Jehangir, 2012; Wivel, 2018). Defende-se que o conflito, que funciona como base do realismo, é endémico e que se lhe aplica a lei da

⁶ "(...) has come to mean many things (...)"; tradução livre do original

⁷ "(...) those who call themselves realists cover a broad spectrum of thought."; tradução livre do original

sobrevivência do mais forte. Se, no sistema anárquico em que se insere, cada Estado pode utilizar a força para alcançar os seus objetivos, estes vão procurar defender-se contra a possibilidade de um Estado acumular tamanho poder para subjugar os restantes à sua vontade ou mesmo eliminá-los. Procurando constantemente antecipar possíveis ameaças à sua sobrevivência, um Estado poderá focar-se no desenvolvimento das suas próprias competências, tratando-se de um equilíbrio interno, ou agregar o seu poderio ao doutros e formar alianças, um equilíbrio externo (Katzenstein & Sil, 2009). Segundo Ashworth (2002), a maioria dos conflitos a nível internacional prendiam-se com disputas sobre partilha de poderes, não existindo uma harmonia intrínseca de poderes. Para Morgenthau (1978), um dos grandes nomes do realismo, o equilíbrio de poder é natural à sociedade humana, bastando olhar para a história da Humanidade para perceber que o ser humano é governado pelos próprios interesses. Este equilíbrio de poder é anárquico, tal como o Sistema Internacional, e a sua observância no panorama internacional resulta do carácter anárquico, amoral e instável das relações de poder encontradas no patamar internacional. A política e a sociedade em geral são governadas por leis com base na natureza humana, que determinam o comportamento dos diversos atores (Morgenthau, 1978).

Também relacionada com o equilíbrio de poder, a premissa realista do equilíbrio da ameaça prevê que os Estados vão procurar equilibrar-se perante as ameaças. Estas são impulsionadas por uma combinação de três variáveis-chave: as capacidades globais, ou seja, o potencial militar e económico de determinado ator, geografia e a perceção de intenções agressivas. Se um Estado se tornar particularmente poderoso e a sua localização e comportamento alimentarem perceções de ameaça por parte doutros Estados, estratégias de equilíbrio vão dominar a política externa destes (Katzenstein & Sil, 2009).

Mearsheimer (2001), figura central do realismo ofensivo, argumenta que as grandes potências competem entre si pelo poder e hegemonia. Os Estados são perigosos uns para os outros, uma vez que detêm um certo poderio militar que pode ser utilizado para atacar outros Estados, sendo que as grandes potências possuem suficiente para danificar ou mesmo destruir terceiros. Simultaneamente, estes nunca podem ter a certeza das intenções dos outros ou que dito poderio militar não será utilizado contra si. Sendo a sobrevivência o principal objetivo dos Estados, para Mearsheimer (2001), estes temem-se uns aos outros, na medida em que outros detêm o poderio militar para os atacar e conquistar, sendo fulcral a desconfiança e suspeita face às ações dos outros Estados. O realismo ofensivo insere-se no pensamento neorrealista, que advoga que, o Estado, devido ao carácter anárquico

em que se insere, procura a aquisição de poder para garantir a sua sobrevivência neste sistema onde qualquer outro o pode atacar e nenhum Estado ou outra entidade o virão salvar (Waltz, 1979).

Deste modo, a ótica realista é a mais adequada ao estudo em causa, uma vez que este analisará questões de segurança e equilíbrio de poder no Leste Europeu, questões fulcrais para o realismo. De maneira a determinar o papel que as relações da Transnístria com os seus vizinhos, nomeadamente a Rússia, Ucrânia e Moldávia, tiveram no não-reaquecimento do conflito moldavo-transnístrio, é necessário examiná-las através de um quadro que trabalhe as noções do ator estatal, no caso da Transnístria, proto-estatal, da guerra, da diplomacia, da segurança e do equilíbrio de poder. O realismo não só privilegia estas temáticas, como as tem no centro da disciplina das Relações Internacionais, daí a sua escolha para o estudo em causa. A luta pela supremacia entre os Estados da região moldou a Transnístria e a sua relação com os atores que a rodeiam, sendo que a constante ameaça de conflito armado, ainda mais do que aquele de 1992, é algo que continua a influenciar o equilíbrio de poder regional (Harrel, 2009). Simultaneamente, apesar de carecer de reconhecimento internacional, a Transnístria funciona, na prática, enquanto um Estado, sendo possível defini-la enquanto tal e aplicar-se-lhe o paradigma realista (Harrel, 2009).

O paradigma realista permite uma análise da política externa da Federação Russa, um dos principais atores no conflito moldavo-transnístrio e da região, tanto face a Chisinau e Tiraspol, como a nível do Leste Europeu. A política externa russa gira em torno do realismo geopolítico, sendo a maior prioridade estatal a sua soberania, integridade territorial, independência e afirmação no espaço internacional. Isto é, o aumento da influência de um outro ator é interpretada como uma tentativa de diminuir a sua influência, o que pode levar Moscovo a recorrer a meios bélicos para restabelecer o equilíbrio de poder, tal como exemplificam os casos da guerra russo-georgiana em 2008 e da anexação da Crimeia em 2014. A Rússia vê a imposição de valores e normas externas como uma política altamente intrusiva. Considerando a sensibilidade russa ao alargamento da UE e NATO, alargamento este que poderia incluir a Moldávia e, conseqüentemente, o território transnístrio, Domingues (2021) assume que predomina a rivalidade e competição estratégica entre os atores em questão. A refusa da Rússia em permitir a integração moldava em instituições ocidentais, como a UE ou a NATO, é justificada pela mudança no equilíbrio de poder que tal acarretaria (Harrel, 2009), ocorrendo o mesmo com o caso russo-ucraniano. No entanto, este último caso apresenta-se como ainda mais fulcral que o russo-moldavo, devido à maior importância estratégica da Ucrânia para a Rússia (Rogstad, 2016). A Rússia considera as relações entre a UE e a Ucrânia uma ameaça aos seus

interesses, o que a leva a procurar restabelecer o equilíbrio de poder com o Ocidente (Domingues, 2021). Estados que formavam antigas repúblicas socialistas soviéticas, como a Moldávia e a Ucrânia, procuram aliar-se ou mesmo integrar estas instituições ocidentais para garantir a sua sobrevivência face a uma Rússia expansionista (Lambert-Deslandes, 2022).

A Rússia utiliza igualmente a sua posição enquanto potência energética e principal fornecedor de gás a grande parte do continente europeu, nomeadamente no Leste, como trunfo na luta pela supremacia regional, influenciando decisões políticas e situações de conflito. No caso moldavo-transnístrio, esta apresentava-se enquanto o centro industrial da República Socialista Soviética da Moldávia (RSSM) e era a partir dela que se fazia a grande maioria da distribuição energética para o resto do território. Tal situação não sofreu alterações após a guerra de 1992, sendo que companhias russas compraram as da Transnístria e passaram a controlar o seu fornecimento de gás e eletricidade ao resto da Moldávia. Segundo Harrel (2009), pode-se considerar esta situação como um exemplo da Rússia recorrer a diferentes meios para inclinar a balança do equilíbrio de poder na região a seu favor. A dependência da UE no seu fornecimento de gás é vista por Moscovo como uma fraqueza, deixando-a mais vulnerável à pressão russa e permitindo que a Federação alcance os seus objetivos políticos (Domingues, 2021). A importância da Transnístria para a Rússia em promover os seus interesses na região, mais concretamente em mantê-la sob a área de influência da Federação, mesmo que contra a vontade da Moldávia, vai também de encontro à premissa da necessidade de os Estados colocarem os seus interesses à frente dos demais (Meira, 2021).

Uma crítica regularmente apontada ao paradigma realista é o seu foco em atores estatais, sendo acusado de não ter em devida consideração os não-estatais (Nye & Keohane, 1971; Pierman, 2015; Valensi, 2015). É necessário compreender que, atualmente, considera-se não existir uma teoria singular denominada de "realismo", mas sim diversas variantes da mesma (Harrel, 2009; Kristensen, 2018; Mendes, 2009; Walt, 1998). Algumas destas vertentes, como a neoclássica, incluem estes atores enquanto componentes e variáveis que explicam o comportamento dos Estados no panorama internacional. A vertente defensiva do realismo reconhece a crescente importância dos agentes não-estatais na dinâmica das relações regionais e globais. O foco analítico das diversas variantes realistas centra-se em explicar o comportamento dos Estados e acontecimentos a nível da política internacional, e não as ações de outros agentes (Laksmana, 2013).

O realismo considera que as organizações e instituições internacionais, como a UE e a NATO, cuja relação com a Transnístria e restantes atores da região, e conseqüente impacto nela, é analisada

neste trabalho, possuem de facto um papel no panorama das Relações Internacionais, servindo como um meio para os Estados atingirem os seus objetivos. Quando, numa determinada situação, a criação ou integração numa organização internacional constitui o cenário mais vantajoso para um Estado, o realismo não vai descartar o seu impacto ou contributo. Vertentes como o neorealismo, o realismo ofensivo e o defensivo têm estes atores em conta, mas não consideram que tenham um impacto na política estatal. Refletem, em contrapartida, os interesses dos Estados e as suas limitações (Laksmana, 2013).

A premissa realista de que os Estados são os principais agentes das Relações Internacionais, portanto, não incorre em erro devido ao papel dos atores não-estatais, nomeadamente organizações e instituições internacionais, no panorama contemporâneo, uma vez que o realismo os vê enquanto instrumentos dos Estados, não alterando o comportamento ou objetivos dos agentes estatais (Ataman, 2003).

Estado da arte

Três décadas após o fim do conflito armado, a Transnístria e o seu estatuto, quer enquanto conflito gelado, quer enquanto Estado *de facto*, tem vindo a ser extensamente trabalhado na literatura. Klosek, Baheský, Smetana & Ludvík (2020) e Grant (2017) definem em detalhe o caso transnístrio enquanto exemplo de um conflito gelado resultante da queda da URSS, que levou à criação de outros casos da mesma natureza, aprofundando Grant (2017) também o carácter *de facto* que caracteriza o território. A nível interno, Jarzabek (2019), Lungu (2016) e Porzucki (2014) trabalham a crise económica que caracteriza o panorama transnístrio, enquanto Osipov & Vasilevich (2019) tratam o seu carácter pluriétnico e em que medida este afeta, ou não, a estabilidade da região.

É um consenso entre a literatura que foi possível à Transnístria sobreviver até aos dias de hoje nos moldes em que o faz graças ao forte apoio russo, do qual está substancialmente dependente e que engloba diversas áreas fundamentais à sobrevivência de uma entidade que pretende autogovernar-se, e seu papel nas negociações para a resolução do conflito. O'Reilly & Higgins (2008) analisa o papel da Rússia na Transnístria a partir de um ponto de vista mais jurídico, detalhando, juntamente com Necsutu (2019), a presença militar russa em território transnístrio, uma constante desde os tempos do conflito armado com a Moldávia, e as vantagens estratégicas que esta fornece a Moscovo. O extenso apoio económico é recorrentemente trabalhado aquando da caracterização do Estado *de facto* (Franco,

2016, Kosienkowski, 2019) e Kolstø (2020) analisa a extensão da intervenção russa na política da Transnístria.

Contudo, a literatura também é extensa no que toca ao papel da Transnístria na política externa russa, razão pela qual a sua sobrevivência é assegurada por Moscovo. Harrel (2021) toca na relação russo-transnístria inserida no contexto da dependência energética da Moldávia na Rússia, enquanto Franco (2016) e Corrêa Ribeiro (2016), por sua vez, exploram mais aprofundadamente como a manutenção da Transnístria enquanto território pró-russo dentro do espaço *de jure* de Chisinau impede que este alinhe, por completo, com a agenda de instituições ocidentais, nomeadamente da União Europeia e da NATO, mantendo a Moldávia dentro do seu espaço de influência, e que ditas instituições avancem ainda mais sobre o *near abroad* russo, algo que Moscovo vê como uma ameaça direta à sua hegemonia regional. Cruz & Fernandes (2022), Fernandes (2021) e Fernandes & Cruz (2022) trabalham amplamente a nova Estratégia Nacional de Segurança da Rússia de 2021, que vem melhor enquadrar a Transnístria com os objetivos da Federação no território, algo igualmente explorado por Telenko & Prysiazhniuk (2021).

A Transnístria faz fronteira com dois países, a Moldávia, a qual integra *de jure*, e a Ucrânia. A literatura estabelece que o objetivo final da Moldávia face à Transnístria se manteve constante desde o fim do conflito armado, consistindo na preservação da sua integridade territorial, variando, contudo, a agressividade das abordagens tomadas por Chisinau consoante a sua liderança. Rogstad (2016) indica que a política moldava é reativa e que o país não definiu um plano concreto e abrangente para alcançar a finalidade desejada, algo que o próprio governo já atestou (Cheban, 2023). Quanto à Ucrânia, houve um aumento no foco da literatura na posição de Kiev após o início do conflito no Donbass e da anexação da Península da Crimeia por parte da Federação Russa. Meira (2021) aprofunda a posição ucraniana face à Transnístria ao longo dos anos, tocando não só no seu papel nas negociações para a resolução do conflito moldavo-transnístrio, como também explorando a quebra na permissividade que caracterizou a sua política face a Tiraspol durante a primeira década do século, enquadrando a visão de Kiev da Transnístria no contexto das relações com a Rússia no pós-2014.

Dentro das Relações Internacionais, o papel da Transnístria nas relações da Rússia com o Ocidente é normalmente explorado a partir de uma macro-perspetiva, segundo Dembińska & Mérand (2019), nomeadamente no âmbito do equilíbrio entre ambas na região e nas políticas da Transnístria de duplo alinhamento, tanto face à Rússia e ao Ocidente, como face à Rússia e à Ucrânia (Dembińska & Mérand, 2019; Meira, 2021). Mais recentemente, particularmente desde a anexação russa da

Crimeia e do conflito no Donbass, o caso transnístrio é analisado no contexto da competição entre os projetos de integração europeia, liderados pela União Europeia, e os de integração eurasiática, encabeçados pela Federação Russa. Kosienkowski (2012) distingue-se na medida em que trabalha a questão da Transnístria a partir de um ponto de vista mais interno, analisando detalhadamente a política externa dos dois primeiros presidentes do território, Igor Smirnov e Yevgeniy Shevchuk, face à Rússia, Ucrânia e Moldávia. O autor observa o objetivo principal comum a ambos, o desejo de manter a sua independência *de facto* da Transnístria, destacando a diferença na abordagem de ambos, tendo Shevchuk optado por uma conduta mais diplomática e menos agressiva comparativamente a Smirnov. Isto vem distingui-lo, uma vez que a literatura tende a focar-se em explicar e analisar a questão através das ações de atores externos na região, centrando-se no *modus operandi* russo e ocidental para com o conflito e deixando maioritariamente de parte as estratégias de Tiraspol (Dembińska & Mérand, 2019).

Quanto ao mais recente presidente transnístrio, Vadim Krasnoselsky, não parece existir ainda um estudo aprofundado da sua política externa face aos atores mencionados, devendo-se ter em consideração que este ainda não abandonou o cargo desde que o assumiu. Telenko & Prysiashniuk (2021), contudo, abordam a estratégia que Krasnoselky delineou para o desenvolvimento da Transnístria entre os anos de 2019 e 2026 e como esta enfatiza o aprofundamento das relações bilaterais com a Federação Russa, que continua a ser considerada a principal parceira do território, envergando por uma direção àquela escolhida por Shevchuk, seu predecessor.

Tal como outros trabalhos anteriores, esta dissertação visa analisar a Transnístria e o respetivo conflito com a Moldávia inseridos na política externa e projeção de interesses da Rússia na região. No entanto, para responder à pergunta de investigação, este alargará o leque de atores estatais além da Federação Russa, principal apoiante da secessão da Transnístria, trabalhando igualmente a Ucrânia, que tem vindo a ganhar cada vez mais relevância na questão desde 2014, e a Moldávia, ambos Estados com o apoio de instituições ocidentais.

Kosienkowski (2012) trabalha a política externa da Transnístria face à Rússia, Ucrânia e Moldávia e como a sua posição face a estes atores contribuiu para a sua sobrevivência, até então. Meira (2021), por sua vez, aborda a visão destes atores face a Tiraspol. A investigação em questão irá atualizar as ações tomadas pela Transnístria no âmbito da sua política externa, complementando a análise de Kosienkowski (2012) com medidas mais recentes e referentes ao terceiro presidente transnístrio, Vadim Krasnoselsky, e contemplar como estas ações da Transnístria face aos atores estatais mencionados, e vice-versa, propiciaram a sua sobrevivência e a permanência do *status quo*.

Grandes conceitos

É necessário clarificar determinados conceitos basilares que serão aplicados ao longo da presente dissertação, nomeadamente o de "conflito gelado", conceito-chave e determinante para a análise da problemática em questão, o de "Estado *de facto*", recorrentemente utilizado e aplicado à Transnístria e ao seu governo, e o de "*ruskiy mir*", conceito civilizacional que se refere a um espaço que Tiraspol considera integrar.

No que toca à noção de "conflito gelado", o termo não possui uma única definição concreta, sendo frequentemente utilizado para se referir a conflitos que perduram ao longo dos anos, às vezes por décadas, e apresentam uma imagem de estagnação. O termo pressupõe que o conflito esteja parado, o que, segundo Chavez-Fregoso & Živković (2012) e Fernández-Molina (2019), não é inteiramente verdade. Clancy & Nagle (2009) indicam que se observa uma não resolução do conflito, mas com contenção da violência. Contudo, estes são apelidados de "gelados", uma vez que, apesar das negociações e das tensões entre entidades armadas ao longo dos anos, o *status quo* permanece, sem um fim para o conflito à vista, criando-se uma situação em que não existe paz, mas também não existe guerra (Chavez-Fregoso & Živković, 2012). A manutenção do *status quo* vem deixar estas questões não resolvidas em aberto, que correm o risco de se exacerbar, perpetuando o clima de tensão (Pinto, 2019).

O termo entrou no vocabulário da política internacional nos anos 90, inserido na realidade pós-Guerra Fria, sendo que o adjetivo "gelado" tinha como intuito realçar que, apesar da ausência de violência em larga escala, o conflito não se encontrava resolvido e poderia facilmente escalar de volta para uma situação de confronto armado (Smetana & Ludvík, 2018). Segundo Pinto (2019), mesmo após a interrupção dos confrontos violentos, "(...) a crise evoluiu em latência, dada a ausência de uma completa e formal resolução do diferendo." (Pinto, 2019, p. 3).

Grant (2017) caracteriza o termo conflito gelado como "(...) uma *mélange* de conceitos jurídicos, invocada para reforçar o impasse entre forças separatistas e um governo incumbente no território de um Estado reconhecido."⁸ (Grant, 2017, p. 413). Para Smetana e Ludvík (2018), um conflito gelado deve ter um caráter internacional e inserir-se num clima de prolongado de pós-guerra, ter os principais problemas por resolver e carecer de uma paz estável.

⁸ "(...) a *mélange* of juridical concepts, invoked to entrench a stalemate between separatist forces and an incumbent government on the territory of a recognized State."; tradução livre do original

O caráter internacional advém do facto de os lados opostos constituírem Estados ou entidades a estes semelhantes, como Estados *de facto* ou proto-estados. Estas entidades, não reconhecidas a nível internacional, comportam-se como Estados soberanos reconhecidos, que mantêm controlo sobre o território em que se inserem, bem como estruturas internas e militares como estes, sendo-lhes possível reacender o conflito armado, mas não explicar ditos Estados *de facto* em concreto, como a Transnístria, sem considerar o seu caráter independente do Estado soberano original, a Moldávia (Clancy & Nagle, 2009; Smetana & Ludvík, 2018).

O clima prolongado de pós-guerra deve-se ao facto de que é a ocorrência prévia de uma guerra que distingue os conflitos gelados doutros tipos de conflitos. Enquanto a violência cessou, as hostilidades em si não, o conflito não sofre alterações e a situação fica gelada, no limbo entre a paz e a guerra, sempre com a possibilidade eminente desta última no horizonte (Smetana & Ludvík, 2018). Os partidos envolvidos tentaram, sem sucesso, resolver as questões entre si através da guerra, cujos efeitos secundários, como feridas ainda abertas e ressentimentos dela derivados, persistem em se fazer sentir no presente (Klosek, Baheský, Smetana & Ludvík, 2020).

Um conflito gelado só o será, enquanto as principais questões entre as fações opostas estiverem por resolver. Normalmente, estas prendem-se com disputas territoriais, direitos de minorias ou a independência ou autonomia de determinados grupos étnicos e constituem um dos principais focos do quotidiano dos territórios, detendo um papel fulcral tanto na política, como nos *media* e junto da população comum. Cria-se uma situação em que a identidade das fações consiste numa imagem pejorativa de "nós" contra "os outros" e novos desentendimentos vêm impedir uma normalização das relações e afastar, cada vez mais, uma resolução pacífica do conflito (Smetana & Ludvík, 2018).

Os conflitos gelados também carecem de uma paz estável, sendo que esta não passa simplesmente pela ausência de guerra, mas sim pela completa alienação desta possibilidade do pensamento dos cidadãos, o que requer o desenvolvimento de uma relação positiva entre os partidos envolvidos. A ausência de conflito violento nos conflitos gelados trata-se de uma paz precária, em que ambos os lados consideram a guerra uma possibilidade, os seus exércitos treinam regularmente para tal cenário e existem planos de contingência na eventualidade do seu despoletar (Smetana & Ludvík, 2018). A ameaça constante de um novo escalar da violência é uma característica que marcadamente define os conflitos gelados, existindo, por vezes, pequenos confrontos de variada intensidade, sendo que a corrida ao armamento por ambas as partes pode tanto exacerbar as tensões, como contribuir para a dissuasão de uma nova escalada do conflito (Klosek, Baheský, Smetana & Ludvík, 2020). É

igualmente de salientar que as consequências de um reachecimento violento do conflito podem transpor os limites do território no qual ele se baseia (Smetana & Ludvík, 2018).

Um conflito gelado pode ter efeitos secundários ou indiretos, muitos dos quais de caráter legal, como a responsabilidade internacional dos separatistas e de um Estado que os apoie, a violação de cessar-fogos, a utilização de mercenários, a integração de organizações internacionais e relações interestatais, o cumprimento dos direitos humanos e a criação de deslocados. Podem igualmente surgir outras questões de matriz legal, como a lei da ocupação militar e a aplicabilidade de leis do direito internacional aos conflitos em questão, sendo que a lavagem de dinheiro e o tráfico ilegal, quer humano, quer de armas ou substâncias e materiais ilícitos, também costumam estar associados a conflitos gelados, enquanto grupos terroristas também usam territórios no centro de um conflito gelado como portos seguros. É de salientar que estes problemas legais são meramente uma consequência, um efeito secundário dos conflitos gelados, não uma característica que os define. A emergência destas questões está igualmente dependente de outros processos ocorrentes simultaneamente ao conflito em si (Grant, 2017).

Segundo Klosek, Baheský, Smetana & Ludvík (2020), um conflito gelado pode terminar de diversas maneiras. Os autores falam de um "descongelar violento" (*violent thawing*), onde ocorre um confronto e consequente vitória militar decisiva de uma das fações, de um "descongelar pacífico" (*peaceful thawing*), no qual a diplomacia transforma o conflito, e de um "murchar do conflito" (*conflict withering*), cenário no qual o cerne da questão que opõe ambos os lados perde a sua preponderância e é substituído por uma outra questão de elevada importância para os intervenientes ou o conflito em si cessa devido a uma mudança no cenário internacional (Klosek, Baheský, Smetana & Ludvík, 2020).

O conceito de "conflito gelado" é indissociável do *near abroad* russo e da geopolítica no espaço pós-soviético. No entanto, apesar de predominantemente aí identificados, os conflitos gelados não se cingem a essa zona, existindo diversos exemplos espalhados pelo globo, como é o caso do Saara Ocidental em África (Fernández-Molina, 2019) ou o da península coreana e do subcontinente indiano na Ásia (Smetana & Ludvík, 2018). Também no continente europeu, o caso da ilha cipriota, onde existe a dicotomia entre a República do Chipre e a República Turca do Chipre do Norte, e a questão kosovar, que opõe a Sérvia e o Kosovo, são considerados conflitos gelados, apesar de os territórios abrangidos não se referirem aos respetivos conflitos de tal modo (Grant, 2017).

Tendo em conta estas características, a situação na Transnistria é considerada um exemplo de conflito gelado. Grant (2017) expõe uma cronologia-modelo para a formação de conflitos gelados. Esta

pode-se aplicar ao caso transnístrio, algo que será igualmente explorado ao longo da presente dissertação. Primeiramente, a ocorrência de hostilidades armadas, entre um determinado Estado e as forças separatistas dentro deste, leva a uma mudança no controlo efetivo de um território, devido a ditas hostilidades. No caso transnístrio, ocorreu uma guerra entre as forças locais e as moldavas, ficando o atual território da Transnístria sob domínio local. Ambas as entidades passam a encontrar-se separadas, estando a fronteira entre si claramente definida, e as linhas de separação adquirem estabilidade jurídica devido a medidas adotadas pelos intervenientes, algo que também se verificou na questão da Transnístria, existindo uma clara distinção entre o território da República da Moldávia e o da Transnístria. Posteriormente, a facção separatista, neste caso a da Transnístria, advoga pela sua autodeterminação e baseia-se nesta para criar um novo Estado, contudo, a soberania de dito Estado não é reconhecida. Por fim, o processo de resolução do conflito, que envolve atores externos, é esporádico e inconclusivo, perpetuando o *status quo* (Grant, 2017). A Rússia, a Ucrânia e determinados atores ocidentais foram-se envolvendo ao longo do tempo nas negociações para a resolução do conflito na Transnístria, sempre sem sucesso, permanecendo a região em conflito, mas sem um conflito armado desde o fim da guerra civil, nos anos 90.

Relativamente ao conceito de "Estado *de facto*", segundo O'Loughlin, Kolossov, & Toal (2014), a nomenclatura *de facto* utiliza-se quando se está na presença de entidades políticas que têm autonomia e se autogovernam, detendo, portanto, soberania a um nível interno, mas que carecem de reconhecimento desta soberania no contexto internacional, que constitui o seu objetivo final. É importante referir que um Estado *de facto* é um ator não-estatal. Um Estado *de facto* é aquele que logrou estabelecer controlo territorial sobre determinada região, durante pelo menos dois anos, e proclamou a sua independência política, mas que não alcançou o amplo reconhecimento desta por parte da Comunidade Internacional, pondo em causa a sua legitimidade nesse contexto, mas distinguindo-o de entidades quasi-estatais transitórias ou movimentos rebeldes (Florea, 2014; Dembińska & Mérand, 2019; Meira, 2021; O'Loughlin, Kolossov, & Toal, 2014).

Estes caracterizam-se também pela sua vulnerabilidade militar e económica, estando sob constante ameaça militar por parte do seu Estado de origem, que deseja reaver os territórios perdidos, e apresentando economias fracas e de pequena escala (Kosienkowski, 2019). Dembińska & Mérand (2019) defendem que é necessária a presença constante de uma ameaça de segurança e imagem de um inimigo para legitimar junto do povo o poder do regime sobre o território em questão, criando a noção de uma identidade única que deve ser defendida, e embarcar paralelamente na missão de *state-*

building, estabelecendo instituições políticas que sirvam a região. Uma institucionalização bem-sucedida, que providencie ao território um determinado grau de estabilidade e disfrute do apoio popular, dificulta o processo de reintegração no Estado de origem. Contudo, a estabilidade, a segurança e, conseqüentemente, a sobrevivência do Estado *de facto* são só possíveis graças à assistência externa de um Estado patrono (Dembínska & Mérand, 2019; Kosienkowski, 2019; Meira, 2021).

Existem diversos cenários através dos quais estas entidades podem surgir, nomeadamente no seguimento de uma guerra civil, de uma disputa com o Estado central pela sua separação deste, do colapso do mesmo através ou devido a processos de descolonização, inserindo-se a Transnistria na segunda categoria (Florea, 2014; Meira, 2021). No período do pós-Guerra Fria, diversos Estados *de facto* procuraram alcançar a legitimidade internacional através de referendos organizados pelos próprios habitantes, ocasionalmente após episódios de deslocamentos forçados de populações. Apesar da falta de reconhecimento internacional, estes Estados possuem variadas características de instituições a esse nível reconhecidas e insistem em permanecer no mapa geopolítico mundial (O'Loughlin, Kolossov, & Toal, 2014).

Quanto ao termo *russskiy mir*, "mundo russo", foi historicamente usado para se referir ao espaço civilizacional do Estado ou Império Russo, promulgando-se nos anos 70 do século XIX e voltando a ganhar força com o colapso da União Soviética, após o qual diversos membros da etnia russa se encontraram espalhados para lá dos confins da Federação Russa e alvos de discriminação nos novos países que passaram a integrar. Putin empregou por diversas vezes o termo e este ganhou maior profundidade, aplicando-se a nível linguístico e cultural, biopolítico e civilizacional ou espiritual. O *russskiy mir* passou a representar a esfera cultural da língua russa, sendo que Putin afirmou ser sua função apoiar e proteger aqueles que fizessem parte deste mundo russo. Segundo o mesmo, a integração no *russskiy mir* é uma questão de autodeterminação, constituindo uma escolha pessoal dos indivíduos. O termo também transcende as barreiras das fronteiras políticas, já que, para Vladimir Putin, a Rússia é uma nação dividida, tal como a Alemanha após o fim da Segunda Guerra Mundial. O conceito passou, então, a figurar entre os principais pontos da política externa de Putin (O'Loughlin, Toal, & Kolossov, 2016).

Estrutura da dissertação

A dissertação é constituída por quatro capítulos, aos quais sucedem a conclusão da mesma e a bibliografia nela utilizada. O primeiro capítulo foca-se numa contextualização histórica do conflito em causa, procurando compreender tanto as suas origens, como a das partes conflituosas, a República da Moldávia e a Transnístria. No segundo capítulo destacam-se as principais características do território transnístrio, nomeadamente o seu perfil geográfico, económico e demográfico, sendo também explorado o carácter político do mesmo. Isto ajudará a compreender o que é a Transnístria e as suas nuances. De seguida, o terceiro capítulo aprofunda a sua relevância para a Federação Russa, sua principal aliada, inserindo-a no contexto da política externa desta e das relações russo-moldavas. É também analisado o apoio que a Rússia presta ao território em diversos patamares e destaca-se o seu papel nas negociações para a resolução do conflito, a presença de forças militares russas em território transnístrio e a visão e perfil pró-russo da Transnístria, bem como as tensões entre ambas. O quarto capítulo trata a política externa da Transnístria para com os atores de maior destaque para o território, especificamente a Rússia, Ucrânia e Moldávia, estes últimos constituindo os Estados com quem o regime de Tiraspol partilha uma fronteira, analisando-se brevemente a relação deste com ambos.

1. HISTÓRIA DA RELAÇÃO ENTRE A MOLDÁVIA E A TRANSNÍSTRIA

Apesar de, hoje em dia, a Transnístria ser indissociável da Moldávia, e vice-versa, nem sempre foi assim. Aliás, historicamente ambas só passaram a estar de tal modo interligadas num passado relativamente recente, acabando a região e a relação entre os seus constituintes abalada e moldada em consequência da intervenção de forças externas. De facto, a história dos territórios que atualmente se apelidam de Transnístria e Moldávia é bastante conturbada desde o fim do século XVIII, como será possível observar daqui em diante.

A República Socialista Soviética da Moldávia era constituída pela Bessarábia e por uma pequena parcela que antigamente integrara uma república autónoma dentro da República Socialista Soviética da Ucrânia. Esta era a República Socialista Soviética Autónoma da Moldávia. A parcela em questão consistia numa faixa estreita que corria ao longo do rio Dniestre e corresponde, nos dias de hoje, ao território da Transnístria. É importante destacar que estes dois constituintes se vinham a afastar cultural e linguisticamente desde os finais do século XVIII (Cojocar, 2006).

A região que hoje em dia se apelida de Transnístria foi historicamente uma parcela constituinte do Principado de Kiev e, posteriormente, do Grão-Ducado da Lituânia (Franco, 2016), tendo, eventualmente, ficado sob domínio dos otomanos. Sob a alçada do Tratado de Paz de Jassy de 1792 entre o Império Russo e o Império Otomano, este cedeu àquele o controlo dos territórios que se encontravam entre os rios Dniestre e Bug. Isto levou a uma forte migração por parte da população russa e ucraniana para as zonas recentemente adquiridas pelo império, que adotou políticas locais favoráveis aos eslavos, o que veio, por sua vez, diminuir a população que falava romeno. Em 1812, os russos anexaram a região historicamente conhecida como Bessarábia, parte oriental do Principado da Moldávia, enquanto que a parte ocidental integraria a Roménia aquando da sua fundação em 1859. Em 1917, quase seis décadas depois, e no seguimento da Revolução Russa do mesmo ano, a Bessarábia declarou-se independente e votou no ano seguinte para integrar o Estado romeno. Posteriormente, em outubro de 1924, criou-se dentro da República Socialista Soviética da Ucrânia uma nova República Socialista Soviética Autónoma, a da Moldávia, cujo território incluía o que atualmente constitui a Transnístria, em conjunto com algumas outras áreas da república ucraniana. Para Cojocar (2006), a criação desta república autónoma não foi nada mais do que um pretexto por parte dos soviéticos para futuramente (re)anexar a Bessarábia, argumentando a mesma autora que “Chamar esta república autónoma de “moldava” não fazia sentido (...)”⁹ (Cojocar, 2006, p. 263), já que a área que esta ocupava não possuía qualquer relação com a região historicamente apelidada de “Moldávia”.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS ou União Soviética) voltou a anexar a Bessarábia e proclamou a 2 de agosto de 1940 a fundação de uma nova república constituinte no seu seio, a República Socialista Soviética da Moldávia, cujas fronteiras haviam sido definidas no Pacto Molotov-Ribbentrop entre Stalin e Hitler (Cojocar, 2006). A incorporação do território anexado dentro da URSS foi marcada por uma política de russificação. Houve um influxo de à volta de 300,000 russos a deslocar-se para a nova conquista soviética, tendo a região da Transnístria sido o principal destino, bem como outras áreas urbanas dentro da Moldávia. Inversamente, cerca de 500,000 moldavos foram deportados para a Sibéria e Extremo Oriente, enquanto outros 200,000 morreram devido a uma fome intensa causada pela coletivização intensiva (O'Reilly & Higgins, 2008). O regime soviético recorreu igualmente à propaganda política para tentar afastar a Bessarábia do resto da Roménia, promulgando a noção de um “povo moldavo”,

⁹ “Naming this autonomous republic ‘Moldovan’ was nonsense (...)”; tradução livre do original

caracterizado por uma língua e cultura moldavas, que eram diferentes das correspondentes romenas. A Bessarábia chegou a reintegrar o lado romeno durante o período de Guerra, em 1941, mas foi de novo reanexada pela URSS em 1944. Após o fim da Segunda Grande Guerra na Europa e sob supervisão soviética, a região da Transnístria começou a desenvolver-se industrialmente, tornando-se um centro para a indústria pesada e um complexo militar industrial, ao passo que o resto da República Moldava se converteu numa área mais dedicada à agricultura (Cojocar, 2006; O'Reilly & Higgins, 2008).

Segundo O'Reilly e Higgins (2008), notava-se ou aparentava existir igualmente uma certa discriminação entre as populações. Para além da dicotomia de zona industrial *versus* zona agrária, do mesmo modo eram atribuídos aos moldavos trabalhos de menor especialização, detendo os russófonos cargos de poder e de maior especialização. Eugeniu Doga relata que, durante o período de domínio soviético, desenvolveu-se uma narrativa de “nós e eles”, que opunha moldavos da Transnístria, de um lado, e moldavos da Bessarábia, do outro. Para os transnístrios e segundo a propaganda do regime, os bessarábios eram “(...) capitalistas, gente preguiçosa que fala outra língua.”¹⁰ (Cojocar, 2006, p. 263). As políticas clandestinas do Partido Comunista vieram acentuar as diferenças entre estes dois grupos. As elites sociais e políticas da RSSM eram recrutadas na Transnístria e o governo considerava os seus habitantes mais leais ao regime soviético e inspiravam mais confiança politicamente comparativamente aos cidadãos do banco ocidental do Dniestre, que pertencera à “burguesia”. Os moldavos eram o maior grupo étnico do território, mas tinham comparativamente uma representação bem menor nos cargos de liderança industrial, administrativa, política e militar. Os moldavos da Bessarábia tinham servido no exército romeno e lutado pela unificação da Roménia durante a Segunda Guerra Mundial, algo que o lado transnístrio vira como um ato de ocupação. O próprio termo “romeno” ganhou uma conotação equivalente a “invasor”, “inimigo” e “fascista” nos discursos dos líderes regionais, apresentando-se o exército soviético como o “salvador” da região. Cojocar informa que, para os transnístrios, os bessarábios eram vistos como “(...) nacionalistas, ocupantes, inimigos (...)”¹¹. Inversamente, os habitantes da margem oriental eram “(...) romenofóbicos e mancurtzs¹² (...)”¹³ (Cojocar, 2006, p. 265) para os habitantes da Bessarábia.

¹⁰ “(...) capitalists, indolent people who speak another language.”; tradução livre do original

¹¹ “(...) nationalists, occupants, enemies (...)”; tradução livre do original

¹² Alguém que não reconhece o seu próprio passado, história, nem a si mesmo enquanto ser humano

¹³ “(...) Romanian-phobes and mancurtzs (...)”; tradução livre do original

Ao contrário da Bessarábia, os transnístrios nunca haviam experienciado na sua história uma unificação com a Roménia, não bastando o período de 1941-44, durante o qual estiveram sob domínio da mesma, para desenvolver uma identidade ou consciência romena. Por causa destas diferenças no que toca à história das regiões em causa, emergiram de ambos os lados sentimentos extremamente diferentes e contraditórios relativamente ao desejo de emancipação moldavo de 1989 (Cojocaru, 2006). Simultaneamente, o fator demográfico também teve um forte papel nesta divergência. Ambas as regiões eram multiétnicas, mas se no ano previamente referido os moldavos, que falavam o romeno, constituíam aproximadamente 64.5% da população da República Socialista Soviética Moldava, contabilizando os ucranianos 13.8% e os russos 13% desta, dentro da Transnistria a população eslava apresentava-se como a maioria, representando ucranianos e russos 53.8% dos locais, apesar de os moldavos constituírem o maior grupo étnico, com 39.9% da população local. Se no resto da RSSM o moldavo era a língua preponderante, na Transnistria funcionava o russo como língua franca (Rogstad, 2016). Esta diferença populacional deve-se às políticas soviéticas supramencionadas. Em 1936, a população da Transnistria era constituída maioritariamente por moldavos, cuja percentagem no território (42%) era sensivelmente equivalente à das seguintes 2 maiores etnias combinadas (ucranianos e russos, 28.7% e 14.2% respetivamente). No ano anterior ao início do conflito armado na região, ucranianos e russos constituíam, como foi possível constatar, mais de metade da população (28.3% e 25.5% respetivamente), sendo a etnia moldava ainda a maior, se bem que constituindo uma percentagem menor dentro do território (O'Reilly & Higgins, 2008).

À medida que o movimento pró-independência ganhava cada vez mais força na RSSM, também as tensões entre moldavos e transnístrios subiam de tom (O'Reilly & Higgins, 2008). As políticas nacionalistas, nomeadamente uma nova política linguística, i.e., o moldavo tornar-se a língua oficial da república, e a ascensão de um Estado soberano moldavo da antiga República Socialista Soviética da Moldávia, Estado esse que poderia fundir-se com a vizinha Roménia, com base nas raízes históricas e linguísticas comuns, são consideradas as principais razões por detrás da secessão da região oriental do país (Blakkisrud & Kolstø, 2011; Cojocaru, 2006). Em abril de 1990, várias cidades na Transnistria recusaram-se a erguer a nova bandeira moldava, que fora por eles rejeitada. O vermelho, a foice e o machado, símbolos soviéticos, eram sinónimos de grandes conquistas para os transnístrios, que, ao longo dos tempos, haviam vivido um maior número de eventos ligados à história do Império Russo (Cojocaru, 2006). A Declaração de Soberania da Moldávia ocorreu a 2 de setembro de 1990, não devendo esta ser confundida com uma declaração de independência ou secessão, sendo a RSSM ainda uma parte constituinte da União Soviética (Blakkisrud & Kolstø, 2011). Um grupo

de deputados leais à União Soviética, que nela desejavam permanecer, formou o Congresso do Povo Transnístrio e, no segundo congresso da sua existência e como resposta à declaração moldava, proclamou o território da Transnístria como a nova República Socialista Soviética Moldava Peridniestriana, integrada na USSR (O'Reilly & Higgins, 2008). A premissa utilizada para justificar esta fissura, e, ainda hoje, a luta do povo transnístrio pelo seu direito de autodeterminação, prende-se com a desconexão relativamente ao passado e influência romena que a Bessarábia possui. O território transnístrio jamais fora verdadeiramente romeno e historicamente não pertencera à região da Moldávia, sendo ambas as margens do rio, juntamente com os seus habitantes, diferentes uns dos outros (Cojocar, 2006). Segundo Blakkisrud e Kolstø, a declaração da Transnístria tratou-se de um “(...) ataque preventivo concebido para assegurar à margem esquerda [do Dniestre] uma melhor posição negocial face a Chisinau.”¹⁴ (Blakkisrud & Kolstø, 2011, p. 183).

O conflito armado na Transnístria ocorreu desde 1990 até ao ano de 1992. O número de vítimas mortais é disputado, referindo O'Reilly & Higgins cerca de 1000 pessoas, enquanto o *Uppsala Conflict Data Program* indica 585 mortes (UCDP, 2021). Do mesmo modo, a guerra civil deslocou forçosamente à volta de 100,000 pessoas, que se refugiaram principalmente na própria Moldávia, Rússia e Ucrânia (Crivenco & von Löwis, 2022). Esta oposição nacionalistas moldavos e forças pró-soviéticas, sobretudo cidadãos de origem russa ou ucraniana. Para além destas facções, o conflito contou igualmente com a interferência de Moscovo, começando-se a desenvolver ainda durante o período da União Soviética, que foi posteriormente substituída pela atual Federação Russa (O'Reilly & Higgins, 2008).

De entre as cidades que viram mais luta no seu seio e arredores, destacam-se as de Dubăsari/Dubossary e Bender/Bendery, ambas encurraladas entre uma facção e a outra, situadas na fronteira entre as regiões conflituosas. O primeiro confronto armado deste conflito ocorreu exatamente na primeira localidade, em novembro de 1990. Em junho do ano seguinte, a RSSM assumiu-se enquanto a República da Moldávia, “(...) um Estado soberano dentro de uma futura confederação de estados soviéticos.”¹⁵ (O'Reilly & Higgins, 2008, p. 66). Contudo, só após o falhado Golpe de Agosto de 1991, que a Transnístria, juntamente com a outra região pró-soviética dentro do território moldavo, a Gagaúzia, apoiou, é que a Moldávia se declarou totalmente independente, no dia 27 de agosto. Consequentemente, os líderes locais começaram a tentar ocupar os cargos de poder com mais

¹⁴ “(...) preemptive strike (...) designed to secure for the left bank a better bargaining position towards Chisinau.”; tradução livre do original

¹⁵ “(...) a sovereign state within a future confederation of Soviet states.”; tradução livre do original

veemência, sendo que os autores comparam o crescente nível de tensão entre ambas as partes a um putsch a desenvolver-se silenciosamente em plano de fundo (O'Reilly & Higgins, 2008). A resistência moldava levou ao escalamento do conflito para uma situação de guerra total na região a partir de março de 1992. Os autores citados destacam a organização e capacidade de fogo das forças da Transnístria, encontrando-se bem armadas e lutando sob um comando responsável, apoiadas por soldados cossacos, que haviam vindo diretamente da Rússia para lutar pela independência do território peridniestriano (O'Reilly & Higgins, 2008).

Uma força igualmente ativa no conflito foi a 14.^a Divisão do Exército Soviético, posteriormente russo, que detinha na atual Transnístria a sua base, sendo que os soldados criaram laços e estabeleceram raízes na região que se havia tornado a sua casa. Por conseguinte, a independência moldava e transferência de poder para Chisinau não foi bem recebida pelos soldados. Há inclusive autores que defendem que houve uma conspiração entre a política pós-soviética em Moscovo e a liderança da Transnístria, que os militares agiram por conta própria para “(...) criar um *fait accompli* ao qual Moscovo subseqüentemente teve que se acomodar.”¹⁶ (O'Reilly & Higgins, 2008, p. 67). Segundo O'Reilly e Higgins (2008), um antigo integrante do centro de comando e espionagem da 14.^a Divisão enviara ao Ministério de Segurança Nacional da Moldávia centenas de documentos a confirmar o envolvimento de tropas russas nas operações bélicas e a disponibilização de armas por parte das mesmas, bem como as operações militares dos separatistas encontravam-se a ser dirigidas pela 14.^a Divisão em coordenação com Ministério da Defesa da Federação Russa, que sempre alegou ter-se mantido neutra durante o conflito. De acordo com as suas declarações:

“As unidades do 14.º Exército não haviam interferido no conflito armado entre a Moldávia e a Transnístria, mas tinham em virtude de acordos entre a Moldávia e a Federação Russa assumido deveres de manutenção da paz e haviam, por conseguinte, prevenido um agravamento do conflito e um aumento do número de vítimas entre a população civil, e ademais 'categoricamente negava que exercia ou havia exercido no passado qualquer tipo de controlo sobre território transnístrio e apontaram que a “RMT”^[17] havia estabelecido as suas próprias estruturas de poder, incluindo um

¹⁶ “(...) create a *fait accompli* to which Moscow subsequently accommodated itself.”; tradução livre do original

^[17] República Moldava da Transnístria; tradução livre do original “Moldovan Republic of Transnistria”

parlamento e uma [estrutura de poder] judicial'. Contudo, tanto a Moldávia, como a Roménia contestaram esta reivindicação.”¹⁸ (O'Reilly & Higgins, 2008, p. 70)

O cessar-fogo foi alcançado após negociações entre os líderes russos e moldavos e a assinatura de um acordo entre Boris Yeltsin e Mircea Snegur, presidentes dos países em questão, a 21 de julho de 1992. Este designou uma zona de segurança e permitiu o estabelecimento de comité de controlo, constituído por representantes russos, moldavos e transnístrios. O objetivo mor deste comité prendia-se com a manutenção da paz, estando a ele subordinado um contingente militar, de cariz voluntário, com a participação das três fações previamente mencionadas (Agreement on the Principles for a Peaceful Settlement of the Armed Conflict in the Dniester Region of the Republic of Moldova, 1992). Desde então, testemunharam-se variadas iniciativas para encontrar uma solução pacífica para a questão, sem sucesso até aos dias de hoje (O'Reilly & Higgins, 2008).

Em 1993, os transnístrios propuseram uma confederação entre a Chisinau e Tiraspol, onde ambos constituiriam Estados independentes. A adesão à proposta em causa deveu-se a certos fatores históricos e étnicos. Por um lado, a Transnístria não havia pertencido ao Principado da Moldávia, histórica região onde a etnia dominante era a romena, e, por outro, estivera integrada em território e sob domínio eslavo desde o final do século XVIII, altura em que fazia parte do Império Russo, até ao início da década de 40 do século XX, constituindo, até então, território ucraniano. Só durante o período de 1941 a 1944 é que a região da Transnístria foi administrada pela Roménia, sendo este visto pelos locais como um período de ocupação por parte de uma força estrangeira, voltando a estar sob uma direção eslava após esses anos. Por outro lado, a Moldávia propôs que a Transnístria gozasse de um estatuto especial dentro do seu território. Nenhum dos planos seguiu em frente; a proposta de um Estado federal não foi aceite, pois, segundo os moldavos, violava a sua integridade territorial, enquanto que o estatuto especial não foi suficientemente apelativo para a Transnístria, já que esta não queria estar dependente da Moldávia. Tal como a própria autora Cojocarú expõe, devido aos diversos fatores históricos e culturais, seria bastante improvável que aqueles que se autodesignavam de “transnístrios”

¹⁸ “... [T]he units of the 14th Army had not interfered in the armed conflict between Moldova and Transdnistria, but by virtue of agreements between Moldova and the Russian Federation they had taken on peacekeeping duties and had thus prevented an aggravation of the conflict and an increase in the number of victims among the civilian population, and furthermore 'categorically denied that they exercised, or had exercised in the past, any control whatsoever over Transdnistrian territory and pointed out that the "MRT" had set up its own power structures, including a parliament and a judiciary'. However both Moldova and Romania disputed this claim.”; tradução livre do original

e a tinham como sua pátria se viessem a sentir “moldavos” ou a querer integrar um Estado que viam como fascista e ocupante (Cojocar, 2006).

Na raiz do conflito transnístrio encontra-se, portanto, uma combinação de uma política soviética de nacionalidades, uma divisão dispar dos recursos dentro da RSSM e, mais tarde, os efeitos das reformas liberais de Mikhail Gorbachev (Rogstad, 2016). A isto acresce-se a falta de conexão histórica e cultural entre as partes envolvidas (Cojocar, 2006), juntamente com o medo transnístrio de uma reunificação moldava com a Roménia, algo já falado aquando do colapso da União Soviética (O'Reilly & Higgins, 2008). Apesar da componente étnica caracterizar o conflito em questão, a mesma não está na origem do movimento secessionista da Transnístria. Antes de 1989 não havia um conflito aberto na região, sendo que não existia um conceito bem definido de “povo transnístrio” antes deste (Cojocar, 2006).

2. CARACTERIZAÇÃO GEOPOLÍTICA E ECONÓMICA DA TRANSNÍSTRIA

Desde o final da guerra e até aos dias de hoje, a Transnístria tem mantido a aparência de um Estado, possuindo um governo eleito pelo povo, uma constituição, bandeira e moeda próprias. Ao mesmo tempo, encontra-se inserida no comércio internacional e exerce controlo *de facto* sobre o seu território, participando nas negociações para a paz na região. Contudo, a sua soberania carece de reconhecimento por parte de qualquer Estado-membro da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo internacionalmente considerada uma parte integrante da República da Moldávia (O'Reilly & Higgins, 2008). Esta não-aceitação da Transnístria enquanto membro pleno da Comunidade Internacional estende-se à própria Rússia, que mantém gelado o conflito entre Tiraspol e Chisinau (Zoria, 2017). Apesar desta ausência de reconhecimento, pode argumentar-se que o território conseguiu atingir o seu objetivo, na medida em que se autogoverna e exerce jurisdição *de facto* sobre o seu território como um Estado soberano, detendo e regendo em várias áreas diversas instituições paralelas às correspondentes moldavas, mantendo, nomeadamente, um exército próprio (Cimmino, 2019, Cojocar, 2006; Leontiev, 2022). Porém, Kosienkowski (2012) descreve a Transnístria como um proto-estado, enquanto Cojocar (2006) a apresenta como exemplo de um Estado falhado.

Jarzabek considera que a declaração unilateral de independência efetivamente isolou a Transnístria e colocou-a numa espécie de "limbo legal" (Jarzabek, 2019). Não possui certos direitos concedidos a Estados com reconhecimento internacional, mas também se encontra isenta de responsabilidades que os mesmos adquirem ao integrar a Comunidade Internacional, nomeadamente

através de tratados e pertença a organizações internacionais. Apesar de não exercer controlo *de facto* sobre a região e segundo o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, a Moldávia incorre, mesmo assim, na obrigação de assegurar, através dos diversos meios diplomáticos, económicos e judiciais ao seu dispor, que os transnístrios usufruam dos direitos consagrados na Convenção Europeia dos Direitos Humanos. Deste modo, os habitantes da região não se encontram protegidos pelos padrões do direito internacional (O'Reilly & Higgins, 2008).

Não obstante, tal tarefa tem-se mostrado um desafio para Chisinau, gozando a Transnístria de uma mal-lograda reputação enquanto centro de crime organizado, especialmente no que toca a tráfico de seres humanos e contrabando, graças ao não-cumprimento das leis do Direito Internacional (O'Reilly & Higgins, 2008). Durante mais de 30 anos, a Transnístria foi considerada um "buraco negro" no continente europeu (Calugareanu & Verseck, 2023), fora do controlo da Interpol (Sanchez, 2009), dependendo a sua economia do contrabando, tráfico humano e lavagem de dinheiro que a caracterizavam, sendo os portos do mar Negro, nomeadamente o de Odessa na vizinha Ucrânia, os principais pontos de chegada e partida da rede de contrabando da Transnístria (Calugareanu & Verseck, 2023). Destaca-se, porém, o tráfico de armas, acreditando-se que o território fora o fornecedor de armamento para diversas zonas de conflito (Sanchez, 2009). Apesar de Tiraspol negar tais acusações, é conhecida a presença de depósitos de munições no território, nomeadamente o de Cobasna, um dos maiores do Leste da Europa (Wilson, 2022), sendo que o secretismo à volta das fábricas da Transnístria, as quais Chisinau acusa de serem centros de produção de armamento, não vem ajudar à causa da Transnístria. Ainda que estas atividades tenham diminuído de intensidade recentemente, inclusive desde a implementação da EUBAM¹⁹ e segundo relatórios da mesma, a infâmia da região persiste, tendo nomeadamente afetado os processos de adesão à União Europeia da Roménia e Bulgária, países na vizinhança (Sanchez, 2009). A própria Moldávia continua a ver a Transnístria enquanto epicentro do contrabando e corrupção que afetam a região, insistindo no prolongamento da missão da UE e que as negociações da OSCE se focassem nestas questões (Warsaw Institute, 2019).

¹⁹ European Union Border Assistance Mission (inglês para Missão de Assistência da União Europeia para a Fronteira da Moldávia e Ucrânia); missão, lançada em 2005 com um mandato para 2 anos e renovada continuamente desde então, cujo objetivo é a promoção do controlo fronteiriço, de normas aduaneiras e comerciais e de práticas, por parte dos países em questão, que vão de encontro aos padrões da União Europeia. Devido ao foco na fronteira moldavo-ucraniana, a Transnístria é inevitavelmente abrangida, constituindo uma das principais metas da missão a cooperação e paz inter-fronteiriça entre os 3 territórios e a resolução pacífica do conflito (Dobrescu, 2015; Levy, 2011; Smith, 2017).

O governo de Tiraspol caracteriza-se igualmente pelo seu autoritarismo e, para além do seu papel nas relações entre a Rússia e as instituições europeias e transatlânticas, abordado mais à frente no trabalho, devido ao crime organizado e caráter autoritário e repressivo do seu regime, a Transnístria apresenta-se enquanto um problema de segurança para a Europa (Sanchez, 2009). Este, por diversas vezes, restringiu direitos civis e políticos dos seus cidadãos, nomeadamente a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião e a de associação, impedindo a população de discutir abertamente tópicos políticos (Coakley, 2022; Osipov & Vasilevich, 2019). Segundo grupos de defesa dos direitos humanos, diversos indivíduos que "(...) levaram a cabo algum tipo de ação que fora considerada anti-transnístria (...)">²⁰ (Sanchez, 2009, p. 169) foram ameaçados e perseguidos, alguns efetivamente desaparecendo, outros tendo de se refugiar na margem oposta do Dniestre. Os próprios grupos veem o acesso ao território dificultado e queixam-se de uma impunidade estrutural, que impossibilita a responsabilização de quem comete abusos dos direitos humanos, e de um comportamento arbitrário por parte das autoridades (Leontiev, 2022).

O sistema político da Transnístria manifesta um cariz centralizado, sendo considerado uma república presidencial autoritária com características democráticas de fachada e uma concentração de poder nos serviços de segurança e companhias ligadas ao governo, sendo a maioria eleitoral leal e conformada com esta concentração (Osipov & Vasilevich, 2019). Do mesmo modo, apesar do desenvolvimento de características comuns a Estados soberanos e da adoção de uma constituição que promulga a soberania, a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito, na realidade existe uma diferença considerável entre a provisão e a efetiva aplicação destas normas (Leontiev, 2022).

Em termos geográficos, o território da Transnístria situa-se entre o rio Dniestre e a fronteira moldava com a Ucrânia, constituindo uma estreita e alongada faixa de território ao longo dos limites comuns de ambos os países (O'Reilly & Higgins, 2008). Dita fronteira tem uma extensão de 1222 km, controlando a Transnístria 454 km da mesma e 14 postos fronteiriços (Zoria, 2017). A localização do território reflete-se no seu próprio nome, sendo que "Transnístria" significa, literalmente, "para lá do Dniestre", contabilizando a sua área cerca de 4.163 km², ou seja, mais de 12% do território oriental da República da Moldávia, onde as áreas mais industrializadas se encontram sediadas (Cojocar, 2006; Franco, 2016).

O território transnístrio destaca-se pela escassez de recursos naturais. Do mesmo modo, não dispõe dos recursos internos suficientes, tais como a capacidade financeira para pagar salários e

²⁰ "(...) carried out some kind of action that was considered anti-Transnistrian (...); tradução livre do original

pensões ou meios de produção como gás natural, que uma economia baseada na indústria pesada, como a da Transnístria, necessita para funcionar ou, simplesmente, sobreviver. A título de exemplo, em 2019 estimava-se que o território conseguiria apenas cobrir 36% dos seus gastos. Isto significa que os recursos em questão terão de vir do exterior, encontrando-se a região imensamente dependente a nível político e económico da Rússia, principal fornecedora e responsável pela continuidade do Estado *de facto* (Franco, 2016; Kosienkowski, 2019).

Apesar desta ligação, Rússia e Transnístria não partilham uma fronteira comum. Para o pequeno território é indispensável o acesso ao mundo exterior que a comunidade e o mercado internacionais constituem. Efetivamente, segundo Kosienkowski (2012), Tiraspol mantém relações comerciais com cerca de uma centena de Estados, nomeadamente membros da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), integrada por antigas repúblicas da URSS, porém depara-se com uma barreira geográfica, pois encontra-se encarcerada entre dois Estados. Dado que as relações com a Moldávia estão predispostas ao conflito, o vizinho ucraniano, com quem a Transnístria também partilha uma afinidade histórica, cultural e social, afigura-se como "(...) a principal janela da Transnístria para o mundo exterior."²¹ (Kosienkowski, 2012, p. 11), devendo a mesma assegurar um bom relacionamento entre ambos para que possa aceder ao exterior internacional.

Olhando para a economia da Transnístria, existe uma grande conexão ao mercado ocidental e asiático no que toca a exportações, tendo a Transnístria exportado cerca de 30 milhões de dólares em bens para a América, Ásia e Europa nos meses de janeiro e fevereiro de 2016 (Lungu, 2016). Aliás, em 2014, mais de 70% do total das exportações da Transnístria tiveram como destino a Moldávia e a União Europeia e, no primeiro trimestre de 2016, o valor dos bens exportados para esta alcançou os 49 milhões de euros, 58% das exportações totais de Tiraspol (Dembińska & Mérand, 2019). Apesar de o valor exportado para a Rússia no mesmo período ter atingido um total de apenas 3 milhões de dólares, a mesma apresenta-se como a principal escolha no que toca a importações – 88 milhões contra 25 milhões durante a mesma janela temporal (Lungu, 2016). Contudo, devido à condição geopolítica do território, os bens locais só podem ser vendidos no mercado externo se rotulados enquanto produtos moldavos (Jarzabek, 2019).

Todavia, o traço mais marcante da economia da região prende-se com a severa crise económica pela qual passa, acrescentando o facto de o seu sistema bancário não se encontrar bem integrado na economia internacional, o que dificulta pagamentos internacionais (Lungu, 2016). Uma

²¹ "(...) Transnistria's main window to the outside world."; tradução livre do original

vez que a moeda local, o rublo transnístrio, não é reconhecida internacionalmente, as transações financeiras só podem ser efetuadas em bancos russos ou diretamente na Moldávia em si. Aliás, os próprios bancos são meras filiais de instituições financeiras russas. A falta de uma política de normalização afasta investidores estrangeiros e as companhias locais apenas logram oferecer mão-de-obra barata às marcas europeias, sendo que uma grande parte da produção da Transnístria é feita para estas empresas estrangeiras (Jarzabek, 2019; Lungu, 2016). Segundo Franco (2016), até a indústria local, principal ganha-pão da região, "(...) possui infraestruturas ultrapassadas e não competitivas." (Franco, 2016, p. 75).

Consequentemente, torna-se difícil para Tiraspol governar o território com o seu orçamento, sendo que, de modo a reduzir o fardo no mesmo, o próprio governo encorajou, em 2015, os reformados transnístrios que também possuíssem cidadania russa a requererem uma pensão do país. Os mesmo acabaram, posteriormente, por descobrir que as pensões russas chegam mais tarde à Transnístria e que, aquando da conversão de rublos russos para rublos transnístrios, os bancos retinham uma porção significativa das mesmas (Lungu, 2016). Não é surpreendente, portanto, que a pobreza afete um número cada vez maior da população local, que, devido ao baixo rendimento do território, vê o acesso à alimentação de qualidade e serviços médicos reduzidos, o que vem, por sua vez, reduzir a esperança média de vida da região (Crivenco & von Löwis, 2022).

Existe, no entanto, um grupo que se destaca no mercado transnístrio. Trata-se da Sheriff, que controla os ativos mais lucrativos da economia local (Deyatkov, 2012). Hoje em dia, é a Sheriff quem controla a vida política e económica da margem esquerda do Dniestre, detendo controlo sobre ambos os ramos legislativo e executivo do regime de Tiraspol, desde que Vadim Krasnoselsky se instalou no poder em 2016, e constando entre os seus ativos "(...) supermercados, bancos, refinarias, destilarias, farmácias, uma rede telefónica móvel, uma fábrica de confeções e uma equipa de futebol."²² (de Waal, 2018; Jarzabek, 2019, para. 8; Kolstø, 2020). Para além de deter quase um terço do mercado mediático, com apenas 2% dos *media* transnístrios a funcionarem de forma independente, graças a financiamento ocidental, a companhia financia igualmente o principal partido parlamentar, *Obnovlenie* (Lungu, 2016). O poder e influência da Sheriff é tal, que até os pequenos negócios locais temem pela sua sobrevivência, evitando transpor os limites da sua área de influência e entrar em colisão com o grande conglomerado da região, argumentando os próprios locais que esta deveria ser apelidada de

²² "(...) supermarkets, banks, refineries, distilleries, pharmacies, a mobile phone network, a clothing factory and a football team."; tradução livre do original

"República da Sheriff" (Jarzabek, 2019). Existindo igualmente alguma hesitação em falar abertamente sobre Viktor Gushan, dono da companhia Sheriff, e os seus negócios, já que é este e a sua companhia quem controla o que acontece no território (Coakley, 2022).

Um dos principais desafios para a região prende-se com impedir o *brain drain* e o fluxo migratório de mão-de-obra. Os próprios estudantes não escondem que, após a graduação, o seu desejo é deixar o território e procurar uma vida melhor, já que, mesmo que assegurassem um emprego estável na Transnístria, inclusive "(...) um trabalho na função pública, através de contactos familiares (...)"²³ (Lungu, 2016, para. 17), seria impossível viver com o salário que o mesmo ofereceria.. A escassa empregabilidade, juntamente com a pobreza local, força imensos a abandonarem o território, com destaque para os jovens, sendo a Rússia o destino predileto (Crivenco & von Löwis, 2022; Lungu, 2016; Porzucki, 2014). Um estudo da Organização Internacional das Migrações concluiu que, apenas durante o ano de 2015, cerca de 15% da população ativa abandonou permanentemente o país (Jarzabek, 2019). As razões para este abandono possuem diversas origens, desde étnicas e políticas, a socioeconómicas e laborais. Muitos jovens abandonam o território para prosseguir a sua formação no estrangeiro. Este *brain drain* leva à falta de profissionais qualificados, impedindo o desenvolvimento da região e sua economia (Crivenco & von Löwis, 2022). Segundo Lungu (2016), a Transnístria está a transformar-se numa "(...) república de reformados e crianças cujos pais estão frequentemente a trabalhar no estrangeiro."²⁴ (Lungu, 2016, p. 18), sendo que, à medida que a população em idade ativa diminui, os níveis de depressão aumentam. Ao mesmo tempo, as remessas de dinheiro que estes emigrantes enviam de volta para o território figuram entre as maiores fontes de rendimento para a economia da Transnístria (Dembíńska & Mérand, 2019).

A região vai-se tornando progressivamente menos populosa, juntando-se à forte fluxo migratório uma alta taxa de mortalidade e baixa fertilidade. Num território onde quem fica são as crianças e os mais idosos, a população diminuiu de 706,000 em 1990 para 554,00 em 2004, apresentando os dados de 2015 nova descida populacional, desta feita para 475,665 habitantes. A migração constitui efetivamente a principal causa para o declínio populacional que se verifica na Transnístria, estimando-se que, no período de 2004 a 2015, uma média de 2000 pessoas por ano abandonaram o território (Crivenco & von Löwis, 2022). Os jovens entre os 15 e 34 constituem a maioria daqueles que emigram, uma vez que sentem que não há nada para eles na região, que esta

²³ "(...) a civil service job, for example, through family connections (...); tradução livre do original

²⁴ "(...) republic of pensioners and children whose parents are often working overseas."; tradução livre do original

não possui uma cultura independente e que a que tem é controlada pelo governo. Os mais velhos recordam que “Quando proclamaram a independência, prometeram-nos que iríamos construir uma pequena Suíça aqui.”²⁵ (Jarzabek, 2019, para. 3) e que acreditavam ter o potencial para tal, mas, agora, mesmo sentindo-se transnístrios, os cidadãos queixam-se que a documentação nativa não os deixa chegar a lado nenhum, sendo necessários passaportes de segundas ou terceiras nacionalidades para chegar mais longe. “O colapso da URSS, o conflito político-militar de 1992, a ausência de um estatuto internacional político e legal e a crise socioeconómica levaram a Transnístria a tornar-se num lugar menos atrativo para se viver (...)”²⁶ (Crivenco & von Löwis, 2022, para. 14), resultando no êxodo que assola o território transnístrio. A migração dos jovens, aliás, vem, segundo Crivenco & von Löwis (2022), explicar a falta de revolta interna contra o regime de Tiraspol, uma vez que, segundo os autores, aqueles mais suscetíveis à contestação política e, conseqüentemente, no centro das revoltas são as gerações mais novas, que, na Transnístria, são quem abandona o território em busca de melhores vidas (Crivenco & von Löwis, 2022).

De um modo geral, a Transnístria é caracterizada enquanto um território com “(...) fraco potencial demográfico, mercado doméstico reduzido e carência de recursos naturais (...)” (Corrêa Ribeiro, 2016, p.108), que se mostra altamente dependente do exterior, não sendo capaz de sobreviver sozinha.

2.1 O caso da plurietnicidade da Transnístria

Em termos demográficos, a Transnístria detém uma população de cerca de meio milhão, que espelha a heterogeneidade da região envolvente (Franco, 2016). Como previamente estabelecido, existe uma maioria eslava, sendo que em 2015, data do recenseamento mais recente, os russos constituíam 29.1% da população local, os moldavos, 28.6%, os ucranianos representavam 22.4% da população e 1.4% dos recenseados identificaram-se enquanto “transnístrios”. Simultaneamente, foi detetada a presença de outras etnias no território, nomeadamente “(...) búlgaros, bielorrussos, os gagaúzes, alemães, ciganos, tártaros, entre outros (...)”²⁷ (Osipov & Vasilevich, 2019, p. 4), enquanto 14% não especificou a sua etnia. Contudo, os números oficiais apresentados pelo governo transnístrio indicam que 33.8% se apresenta enquanto russa, 33.2% moldava e 26.7% ucraniana, sobrando 6.3%

²⁵ “When they declared independence, they promised us that we were going to build a little Switzerland here.”; tradução livre do original

²⁶ “The collapse of the USSR, the military–political conflict of 1992, the absence of an international political and legal status, and the socio-economic crisis led to Transnistria becoming a less attractive place to live, (...)”; tradução livre do original

²⁷ “(...) Bulgarians, Belarusians, the Gagauz, Germans, Roma, Tatars, and such (...)”; tradução livre do original

para os restantes grupos. Para além da sua diversidade, outra característica dos habitantes da Transnístria é que a comunidade se manifesta significativamente russófona, sendo muitos descendentes daqueles que migraram para o Leste moldavo durante os tempos da União Soviética (Cojocar, 2006), e cerca de 50% dos locais, 220,000 segundo Telenko & Prysiazhniuk (2021), possuem cidadania russa (Kosienkowski, 2019).

A Transnístria não se define enquanto um estado-nação no sentido étnico. A sua constituição e a sua legislação de 1996 referem-se a um povo multinacional, sendo que a primeira proclama a igualdade de direitos e liberdades sem discriminação com base na raça, nacionalidade e língua, entre outros, e estabelece o direito do cidadão a preservar a identidade nacional própria, usar a sua língua nativa e escolher o idioma de comunicação. Simultaneamente, para além das três línguas oficiais - russo, ucraniano e moldavo - possuírem um estatuto legal igual e o mesmo grau de proteção e apoio, decidindo cada instituição qual será aquela por si oficialmente utilizada, é permitido o uso da língua da maioria dentro de uma designada região durante o período de eleições ou em referendos. No sistema educativo, os estudantes aprendem uma segunda língua oficial da Transnístria, para além do seu idioma de instrução, caso seja um dos três oficiais do território (Osipov & Vasilevich, 2019). Apesar disto, o russo é a língua que domina a vida pública e política da Transnístria, desde a administração pública, à educação, media e cultura, devido ao declínio dos falantes das outras línguas (Cojocar, 2006; Osipov & Vasilevich, 2019).

A política de diversidade da Transnístria encontra-se assente em três pilares, sendo eles um estado multinacional inclusivo, a igualdade dos cidadãos e o respeito e reconhecimento das culturas e línguas que habitam o seu território. No entanto, esta assume-se principalmente simbólica, não apresentando um impacto significativo no quotidiano da maioria da população, exceto para aqueles que se vêm obrigados a aprender moldavo ou ucraniano na escola. A implementação das leis referentes à língua, educação e cultura peca na sua concretização, sendo a população, inclusive as etnias não-russas, exposta a políticas de homogeneização. Apesar desta realidade, não existem, ao contrário do que a composição demográfica e geográfica pudesse induzir, sinais de movimentos separatistas ou a favor de uma integração na Moldávia ou Ucrânia, mesmo em caso de uma independência da Transnístria. Embora a Transnístria seja caracterizada enquanto um regime autoritário, as diversas etnias votam nas eleições e em referendos. Estudos sociológicos vêm demonstrar que não existem diferenças significativas entre as três principais etnias no que concerne

às principais questões políticas. Do mesmo modo, manifestações de antagonismo étnico e religioso apresentam-se como uma raridade (Osipov & Vasilevich, 2019).

Surge então, a questão do porquê desta pluriétnicidade não ter jogado contra a paz da região ou contra a própria Transnístria em si. Segundo Osipov & Vasilevich (2019), tal situação deve-se ao caráter versátil, flexível da abordagem da Transnístria à sua diversidade étnica, sendo esta abrangente e acomodando diferentes visões e expectativas, nomeadamente o desejo de manter a cultura moldava, o medo de um novo confronto violento ou discriminação em caso de mudança do status quo, a nostalgia soviética, entre outros. A principal narrativa da Transnístria caracteriza-se por não ser conflituosa, não gerando imagens de grupos dominantes e subservientes e retratando a Roménia e sua possível expansão enquanto um antagonista algo longínquo à entidade moldava genuína da Transnístria. O sistema transnístrio também não obstrui a ascensão na sociedade de indivíduos das diferentes etnias, existindo figuras não-russas em cargos elevados, e as instituições públicas não se encontram divididas com base em razões étnicas. O sistema não cria, portanto, uma base institucional para a construção de interesses e reivindicações étnicas distintas.

Simultaneamente, não se verifica uma institucionalização das comunidades étnicas e legislação relacionada com a língua e etnicidade permanece meramente declarativa, vagamente articulada e aberta a interpretação, realizando-se a sua implementação numa base *ad hoc* (Osipov & Vasilevich, 2019).

A política de diversidade da Transnístria pode ser descrita enquanto uma produção predominantemente simbólica, destinada a criar uma imagem da Transnístria enquanto um estado multiétnico coeso. Para tal, combina práticas de homogeneização cultural e linguística com a manutenção de instituições culturais e educacionais que servem os falantes de línguas para além da russa (Osipov & Vasilevich, 2019). A política parece mostrar-se eficaz num nível interno, já que, de acordo com a autora Cojocar (2006), existem sinais claros de que uma nova nação se está a desenvolver no território. Segundo inquéritos, parte dos locais crê que não existe uma distinção entre um povo transnístrio e um povo moldavo, sendo que uma divisão da República em duas seria simplesmente desnecessária, afirmando mesmo que, se o território está em terras moldavas, então os seus habitantes também o são – "(...) 'não existem diferenças entre o povo transnístrio e o povo moldavo', porque 'sempre que vivemos juntos e estas terras forem chamadas de Moldávia, os seus

habitantes também são moldavos'.²⁸ (Cojocar, 2006, p. 268)- e que o povo transnístrio não possui raízes históricas. No entanto, a maioria dos inquiridos vê a Transnístria como uma república multinacional, independentemente do seu reconhecimento, ou falta do mesmo, enquanto tal, uma vez que possui todos os atributos para constituir um Estado soberano. Segundo Piotr Oleksy, ser transnístrio implica pertencer ao *russskiy mir* sem interferir com ser etnicamente búlgaro, ucraniano ou moldavo (Kosienkowski, 2019). Simultaneamente, defendem que "(...) 'se a Transnístria existe, há uma razão para a existência do povo transnístrio' (...)"²⁹ e que "(...) tal como aqueles que vivem na América são americanos, aqueles que vivem na Moldávia são moldavos, e consequentemente aqueles que vivem na Transnístria são transnístrios".³⁰ (Cojocar, 2006, p. 268).

3. A RELEVÂNCIA DA TRANSNÍSTRIA PARA A RÚSSIA E SUA INFLUÊNCIA NO TERRITÓRIO

É um dado adquirido que a Transnístria sobrevive até aos nossos dias em grande parte graças à intervenção russa no território (Kolstø, 2014; Kosienkowski, 2012; O'Reilly & Higgins, 2008). Moscovo tem vindo a apoiar Tiraspol ao longo dos anos nos vários domínios da sociedade da Transnístria e detém uma grande influência sob o território, não sendo de estranhar, portanto, que a Rússia detenha uma imagem extremamente positiva nele (O'Loughlin, Kolossov, & Toal, 2014). Contudo, é necessário compreender que a atual relação entre a Federação Russa e a Transnístria vai para além dos laços históricos partilhados entre ambas, tendo-se desenvolvido ainda mais durante este período pós-União Soviética e no seguimento da guerra civil entre esta e a Moldávia. Para isso, serão analisadas as nuances sob as quais esta relação surge e se desenvolve, até onde a influência russa sob a Transnístria se estende e as ações russas que têm vindo a garantir a sua continuidade.

3.1 Política Externa Russa

Desde a implosão da União Soviética, em 1991, a política externa e de segurança da Rússia tem evoluído em função da sua relação com o Ocidente e com as principais potências ocidentais. Esta

²⁸ "(...) 'there are no differences between the Transnistrian people and Moldovan people', because 'every time we live together and these lands were named Moldova, the inhabitants are also Moldovans'."; tradução livre do original

²⁹ "(...) 'if Transnistria exists, there is a reason for the existence of Transnistrian people' (...); tradução livre do original

³⁰ "(...) like those who live in America are Americans, those living in Moldova are Moldovans, and consequently those living in Transnistria are Transnistrians'."; tradução livre do original

registrou, ao longo da história, períodos de aproximação e de afastamento. Durante a Guerra Fria, as relações entre as potências ocidentais e a então URSS foram de rivalidade estratégica, através da procura e disputa de espaço de influência a nível político e militar. O desmoronamento da União Soviética abriu espaço para uma maior aproximação entre a sua sucessora, a Federação Russa, e as organizações ocidentais, devido à maior abertura da liderança russa da altura ao modelo económico ocidental (Cruz & Fernandes, 2022). Esta aproximação chegou a incluir a perspectiva da integração russa na própria NATO. Contudo, a liderança de Vladimir Putin rompeu com esse rumo cooperativo (Fernandes & Cruz, 2022).

Este câmbio de direção teve como base a prosperidade económica e materializou-se sobretudo na guerra russo-georgiana de 2008 e nas revoluções que levaram à deposição dos governantes pró-russos na Geórgia e na Ucrânia, que foram substituídos por políticos que tinham como ambição a aproximação e eventual integração nas instituições ocidentais, nomeadamente a União Europeia e a NATO (Cruz & Fernandes, 2022; Kosienkowski, 2019). Para Putin, as revoluções tiveram como objetivo enfraquecer a Rússia, perceção alimentada pelo rápido reconhecimento dos substitutos interinos em cada país por parte da UE e EUA, procurando condicionar internamente os desenvolvimentos políticos e sociais (Corrêa Ribeiro, 2016). Este quadro geopolítico veio mudar as relações entre a Rússia e o Ocidente, uma vez que, na ótica de Moscovo e à semelhança da Guerra Fria, este procurava subjugar a Rússia ao retirar-lhe espaços vitais de influência e a zona tampão entre ambos, cercando a Federação (Cruz & Fernandes, 2022).

A Rússia considera-se uma superpotência, estando Moscovo no seio do seu bloco geopolítico e respetivo controlo civilizacional, encapsulando a sua esfera de influência o espaço historicamente russo. A Federação tem, portanto, o dever de o proteger e dirigir. Dentro dos pilares por detrás do comportamento estratégico russo, destacam-se a perceção de ameaça, o imperialismo e a capacidade de coação como meio de legitimação da autoridade de Vladimir Putin (Herd, 2021).

A visão da Federação sobre o seu espaço é condicionada pela perceção das ameaças ao mesmo. O espaço russo sempre se caracterizou pela fraca defensibilidade das suas fronteiras naturais, resultando no medo de intervenção e dinâmica complexa de ataque-defesa que tem marcado as campanhas militares russas ao longo dos séculos. As esferas de influência são vistas como espaços que devem ser defendidos das ameaças, nomeadamente a adesão por parte dos seus estados a alianças militares ou blocos económicos externos, o estabelecimento de bases militares externas permanentes no seu espaço e a interferência política que ameace a estabilidade local. Esta esfera e a

sua abrangência podem variar, desde o *ruskiy mir*, à União Económica Eurasiática ou a um espaço antiocidental sujeito ao controlo russo, que encapsula os territórios da Bielorrússia, a Transnistria e as regiões separatistas na Geórgia e Ucrânia (Herd, 2021).

O seu passado imperial, laços etnolinguísticos e pouca clareza quanto às suas fronteiras contribuíram para a complexidade da dinâmica entre a Rússia e seus vizinhos, assim como para a relutância daquela em se conformar com as fronteiras resultantes do colapso da União Soviética (Herd, 2021). Por exemplo, Moscovo vê a Bielorrússia e Ucrânia e respetivas populações como partes integrantes e centrais do território historicamente russo, como um só povo, língua, cultura e religião (Rogstad, 2016), e não como entidades estatais distintas da Federação, arriscando a Rússia entrar em guerra para prevenir a perda de Minsk e Kiev. No espaço pós-soviético mais alargado, os objetivos de Moscovo passam por gerir e guiar os territórios de acordo com os seus interesses, cimentando o caráter da Rússia enquanto potência global na ordem mundial multipolar (Herd, 2021).

O passado vem ajudar a explicar a veia imperialista de Moscovo. Vladimir Putin já afirmou que o colapso da URSS fora a maior catástrofe geopolítica do respetivo século (Osborn & Ostroukh, 2021), não constituindo uma surpresa que a Rússia, principal herdeira da política externa soviética de grande potência (Fernandes, 2021), procure recuperar o estatuto de grande império que a União possuía, sendo vital a consagração da sua hegemonia sobre o seu *near abroad* (Moisi, 2022). A Rússia justifica a seu foco na hegemonia regional em três pontos. Primeiramente, esta alinha-se com o seu papel e identidade histórica. Em segundo lugar, esferas de influência criam equilíbrio, previsibilidade e estabilidade nas Relações Internacionais. Finalmente, a hegemonia a nível regional é necessária para combater a hegemonia global americana, daí a Federação impor a sua soberania absoluta sobre a sua esfera de influência (Herd, 2021).

A nova Estratégia Nacional de Segurança da Rússia (ENSR), de julho de 2021 apresenta-se como o principal documento estratégico do Estado, ao qual ficam subordinados a doutrina militar e o conceito da sua política externa. Esta deve ser enquadrada no contexto da afirmação de um espaço geopolítico próprio em que a Federação quer proteger e projetar os seus interesses (Fernandes, 2021). A ENSR identifica os EUA e os seus principais aliados ocidentais como a principal ameaça aos interesses da Rússia, sublinhando as políticas de alargamento da NATO e UE como principal elemento de interferência no seu *near abroad*. O Ocidente ameaça igualmente a estabilidade política interna e os valores e princípios da Federação. A nova estratégia procura contestar a ordem hegemónica dominada pelos países ocidentais (O'Loughlin, Toal, & Kolosov, 2016) e guiar uma nova ordem internacional com

a Rússia no seu seio, reclamando para ela um papel mais relevante, que vá de encontro ao seu peso no contexto geopolítico internacional, nomeadamente o seu estatuto como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e na qual Moscovo possa salvaguardar os seus interesses (Cruz & Fernandes, 2022).

No que concerne à NATO, a organização e os seus aliados constituem uma ameaça militar à Federação Russa e aos seus principais parceiros, nomeadamente a CEI, através da construção de bases militares, realização de exercícios militares a instalação de sistemas antimísseis e armas nucleares nas suas proximidades, algo que a Rússia considera um atentado contra o seu espaço. A isto acrescem as sucessivas políticas de alargamento para Leste, algo aplicado igualmente à UE (Cruz & Fernandes, 2022), enquanto os Estados Unidos da América põem em causa a estabilidade estratégica no que toque à não proliferação nuclear (Fernandes, 2021).

A proteção dos valores, cultura e memória ganha relevo na ESNR, empregando a Rússia uma abordagem assumidamente defensiva, pois considera que estes se encontram ameaçados por fontes externas, mais concretamente pelos valores estrangeiros e ocidentalizados que rompem com as gerações passadas (Fernandes, 2021). A ocidentalização da cultura russa é vista como uma ameaça à soberania da Federação. No sentido de proteger os valores e o espírito russo das interferências externas, a ESNR indica o reforço da soberania cultural e preservação da unidade do espaço cultural da Federação Russa como pontos-chave. Esta defesa da cultura russa permite alargar o espaço de intervenção russo muito para além das suas fronteiras físicas. As comunidades russófonas e as entidades russas que desenvolvem atividades no estrangeiro são vistas como fulcrais, sendo que a Rússia procura utilizar a proteção das comunidades russófonas, segundo Moscovo discriminadas, como meio de legitimação do alargamento das fronteiras russas no seu espaço de soberania cultural (Fernandes & Cruz, 2022; O'Loughlin, Toal, & Kolosov, 2016; Rogstad, 2016). É neste contexto que se inserem a Geórgia, a Moldávia e a Ucrânia, integrando todas o *near abroad* russo e detendo comunidades russófonas que Moscovo perceciona como vulneráveis e a necessitarem de defesa contra as ameaças, sendo que na Moldávia esta comunidade se encontra maioritariamente concentrada na Transnístria (Caixeta Arraes & Gomes Nogueira, 2020; Cojocar, 2006; Domingues, 2021; Telenko & Prysiazhniuk, 2021). Para além do seu *near abroad*, assumem ainda destaque os a Sérvia e a Bósnia e Herzegovina, países nos quais o Kremlin mantém uma forte influência política, fruto da sua proximidade histórica e cultural. A “soberania cultural” surge, assim, como um dos eixos

centrais da estratégia, colocada em perigo pela “ocidentalização da cultura” (Fernandes & Cruz, 2022).

A Rússia atribui diferentes prioridades consoante os espaços geográficos, através da aplicação, distintiva, de instrumentos políticos, económicos e militares. Da mesma forma, também o uso das suas capacidades militares convencionais está reservado a determinados contextos, sobretudo aos que ocorrem junto às suas fronteiras (Cruz & Fernandes, 2022). Apesar de alguns elementos de projeção global, a ENSR é sobretudo dedicada à ambição russa no seu *near abroad*, que reflete as suas principais preocupações de segurança. O espaço pós-soviético é a região onde são identificados grande parte dos objetivos vitais russos, em particular no domínio da segurança, assumindo especial destaque a Bielorrússia, a Ucrânia e a Moldávia, formando uma zona tampão face ao Ocidente (Fernandes & Cruz, 2022).

A ação russa foca-se no apoio político e económico, como forma de limitar a capacidade de intervenção de outras potências exteriores, procurando a Rússia prestar auxílio político-económico e apoiar os seus aliados e parceiros nos campos da segurança e defesa (Fernandes & Cruz, 2022). Em termos militares, a orientação russa apresenta-se defensiva, procurando impedir o alargamento das organizações ocidentais na região (Cruz & Fernandes, 2022). Na ENSR é dado igualmente ênfase ao reforço de laços e à primazia das relações com os Estados do espaço pós-soviético (Fernandes, 2021). Dado o carácter vital dos interesses no seu *near abroad*, o regime de Moscovo está disposto a aplicar os seus instrumentos de poder, incluindo os militares, uma vez que considera esse espaço fulcral para a sua própria sobrevivência e dos valores russos (Cruz & Fernandes, 2022).

A definição que o documento faz em relação ao que considera ser uma “ameaça à segurança nacional” é muito abrangente, englobando todas as condições ou fatores que possam pôr em causa os interesses russos. Esta abrangência do conceito alarga geograficamente o espaço de atuação da Rússia (Fernandes & Cruz, 2022). Com esta nova estratégia, as relações com o Ocidente em geral e, em particular, com os EUA, não são articuladas num âmbito cooperativo, sobretudo devido às ameaças que constituem nas áreas de interesse russo. O combate aos riscos associados à ocidentalização do país em termos políticos, económicos e culturais, assumem-se como um dos pilares fundamentais para a identidade russa. A identificação do Ocidente enquanto "o outro" traz igualmente coesão a nível interno e legitima o regime vigente (Fernandes & Cruz, 2022).

3.2 Propósito da Transnístria nas relações russo-moldavas

Quando se fala da relação entre a Rússia e a Transnístria é inevitável não referir a relação entre a primeira e a Moldávia, já que ambas estão intrinsecamente ligadas. Franco (2016) descreve a Transnístria como um ativo geopoliticamente valioso para a Rússia. É através dela que Moscovo consegue exercer pressão sobre a Moldávia e manter a sua influência na região. Segundo Necsutu (2019), para os investigadores a Transnístria é precisamente o modelo que a Rússia tem em mente para os conflitos gelados dentro da sua esfera de influência. É o poderio político e militar russo que garante a continuidade do *status quo* do território, ou seja, a sua existência está à mercê da Rússia (Necsutu, 2019). Olhando para a política externa russa e a sua luta contra a expansão física e ideológica ocidental e perda de influência no seu *near abroad*, a Moldávia e a Transnístria figuram, portanto, como uma pequena peça de um grande jogo que a Rússia disputa para procurar fazer-se ouvir no que diz respeito às grandes questões de segurança na Europa (Rogstad, 2016).

Ao longo dos tempos, o principal objetivo da Federação Russa em relação a Chisinau tem-se prendido com a inclusão do país na sua área de influência. Um dos métodos através do quais Moscovo tentou fazê-lo foi através de uma resolução do conflito na Transnístria em que esta, pró-russa, obtivesse direito de veto em questões de relevância para a união da Moldávia e que legitimasse a presença militar russa na região. A nomeação em 2012 de um apoiante da independência da Transnístria e o seu reconhecimento para os cargos de representante especial do presidente russo na Transnístria e copresidente da comitê intergovernamental russo-moldavo, sob a forma de Dmitry Rogozin, serviu igualmente como meio de exercer pressão sobre o governo moldavo e os seus parceiros no Ocidente para que cedessem às condições russas para a resolução do conflito. O autor Rodkiewicz (2012), pôs na mesa a hipótese da Rússia reconhecer a independência da Transnístria, caso esta jogada não resultasse, uma vez que o cargo de representante especial de Rogozin fora criado à imagem daquele existente na Abecásia e Ossétia do Sul, territórios cuja independência Moscovo reconhece, ao invés da esmagadora maioria da Comunidade Internacional, o que sugeriria uma abordagem russa semelhante à que se testemunhou no Cáucaso. Contudo, até à altura da elaboração deste documento, tal reconhecimento não se sucedeu. A Transnístria detém, portanto, um papel crucial nas relações entre Moscovo e Chisinau. A Federação Russa já admitiu que a sua posição quanto à resolução do conflito dependeria da neutralidade do Estado moldavo e que esta deveria continuar a ser observada mesmo após uma eventual reunificação (Devyatkov, 2012).

Segundo Devyatkov (2012), a tumultuosa relação russa com a República da Moldávia caracteriza-se como uma de protecionismo e reatividade, em função de um medo de desintegração do

espaço pós-soviético e conseqüente isolamento da Rússia do resto da Europa. Com a NATO a bater às portas de Chisinau, o desejo de evitar a adesão moldava à organização e integração no Ocidente rege a política russa no país, principalmente após a entrada da Roménia e Bulgária. Uma das razões pelas quais a Rússia quer, a todo o custo, evitar essa adesão prende-se com o facto de que isso abriria um precedente para uma potencial adesão da Ucrânia, país vital para o futuro e dentro do próprio espaço pós-soviético (Devyatkov, 2012). É vital para Moscovo a integração de Chisinau nas instituições do mundo pós-soviético e no plano eurasiático (Kosienkowski, 2019).

Uma vez que o seu território não é contíguo com a Rússia, a Transnístria funciona como "(...) uma guarda avançada na linha da frente do cordão sanitário com o Ocidente, cuja manutenção da integridade é uma prioridade para Moscovo." (Franco, 2016, p. 75), daí o alarmismo russo para a crescente disposição moldava para com o resto da Europa e outra razão para a Rússia querer evitar a alienação da Moldávia da sua esfera de influência. Todavia, a Federação por diversas vezes reagiu a esta ameaça, tendo colocado um embargo sobre os vinhos moldavos e ameaçado outro sobre os seus produtos agrícolas, aumentado o preço do fornecimento de recursos energéticos e ameaçado restringir os vistos de milhares de moldavos na Rússia. Um momento particularmente tenso foi aquando de uma visita oficial russa a Chisinau, onde Rogozin "(...) declarou que "o comboio moldavo a caminho da Europa poderia perder alguns vagões" numa alusão velada à Transnístria e à Gagaúzia [*sic*]."³¹ (Franco, 2016, p. 75).

O intensificar da competição pela Moldávia com o Ocidente, desde o início do século, levou a um maior desenvolvimento das relações de clientelismo entre a Rússia e a Transnístria (Kosienkowski, 2019). O principal objetivo da Rússia na região não se trata da Transnístria em si, mas sim de manter toda a Moldávia sob a sua esfera de influência. Para tal, Moscovo por diversas vezes lidou diretamente com Chisinau, celebrou acordos bilaterais entre ambos, procurou o consentimento moldavo para a permanência das forças militares russas e resolução do conflito na Transnístria nos seus termos e pressionou o governo local a escolher juntar-se a entidades de cariz eurasiático e não exclusivamente ocidental. O apoio à subsistência da Transnístria funciona, portanto, como instrumento de poder comercial face à Moldávia e entidades ocidentais (Rogstad, 2016).

A maior vantagem estratégica que a Transnístria fornece à Rússia é impedir que a Moldávia integre a UE. O facto de Chisinau não controlar a totalidade do seu território dificulta a implementação de certos acordos e políticas, como a liberalização de vistos e o Acordo de Comércio Livre Abrangente

³¹ A autora refere-se à região da Gagaúzia

e Aprofundado. Simultaneamente, Moscovo "(...) pode usar o Estado *de facto* transnístrio para despoletar uma crise nas relações entre a Transnístria e a Moldávia."³² (Kosienkowski, 2019, p. 7) ou utilizar as forças militares naquela destacadas e incitar a uma revolução contra o controlo moldavo, podendo mesmo estender-se até à Gagaúzia, ambos cenários que causariam fortes entraves à integração de Chisinau nas estruturas de Bruxelas. Do mesmo modo, a Federação poderá jogar no campo oposto e aliciar a Moldávia com a possível reincorporação de Tiraspol, caso esta decidisse alinhar-se com a Rússia, sendo que esta nunca renunciou oficialmente o seu apoio pela integridade territorial moldava e apresenta-se como o único ator possivelmente capaz de convencer a Transnístria a abandonar as suas metas independentistas (Kosienkowski, 2019).

Zadeskey (2022) considera a Transnístria "(...) um Estado-fantoches russo, utilizado para obstruir o crescimento da hegemonia política e económica ocidental na antiga URSS."³³ (Zadeskey, 2022, para. 50). Tiraspol é um meio para atingir uma meta final face a Chisinau e a política de Moscovo face aos transnístrios depende das ações da Moldávia relativamente a questões de aproximação ao Ocidente, jogando a Rússia, de certo modo, por ambos os lados da disputa (Cimmino, 2019; Devyatkov, 2012; Rodkiewicz, 2012). Num plano mais alargado, as relações russo-ucranianas e as da Moldávia com o Ocidente também vêm definir a trajetória das atividades russas no território (Telenko & Prysiazniuk, 2021). Pelo mesmo motivo, o autor Rogstad (2016) considera que "(...) qualquer movimento russo para anexar a república *de facto* ou reconhecê-la enquanto um Estado soberano é pouco provável."³⁴ (Rogstad, 2016, p. 8), já que tal jogada por parte da Federação privá-la da sua maior moeda de troca na luta pela influência sobre a Moldávia.

A Transnístria mostrava-se possivelmente relevante no discurso da *Novorossiya*, mas desde a anexação da Crimeia por parte da Rússia, em 2014, que tal premissa foi desaparecendo da oratória de Putin. O mesmo se verificou com a Moldávia num todo: enquanto os ucranianos são considerados um "povo irmão", sob a mesma família religiosa e cultural, a liderança russa não mostra nutrir tal sentimento pelo povo moldavo. A principal preocupação da Rússia no território é, por conseguinte, impedir a expansão do Ocidente para aquela que considera a sua esfera de influência. A anexação da Crimeia estabeleceu um novo precedente para o quão longe a Rússia está disposta a ir para alcançar

³² "(...) can use the Transnistrian *de facto* state to trigger a crisis in relations between Transnistria and Moldova."; tradução livre do original

³³ "(...) a Russian puppet state, used as a proxy to hinder the growth of Western political and economic hegemony in the former USSR."; tradução livre do original

³⁴ "(...) any Russian move to annex the *de facto* republic or recognize it as a sovereign state is unlikely."; tradução livre do original

os seus objetivos no espaço pós-soviético, mas estes interesses e prioridades não são uniformes ao longo dele, tratando a Rússia cada caso individualmente e desenhando cada abordagem separadamente da anterior (Rogstad, 2016).

Socor (2018) realça como, apesar de não reconhecer a sua soberania, os russos lidam com a Transnístria de maneira independente em relação à Moldávia. Apesar da possibilidade da Rússia reconhecer a soberania de Tiraspol não poder ser completamente descartada, baseando-se no histórico da política russa, tal só aconteceria caso houvesse uma mudança de rumo político significativa no lado moldavo, tal como abertamente desejar integrar a NATO (Rogstad, 2016).

3.3 Negociações e tentativas de resolução do conflito

No decorrer dos anos que se seguiram ao conflito armado na Transnístria, houve várias tentativas por parte de diferentes atores para a resolução pacífica da questão da Transnístria. Naturalmente, a Rússia, enquanto um dos principais atores da região e com maior grau de proximidade ao conflito, propôs variadas alternativas para alcançar o fim do conflito e participou igualmente em diversas negociações multilaterais que tiveram lugar para essa finalidade. Desde o início do século XXI, destacam-se especificamente, no entanto, duas destas ocasiões.

Primeiramente, em 2003, a Rússia sugeriu a resolução da questão através da federalização da Moldávia e Transnístria. A ideia surgiu após o Memorando de Moscovo de 1997, que visava a normalização das relações moldavo-transnístrias e fora posteriormente assinado sob o auspício da OSCE (Rogstad, 2016). O Memorando Kozak consistiu numa proposta de resolução da questão da Transnístria através de uma divisão assimétrica do Estado moldavo, que se tornaria numa federação. Nesta, tanto a Transnístria, como a Gagaúzia, outro território pró-russo e autónomo dentro da Moldávia, teriam igual poder de decisão quanto o resto da Moldávia no que diz respeito ao rumo estratégico que o país tomaria daí em diante (Necsutu, 2019). Caso tivesse sido aceite, a margem esquerda do Dniestre passaria a deter um maior poder legislativo não só dentro do seu território, mas também dentro do Estado federalizado em si, passando a possuir poder de veto sobre matérias de política externa, o que, por sua vez, cimentaria a influência política russa sob toda a Moldávia. Esta divisão e federalização assimétrica da Moldávia, maximizariam o impacto da Transnístria no *policy making* do país e garantiriam a continuidade de tropas russas no seu território, sob o pretexto de garantir a paz. Este cenário traria uma inclinação na balança do poder dentro do Estado moldavo a favor do lado pró-russo (Rodkiewicz, 2012). O plano foi inicialmente aceite, mas em última instância

rejeitado pelo então presidente moldavo Vladimir Voronin, com apoio ocidental (Cimmino, 2019, Rogstad, 2016). Apesar de a Rússia ter ocasionalmente tentado reavivar este plano, a proposta em causa é até hoje considerada inaceitável para o governo moldavo, uma vez que ambos os territórios representam uma ínfima parte da população da Moldávia (Necsutu, 2019).

Posteriormente, em 2012, a Moldávia e a Transnístria concordam em oficialmente retomar as negociações, um passo importante em direção à resolução do conflito, sob o formato 5+2, que havia sido estreado em 2005, mas interrompido no ano seguinte. Este formato de negociações 5+2 corresponde a uma negociação diplomática que envolve a Moldávia e Transnístria, as partes conflituosas, e a Rússia, Ucrânia e OSCE, enquanto mediadores, com a União Europeia e Estados Unidos a exercerem o papel de observadores (Cimmino, 2019; Rodkiewicz, 2012). Apesar de as restantes partes envolvidas nas negociações, incluindo a Rússia, não reconhecerem internacionalmente a soberania da Transnístria, o que significa que, pela primeira vez desde 2002, existe um consenso entre os seus participantes, Sergey Lavrov, ministro dos negócios estrangeiros russo, afirma que "(...) nitidamente nenhuma instituição internacional apoia a ideia da independência da Transnístria ou da Moldávia enquanto um Estado unitário."³⁵ (Dvyatkov, 2012, p. 57), pelo que a solução passaria pela obtenção de um estatuto especial.

Contudo, após desentendimentos e períodos de maior tensão, estas negociações foram suspensas em 2006 e só seriam retomadas em 2012. Segundo Cimmino (2019) e Rodkiewicz (2012), a Rússia só aceitou reabri-las, devido aos seus interesses particulares na Transnístria.

Para Cimmino (2019), é a Rússia quem mais pode ganhar com as negociações 5+2, sendo que estas permitiram-lhe fomentar ainda mais a sua influência política e cultural na Transnístria e expandir, ou pelo menos mantê-la, na Moldávia. A Federação tem continuamente intercedido a favor de uma maior autonomia da Transnístria, tendo, no entanto, evitado até ao momento advogar pela sua independência ou anexação. Deste modo, a autonomia do território poderá não constituir um objetivo final para a Rússia, mas sim um elemento de um plano mais amplo, oferecendo as negociações da OSCE uma alternativa para Moscovo atingir a meta de exercer influência sobre a totalidade da Moldávia, não só sobre os seus territórios autónomos ou disputados. Estas negociações manifestam-se, por conseguinte, como uma chance para alcançar pequenos avanços em direção aos objetivos que a Rússia já tentara atingir em 2003 com o Memorando Kozak (Cimmino, 2019).

³⁵ "(...) it is crystal clear that no international institution supports the idea of Transnistrian independence or Moldova as a unitary state."; tradução livre do original

Ao longo das negociações, a abordagem russa tem consistido numa combinação de passos unilaterais e multilaterais para assegurar os seus interesses. A nível unilateral, manteve as suas forças militares na Transnístria, procurou lidar diretamente com as autoridades da Transnístria em vez das moldavas e chegou mesmo a realizar eleições no território, em 2018. Simultaneamente, afirma que a integridade territorial moldava deve ser respeitada, concordando com os restantes "mediadores" e "observadores" das negociações, aproveitando-se do seu estatuto de mediador para fazer avançar a sua agenda. Estas jogadas por parte da Rússia fazem parte do domínio multilateral. Aliás, o conceito de estatuto espacial que a OSCE aplica à Transnístria é uma criação russa, constituindo, portanto, qualquer passo nessa direção um simultâneo avanço da prerrogativa russa dentro da Moldávia, que, por sua vez, seria usado pela Federação como justificativa para as manobras da sua política externa noutros antigos estados soviéticos (Cimmino, 2019). Convém notar que esta abordagem de cariz misto por vezes produz resultados paradoxais àquilo que a Rússia diz defender. Mais concretamente, ao conduzir plebiscitos dentro da Transnístria sem o *input* ou consentimento do governo moldavo, Moscovo aparenta ignorar a soberania moldava sobre o território, soberania esta que diz reconhecer (Socor, 2018a).

Não obstante, a própria participação da Rússia nos diversos processos de negociação já foi posta em causa, nomeadamente pelo lado moldavo. Certos setores dentro da Moldávia afirmam que Moscovo não pode ser um mediador imparcial do conflito, uma vez que o acusam de ter participado nele e ajudado o lado transnístrio aquando do confronto armado, e que devia, portanto, ceder esse papel (Devyatkov, 2012). Ainda assim, o governo russo por diversas vezes justificou o seu papel enquanto principal mediador nos conflitos do espaço pós-soviético, incluindo aquele aqui em causa, argumentando que é sua responsabilidade proteger as minorias com ligações étnicas ou históricas à Rússia (Cuppuleri, 2020).

3.4 Forças militares russas na Transnístria

A presença militar russa na Transnístria foi essencial para a sua continuidade e segurança militar (Kosienkowski, 2012). A permanência de um contingente desta natureza em território transnístrio constitui desde o fim do conflito armado uma das mais controversas e complexas questões por resolver na questão da Transnístria. Para alguns, incluindo Anatoly Dirun, analista político em Tiraspol, as forças de manutenção da paz russas são necessárias para a preservação da paz na região, sendo que, de acordo com o mesmo, num cenário onde o conflito continue por resolver, "(...) a

retirada das tropas russas, que formam a base do contingente de manutenção da paz, levará a uma nova ronda de escalada do conflito,”³⁶ (Necsutu, 2019, para. 16). Contudo, para a Moldávia, a presença de tropas russas em território que considera seu é algo inaceitável, pelo menos nos moldes em que tal tem vindo a acontecer, sendo que tanto o país, como a Comunidade Internacional, já por diversas vezes protestaram dado que a Rússia se havia comprometido a retirá-las do território em 1999, durante a Cimeira de Istambul, algo que ainda está por cumprir (Necsutu, 2018). Em 2018, a própria ONU, organização de cariz global, aprovou uma resolução que apelava à retirada incondicional do Grupo Operacional de Forças Russas da Transnístria, realçando que estas não fazem parte da Comissão de Controlo Conjunto estabelecida aquando do cessar-fogo do conflito e que não possuem qualquer mandato legal para a manutenção da paz (UNGA, 2018).

Porém, para a Federação Russa, a presença de um contingente militar na Transnístria sempre foi vista como vital para poder exercer algum controlo sobre a situação de ambos os lados do Dniestre. Conforme previamente estabelecido, a Moldávia apresenta-se como altamente suscetível à influência do Ocidente e como potencial porta de entrada ou expansão da UE ou NATO no Leste Europeu. O posicionamento de tropas russas na Transnístria funciona como uma estratégia de *hard power* sobre a Moldávia (Cimmino, 2019). Aliás, considera-se que é um dos principais fatores que impedem a recaptura de Tiraspol por parte de Chisinau (Kolstø, 2020). A permanência da 14.^a Divisão do exército russo no território atesta que o governo russo está decidido em manter uma Moldávia neutra e faz pairar sob ela a constante ameaça de que Moscovo não tem medo de recorrer à força, se tal significar o cumprimento dos seus objetivos, tal como comprovam a guerra na Geórgia e a crise ucraniana (Dvyatkov, 2012, Rogstad, 2016). Simultaneamente, a Rússia e a Transnístria visam manter o formato das operações de manutenção de paz na região, que são dominadas por tropas russas. Mesmo após se terem registado fatalidades e a Moldávia ter proposto a transformação da missão militar numa operação civil internacional, com o apoio da Ucrânia e da Alemanha, Moscovo e Tiraspol recusaram-se a discutir a possível alteração (Rodkiewicz, 2012).

Esta questão chegou mesmo a contribuir para o reatar das negociações multilaterais para a resolução do conflito. Moscovo proclamou que poderia alterar o formato da sua missão de manutenção da paz e retirar a 14.^a Divisão da Transnístria, algo que veio tranquilizar um pouco a Moldávia e Bruxelas e ajudou ao retomar das negociações em 2012 (Dvyatkov, 2012).

³⁶ “(...) the withdrawal of Russian troops, which form the basis of the peacekeeping contingent in the security zone, will lead to a new round of escalation of the conflict,”; tradução livre do original

Em 2016, a maioria dos integrantes da 14.^a Divisão chegaram a ser retirados da região, restando então apenas um grupo operacional, cujos objetivos eram a salvaguarda dos armazéns militares locais e respetivos conteúdos e a manutenção da paz. Tal operação contava não só com forças russas, mas também com soldados moldavos e transnístrios, que se encontrariam em 15 postos de controlo espalhados pelas áreas mais importantes da zona de segurança, que se estende por 225 km ao longo do rio Dniestre. Contudo, as autoridades moldavas mostraram-se reticentes quanto a esta operação, chegando a deportar alguns dos soldados à sua chegada. Como resposta, o governo russo começou a importar mais produtos agrícolas provenientes da Gagaúzia, o outro território autónomo pró-russo dentro da Moldávia, pretendendo mostrar que "(...) lealdade política pode trazer benefícios económicos."³⁷ (Lungu, 2016, para. 6).

Entre 1500 e 2000 soldados encontram-se posicionados na Transnístria, efetuando exercícios militares em conjunto com o exército transnístrio, tendo o seu número vindo a aumentar desde 2017 (Necsutu, 2018), e estima-se que cerca de 90% dos operacionais russos na região sejam transnístrios com dupla cidadania (Lungu, 2016). Apesar de uma presença relativamente limitada, a permanência das forças militares russas no território funciona como uma garantia de segurança para Tiraspol e beneficia a própria Transnístria, precavendo um possível ataque moldavo e permitindo à liderança local focar-se em fortalecer a independência *de facto* da Transnístria (Kosienkowski, 2019).

3.5 Apoio russo à Transnístria

Como previamente estabelecido, a Transnístria carece dos recursos naturais ou internos para manter a sua economia e é a Rússia quem sustenta o território a esse nível e garante a sua continuidade (Franco, 2016; Kosienkowski, 2012). Este apoio vem desde o início do conflito em 1992, altura em que, no meio do caos que foram os primeiros meses pós-soviéticos, se envolveu na disputa entre a Moldávia e a Transnístria (Rogstad, 2016). Aliás, muitos responsabilizam a Federação Russa pelos atos ilícitos cometidos pelos separatistas transnístrios, nomeadamente devido ao apoio político e militar por ela fornecido, que lhes permitiu instaurar o seu regime, e à participação de soldados russos nos confrontos. Deste modo, é possível inferir que a Rússia contribuiu diretamente para a criação do regime transnístrio dentro da Moldávia. Mesmo após o cessar-fogo de julho de 1992, Moscovo continuou a apoiar os separatistas a nível político, militar e económico, garantindo, assim, a sua sobrevivência e autonomia face à República da Moldávia (O'Reilly & Higgins, 2008).

³⁷ "(...) political loyalty can bring economic benefits."; tradução livre do original

O próprio antigo presidente da Transnístria, Igor Smirnov, admitiu o facto de que o território só conseguira sobreviver até então graças à contínua intervenção russa, que abrangeu os diversos patamares políticos, económicos, militares e sociais transnístrios (Kosienkowski, 2012). O tráfico de armas, um dos pilares da economia da Transnístria, foi, em parte, possível graças ao apoio de empresas russas, que o apoiavam. A Transnístria também contou com apoio da Rússia no que toca ao fornecimento de gás natural, sendo que a primeira recebia da Federação gás sob termos mais economicamente favoráveis comparativamente ao resto da Moldávia e os contratos de fornecimento de uma não se aplicavam à outra (O'Reilly & Higgins, 2008). O Estado *de facto* incorreu mesmo numa dívida para com a Gazprom, empresa energética russa e gigante internacional no campo de exportação de gás natural, uma vez que só pagara por uma parte do recebido e, desde 2009, deixou de pagar por completo (Kosienkowski, 2019). A dívida em causa, que a Rússia considera ser de Chisinau e não de Tiraspol, já que a Transnístria constitui parte da Moldávia, rondava os 4 mil milhões de dólares em 2015 e o gás, recebido a custo zero, dava à Transnístria um lucro de 400 milhões por ano com a sua venda (Dembińska & Mérand, 2019; Telenko & Prysiazniuk, 2021). Simultaneamente, os principais consumidores e devedores deste gás são as unidades industriais pertencentes a oligarcas e ao Estado russo (Jarzabek, 2019). Moscovo fornecia igualmente recursos energéticos, como eletricidade, diretamente a Tiraspol e existia simultaneamente entre ambas cooperação judicial para a transferência de prisioneiros, sem a necessidade de passar pelas autoridades moldavas (O'Reilly & Higgins, 2008).

Hoje em dia, a Transnístria mantém-se totalmente dependente da Rússia no que toca a questões de segurança e subsistência económica, sendo que a Rússia continua a afirmar-se enquanto o seu principal parceiro nos diversos campos, desde o político, humanitário e económico, ao cultural e educacional (Kolstø, 2020). É a Rússia que providencia subsídios a todos os reformados na Transnístria, independentemente da sua nacionalidade, com o equivalente a 10 dólares mensais. Simultaneamente, em 2015 gastou 150 milhões de rublos para equipar escolas russófonas no território com mais de 600.000 manuais aprovados pelo regime (Lungu, 2016). Segundo Devyatkov (2012), o governo russo estaria a elaborar uma estratégia de desenvolvimento regional até 2025 para a Transnístria, que acabaria com a sua dependência pelo financiamento russo e abrandaria a catástrofe demográfica que é o êxodo de trabalhadores da região. Outro mecanismo de *soft power* que a Rússia exerce sobre a Transnístria prende-se com um "projeto humanitário" que aumenta as prestações sociais para os menos avantajados, tendo a Rússia noção de que uma crise financeira tornaria a população e a região em si ainda mais politicamente imprevisíveis (Devyatkov, 2012).

Num plano económico e social, a Transnistria apresenta-se cada vez mais integrada nas estruturas russas. Os manuais usados na escola são russos, aprende-se a história da Rússia, muitos vão estudar para Moscovo ou São Petersburgo, um grande número recebe as suas pensões da Federação e são mais de 200.000 os residentes do território que detêm cidadania russa (Crivenco & von Löwis, 2022; Kolstø, 2014). Centenas de companhias da Transnistria são posse de correspondentes russas e o território encontra-se totalmente dependente de gás russo, pelo qual frequentemente não paga, como acima mencionado (Kolstø, 2014; Kosienkowski, 2019). O governo de Putin também apoiou a Transnistria a desenvolver pequenos negócios e a renovar e construir edifícios públicos e hospitais, oferecendo simultaneamente bolsas a estudantes e pagando um grande número de pensões a reformados (Crivenco & von Löwis, 2022; Jarzabek, 2019). A Transnistria recebe, em média, 100 milhões de dólares anualmente em empréstimos e subsídios por parte da Rússia, sobrevivendo a economia da Transnistria num todo graças a estes (Kolstø, 2014; Kosienkowski, 2019).

Segundo Rodkiewicz (2012), uma das metas de Moscovo será não só estreitar laços económicos e institucionais, mas também alcançar uma "taiwanisação"³⁸ da Transnistria, ou seja "(...) providenciar a região (...) com a oportunidade de desenvolver relações comerciais independentemente de Chisinau."³⁹ (Rodkiewicz, 2012, p. 1), daí ter aceitado retomar as negociações 5+2, até então suspensas. Esta "taiwanisação" viria igualmente fortalecer a posição da Transnistria face à Moldávia, uma vez que aquela teria a oportunidade de melhorar a sua condição económica e aliviar o fardo russo de suportar financeiramente o território, fardo esse que viera a aumentar desde o fracasso da implementação do Memorando Kozak (Dembińska & Mérand, 2019; Rodkiewicz, 2012).

O apoio russo à Transnistria é uma constante ao longo das quase três décadas do território disputado, tendo a Rússia funcionado como um escudo protetor da Transnistria no cenário regional e internacional (Kosienkowski, 2012), e Kolstø (2020) considera mesmo que o Kremlin trabalharia com o regime transnístrio independentemente da sua liderança, mesmo que autocrática, e que só retiraria o seu apoio à Transnistria se a "(...) corrupção e desgoverno alcançassem tais proporções que a estabilidade social pudesse ficar em perigo (...) "⁴⁰ (Kolstø, 2020, p. 18). A Rússia teve, aliás, um papel

³⁸ "‘Taiwanisation’ of Transnistria" (Rodkiewicz, 2012); tradução livre do original

³⁹ "(...) provide the region (...) with the opportunity to develop trade relations independently of Chisinau."; tradução livre do original

⁴⁰ "(...) corruption and mismanagement reached such proportions that social stability could be imperilled (...)"; tradução livre do original

importante no rescaldo da corrida à liderança de Tiraspol em 2016. Esta foi ferozmente disputada entre Yevgeny Shevchuk, incumbente e representante do *Obnovlenie*, e Vadim Krasnoselsky, independente, mas com ligações à Sheriff. Apesar da enorme tensão política e sem o apoio explícito da Federação por qualquer candidato, Krasnoselsky venceu confortavelmente com cerca de 62% dos votos. A Rússia interveio silenciosamente, persuadindo Shevchuk a aceitar a derrota sem grande alvoroço e assegurando-lhe que não seria acusado de corrupção ou abuso de poder. Krasnoselsky acabaria por fazer avançar com as acusações, forçando a fuga do ex-presidente, mas a Rússia tentou assegurar uma transição pacífica do poder no território, zelando pela sua estabilidade interna (Kolstø, 2020; Kosienkowski, 2019).

Apesar de a Transnístria se apresentar como um ativo geopoliticamente valioso para a Rússia, a manutenção do território nem sempre é fácil. A desvalorização do rublo, consecutivas baixas no preço do petróleo, despesas associadas ao apoio a grupos separatistas pró-russos na Ucrânia e consequentes sanções económicas das quais a Rússia foi alvo perturbam-lhe a capacidade de sustento da região. Em 2016, a título de exemplo, os vencimentos dos funcionários públicos transnistrios, sustentados pela Federação, caíram 20% e os reformados deixaram de receber complementos com o sistema de pensões que, como previamente estabelecido, a Rússia financia, demonstrando o quão a sensível Transnístria é às oscilações da economia (Franco, 2016).

3.6 Visão da Transnístria da Rússia

Como anteriormente estipulado, a Rússia detém uma imagem extremamente positiva dentro da Transnístria. Em 2013, Tiraspol aprovou uma lei que definia que a legislação russa passaria a constar do código jurídico da Transnístria, da mesma maneira que as leis da UE estão incorporadas no quadro jurídico dos membros da Associação Europeia de Comércio Livre (Kolstø, 2014). Esta proximidade, e quase-veneração, deve-se não só à nostalgia da União Soviética e laços históricos, políticos, culturais e sociais que a Transnístria possui com a Rússia, considerada a sucessora da URSS, mas também ao modo como a Federação a tem vindo a sustentar e a garantir a sua contínua existência ao longo dos anos, como foi já possível verificar (Kosienkowski, 2012; Telenko & Prysiazhniuk, 2021). A grande maioria da população, independentemente do grupo étnico, confia na liderança do Kremlin e tem fé que esta protegerá os interesses da região de uma eventual unificação moldavo-romena (O'Loughlin, Kolossov, & Toal, 2014). O alto nível de confiança que os transnistrios depositam na Rússia apresenta-se como um dos seus mais preciosos recursos geopolíticos na região. O povo transnístrio compreende que o território só sobreviveu até agora graças ao contínuo apoio russo e que o mesmo se encontra dependente da Federação para as questões de segurança, para

além das económicas. No caso transnístrio, a média de 100 milhões de dólares que Moscovo fornece por ano ao território representa cerca de 50% a 70% do orçamento de Tiraspol (Franco, 2016; Kolstø, 2020; Kosienkowski, 2019; O'Loughlin, Kolossov, & Toal, 2014). Segundo um estudo de O'Loughlin, Kolossov, & Toal (2014) a maioria dos transnístrios entrevistados pelos autores mostrava-se a favor da continuidade da presença russa no território.

Este apoio transnístrio pela Rússia pode ser explicado olhando para o passado, mas também pondo em perspetiva o futuro do seu povo. Uma geração que cresceu com os ideais e padrões da União Soviética, praticamente irrelevantes nos dias de hoje, e que tem vindo a assistir ao conflito na Ucrânia e frustrantes ambições pró-europeias do governo moldavo, inevitavelmente olha para a Rússia e vê-a como a única que pode garantir a paz na Transnístria. Mesmo aquando das divisões internas no círculo político transnístrio, nomeadamente entre a Sheriff e o então presidente Yevgeny Shevchuk, era consensual que era a Rússia quem poderia garantir a paz no território e que a única meta política da Transnístria deveria ser aproximar-se, ainda mais, da Federação (Lungu, 2016). Ao mesmo tempo, a própria população beneficia do apoio económico russo, sendo que, em 2017, os serviços na Transnístria eram mais baratos e as pensões mais altas que no resto da Moldávia, fortalecendo a legitimidade doméstica do território (Kosienkowski, 2019).

Mais recentemente, a ocasião em que se notou mais esta adoração e vontade de integrar a Rússia foi aquando da anexação da Crimeia em 2014. Segundo a jornalista Mitra Nazar, o ambiente na Transnístria era de êxtase, havendo esperança por parte do povo transnístrio de que o pequeno território se seguisse à península do mar Negro. Segundo a mesma, "Isso é muito importante para as pessoas aqui, que têm estado à espera da reunificação durante os últimos 20 anos. Querem pertencer à Rússia mais que tudo."⁴¹ (Porzucki, 2014, para. 9). A eclosão de violência no Leste da Ucrânia em 2014 e o emprego do termo *Novorossiya* por Putin, alimentaram a ideia de que a Rússia planeava recriar a região histórica, incluindo a Transnístria e o Leste e Sul ucraniano (Rogstad, 2016).

No mesmo dia do referendo local quanto ao estatuto da Crimeia, o regime da Transnístria lançou um apelo a Putin para que o território fosse aceite na Federação Russa, descrevendo-o como uma região russófona, cuja maioria falava e pensava em russo, com fortes laços sociais, culturais, económicos e políticos com a pátria russa (Kolstø, 2014). Segundo Porzucki (2014), alguns cidadãos vêm a anexação por parte da Rússia como um meio de garantir um maior investimento nas fábricas e

⁴¹ "That's very important for the people here, who have been waiting for reunification for the past 20 years. They want to be part of Russia more than anything else."; tradução livre do original

mercado de trabalho transnístrio, o que levaria a mais oportunidades para os seus habitantes e, por sua vez, abrandaria o *brain drain* e a crise migratória que a Transnístria sente (Porzucki, 2014).

Nas alturas de maior êxtase, alguns locais afirmaram mesmo acreditar que a Rússia poderia vir a desistir da sua influência na Moldávia a favor da anexação da Transnístria (Porzucki, 2014). Já tiveram lugar em Tiraspol dois referendos para a sua autodeterminação, em 1991 e em 2006, ambos com fraco reconhecimento por parte do Ocidente, com resultados decisivamente a favor da independência e posterior integração na Federação Russa. Aliás, no referendo mais recente ficou claro que o povo transnístrio estaria disposto a renunciar a sua independência se isso significasse que se fosse juntar ao Estado russo. Contudo, nem na altura, nem após a guerra russo-georgiana, da qual emergiram duas regiões separatistas pró-russas e por ela reconhecidas, a Abecásia e a Ossétia do Sul, a Rússia mostrou interesse em integrar a Transnístria no seu território ou reconheceu a sua soberania (Kolstø, 2014). Já em 2018, foi a própria Rússia a conduzir duas eleições próprias na Transnístria, uma presidencial em março, onde Vladimir Putin obteve 96% dos votos, um valor inclusive superior ao registado na Abecásia, Ossétia do Sul e Crimeia, e outra em setembro para eleger deputados para dois lugares no Duma (Socor, 2018a).

Contudo, tal desejo não se veio ainda a realizar. Após a anexação da Crimeia e o povo transnístrio ter novamente expressado a sua vontade de integração, as reações de Moscovo foram mais resfriadas. Putin declarou que a situação na Transnístria constituía um dos mais complexos problemas resultantes da queda da União Soviética, que cerca de meio milhão de indivíduos residentes no território mostravam grande predisposição para com Rússia, cada um com as suas perceções sobre como desejariam construir o seu futuro e que "Se permitirmos às pessoas fazerem o que querem, isso seria simplesmente uma manifestação de democracia."⁴² (Kolstø, 2014, para. 21). O seu assessor de imprensa, Dmitry Peskov, teve uma abordagem igualmente contida face ao apelo da Transnístria, indicando que a Rússia funcionava como um íman para certas comunidades e que cada pedido de admissão para a Federação deveria ser bem avaliado (Kolstø, 2014).

Esta hesitação em dar uma resposta positiva aos apelos do território relaciona-se com o facto de que uma anexação russa da Transnístria atiraria, inevitavelmente, Chisinau para os braços de Bruxelas, já que todas fações políticas moldavas defendem a integridade territorial do país, e nulificaria qualquer influência política que a Rússia pudesse ter sobre o Estado moldavo (Kolstø, 2014). Ao invés

⁴² "If we allow people to do what they want, that will simply be an expression of democracy."; tradução livre do original

de reconhecer a independência da Transnístria, a Rússia mostra preferir apoiar futuras negociações que decidirão o estatuto da região separatista. Segundo Corrêa Ribeiro, "O governo russo entende que, ao apoiar a independência transnístria, abriria precedentes para as regiões da Rússia que também desejam separação, como é o caso da Chechênia [sic] (...)" (Corrêa Ribeiro, 2016, p. 108). Inversamente, uma anexação da Transnístria aumentaria as chances da Moldávia se juntar à Romênia, com a qual partilha uma maior afinidade cultural, país que se encontra integrado na UE, uma das instituições cujo avanço sobre a sua esfera de influência a Rússia procura travar. Existe igualmente um número cada vez maior de cidadãos moldavos com cidadania romena, sendo que esta "romenização" preocupa Moscovo. Simultaneamente, dita anexação resultaria numa forte reação do Ocidente, que poderia mesmo escalar para um confronto armado, já que existe uma grande quantidade de cidadãos romenos na Moldávia e a Romênia é membro da NATO. Do ponto de vista da autora, a resolução pacífica do conflito conduziria a Moldávia para os braços da NATO, sendo, portanto, necessário à Rússia manter o *status quo* da Transnístria para continuar a exercer influência sobre o território moldavo (Corrêa Ribeiro, 2016).

3.7 Tensões entre a Transnístria e a Rússia

Contudo, a relação entre a Rússia e a Transnístria nem sempre foi sem tensões. Ao longo das décadas que se seguiram à guerra civil, houve diversas tentativas por parte da Federação de fundir Tiraspol com o resto da Moldávia para resolver o conflito, contra a vontade da Transnístria (Kosienkowski, 2019). Isto porque, segundo Kosienkowski, a "(...) reintegração sob as condições apropriadas poderia fortalecer a influência russa, principalmente na Moldávia, mas também na Ucrânia, região do Mar Negro e nos Balcãs."⁴³ (Kosienkowski, 2012, p. 23) e fixaria a Moldávia à zona de influência exclusiva da Federação (Kosienkowski, 2019). Tal situação poderia intensificar a presença militar, política, económica e cultural russa em todo o território moldavo e limitar a presença de outras entidades como a Romênia, NATO ou UE. O apoio russo, portanto, não constituiu sempre uma garantia para Tiraspol, tendo sido suspenso quando a liderança do território lhe desagradava e nas alturas em que pretendia negociar ou dar a entender a Chisinau que planeava reintegrar o território na Moldávia, tornando a situação socioeconómica da Transnístria extremamente volátil (Kosienkowski, 2012).

⁴³ "(...) reintegration under the appropriate conditions could strengthen Russian influence, mainly in Moldova, but also in Ukraine, the Black Sea region, and the Balkans."

Por exemplo, na sequência da retoma das negociações 5+2, a Rússia fechou o seu consulado em Tiraspol, onde era possível solicitar a cidadania russa, algo que causou uma certa agitação na Transnístria, já que a Federação é um dos principais destinos para os emigrantes transnístrios. Contudo, a Moldávia acatou a situação de bom grado, já que considerava esta política uma ameaça à sua soberania. Simultaneamente, Moscovo apoiou a saída do então presidente Igor Smirnov do poder e abriu uma investigação contra o seu filho por fraude. Estas medidas foram tomadas de modo a encaminhar a Transnístria para a aceitação de uma união com a Moldávia, algo que Smirnov evitaria a todo o custo, já que se recusara a normalizar as relações com Chisinau enquanto a Transnístria não visse a sua independência reconhecida. Não é, portanto, invulgar surgir nestas alturas propaganda anti-russa no território, acusando o governo de Moscovo de desistir dele (Devyatkov, 2012).

Do mesmo modo, apesar de dependente da patronagem russa, a Transnístria muitas vezes se apresentou enquanto um parceiro desafiador, e não como um mero fantoche de Moscovo, o que levou a cortes no financiamento do território (Devyatkov, 2012, Kosienkowski, 2019). Em 2009, surgiram novas tensões quando a oposição da Transnístria, mais aberta à Europa e cujos objetivos passavam pela adesão tanto à UE, como à CEI, quase iniciou um golpe de estado, o que assustou Moscovo e a Sheriff, que preferiam uma evolução mais gradual da situação política no território. Desde então, a Rússia mudou a sua abordagem e passou a pressionar o governo para que houvesse uma reforma gradual do regime, estabelecendo igualmente ligações com a oposição. Nas eleições que se seguiram, em dezembro de 2011, Yevgeny Shevchuk, candidato independente e antigo líder do *Obnovlenie*, que não contava com o apoio de Moscovo, surpreendeu ao vencer a segunda ronda com cerca de 3/4 dos votos, isto apesar das tentativas do Kremlin de o desacreditar. À semelhança do que acontecera na Geórgia, a Rússia voltara a não conseguir que o seu candidato, Kaminsky, chegasse ao poder num território fulcral para a sua influência na região (Devyatkov, 2012). Semelhante fracasso ocorreu também na Moldávia, onde Moscovo diversas vezes se deparou com uma inabilidade em conseguir que os diversos governos moldavos estivessem de acordo com os seus principais objetivos na região, tendo inclusive tentado instaurar uma coligação pró-russa no governo e subornado deputados, mesmo assim não alcançando o sucesso desejado. Inversamente, Chisinau tem contado cada vez mais com apoio ocidental (Rogstad, 2016).

Posto isto, não obstante as ocasiões em que Tiraspol procura provar que a sua identidade não se resume a uma marionete dentro do esquema russo, caso Moscovo decidisse exercer pressão sobre a Transnístria, esta não teria outra escolha, senão a de acarretar os seus desejos. A Federação

sustenta o território nos diversos níveis, pois teme que a instabilidade interna venha ameaçar a existência do Estado *de facto*. O que sustem a relação entre Moscovo e Chisinau é a utilidade que ambas têm uma para a outra. Contudo, o apoio da Rússia pesa muito mais para Tiraspol, apresentando-se como imprescindível e, acima de tudo, insubstituível para o território (Kosienkowski, 2019).

4. POLÍTICA EXTERNA DA TRANSNÍSTRIA

Para além do apoio russo, que, como já foi abordado, nem sempre é uma garantia, a Transnístria procura sobreviver ao explorar a sua relação com os principais atores na região. Ao longo dos anos, Tiraspol veio a desenvolver a sua política externa com esse intuito. A internacionalização do conflito transnístrio estimulou e persiste em estimular a política externa de Tiraspol, proporcionando à Transnístria um contacto constante com agentes participantes das negociações e outros interessados em promover os interesses do território. A diversidade deste grupo de contacto também lhe permitiu explorar as diferenças de cada membro e procurar usá-las a seu favor. Existe, porém, uma figura central da dita política externa da Transnístria, que a influenciou fortemente, tratando-se de Igor Smirnov, o primeiro presidente da Transnístria, cujo domínio autoritário condicionou intensamente a política externa do território. A sua administração anunciou diversas metas ao longo de 20 anos no poder, destacando-se, de entre elas, a aquisição de independência e reconhecimento internacional e, alternativa ou posteriormente, a integração na Rússia. No entanto, o governo também por diversas vezes proclamou que eram seus objetivos tanto a incorporação na Ucrânia, como a criação de uma confederação com a Moldávia (Kosienkowski, 2012).

Kosienkowski (2012) afirma que existem, no entanto, diversos argumentos que sustentam que Smirnov não desejava a independência do território ou a sua integração, sob qualquer formato, em qualquer um dos países mencionados e que a declaração de tais objetivos tinha outros propósitos. Primeiramente, usando estas metas da política externa para mostrar que o seu regime procurava garantir um melhor, mais estável e mais seguro futuro para a região, Smirnov legitimava a sua administração aos olhos do povo. Posteriormente, as autoridades da Transnístria eram ocasionalmente pressionadas por Moscovo a aceitar a ideia de reintegração na Moldávia, constituindo este um objetivo russo, não transnístrio. Finalmente, as metas em questão eram proclamadas em alturas oportunisticamente escolhidas: o cenário de incorporação na Ucrânia apresentava-se em ocasiões em que a Transnístria perdia o apoio russo e as ideias independentistas e propostas de uma confederação

com Chisinau surgiam quando Tiraspol procurava travar as negociações com a Moldávia. Aliás, a preservação do estatuto de proto-estado é identificada enquanto o objetivo recorrente do governo de Smirnov. Segundo Kosienkowski (2012), este procurava um *upgrade* para o *status quo* do território, mais concretamente o seu reconhecimento pela Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, o que "(...) traria benefícios significativos para a região da Transnístria, tal como o reforço da sua segurança e simplificação do comércio externo, a virtualmente custo-zero para o proto-estado."⁴⁴ (Kosienkowski, 2012, p. 19).

O autor, faz notar que "(...) a Transnístria é considerada por alguns especialistas como um fantoche da Rússia (...)"⁴⁵ (Kosienkowski, 2012, p. 15), mas que nem sempre ambas remaram na mesma direção, tendo havido, como previamente explorado, tensões entre Tiraspol e Moscovo, especialmente durante o regime de Smirnov, que frequentemente mostrava ter os seus próprios interesses políticos e, portanto, não seguir cegamente o governo russo. Aliás, o mesmo denota que a concorrência de Smirnov ao seu quinto mandato em 2011 foi feita contra a vontade do governo central da Federação e que, da mesma forma, Shevchuk não foi apoiado por Moscovo durante essas eleições. Pode-se avaliar a diplomacia da Transnístria sob a chefia de Smirnov como profissional e bem-sucedida, tendo-a assim descrito observadores ocidentais das negociações do conflito (Kosienkowski, 2012).

Mesmo após a sua queda, no entanto, os principais objetivos internos quanto ao estatuto da Transnístria, mais concretamente manter o *status quo* e consequente independência *de facto* do território, e a sua posição face a atores externos mantiveram-se, sendo que Shevchuk se diferenciou do presidente precedente por procurar estabelecer boas relações de cooperação com a Moldávia e com atores ocidentais. Segundo Kosienkowski (2012), este aparentava ser "(...) muito mais recetivo à opinião pública do que Smirnov."⁴⁶ (Kosienkowski, 2012, p. 20) e, enquanto nativo transnístrio, preocupar-se mais com o futuro da região que o seu predecessor. Shevchuk vivera metade da sua vida na Transnístria, enquanto Smirnov chegara à mesma já com 46 anos e "(...) começou a tratar o proto-estado como um negócio, em vez de como a sua pátria."⁴⁷ (Kosienkowski, 2012, p. 21). Nina Shtanski, ministra dos negócios estrangeiros de Shevchuk, afirmou que a diferença entre a política externa de

⁴⁴ "(...) would bring significant benefits for the Transnistrian region, such as the enhancement of its security and the facilitation of foreign trade, at virtually no cost to the quasi-state."; tradução livre do original

⁴⁵ "(...) Transnistria is considered by some experts as Russia's puppet (...); tradução livre do original

⁴⁶ "(...) far more responsive to public opinion than Smirnov."; tradução livre do original

⁴⁷ "(...) started treating the quasi-state as a business rather than as his homeland."; tradução livre do original

ambos "(...) está na abordagem: do confronto e isolamento para a cooperação, abertura e parceria."⁴⁸ (Kosienkowski, 2012, p. 52). A abordagem deste mostrava-se mais pragmática, construtiva e cooperativa, comparativamente à abordagem mais confrontativa, focada nos próprios interesses, altamente politizada e isolacionista do seu predecessor, o que traria maior estabilidade à região e alguma expectativa quanto ao processo de resolução do conflito. Contudo, não foram descartados certos elementos de conflito, como a pressão e o criticismo, para com a Moldávia e respetivos parceiros do Ocidente (Kosienkowski, 2012).

A diplomacia da Transnístria não sofreu mudanças significativas e os principais membros do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros mantiveram a sua posição. A chegada de uma nova e mais moderna liderança ao território, que se mostrava disposta a consultar outros poderes centrais da Transnístria e incluía funcionários do regime precedente que haviam acumulado experiência ao longo dos anos, apresentava-se como uma mistura que perpetuaria a eficiência apresentada sob a égide de Smirnov. Shevchuk procurou igualmente manter o *status quo* da Transnístria, pois havia motivos para acreditar que a Rússia teria cada vez mais razões para querer reintegrar a Transnístria na Moldávia. À medida que esta se aproximava, algo que ainda se verifica, cada vez mais da União Europeia e do vizinho romeno, a presença do território transnístrio, maioritariamente eslavo e decididamente pró-russo, dentro do moldavo daria à Federação Russa uma ferramenta para controlar Chisinau. Relativamente à política externa da Transnístria sob Shevchuk, Nina Shtanski, então ministra dos negócios estrangeiros, para além de reforçar que o principal objetivo desta era o reconhecimento e independência do território, afirmou em 2012 que a Transnístria desejava "(...) ser compreendida e ouvida em ambos o Oriente e Ocidente."⁴⁹ (Kosienkowski, 2012, p. 46).

Vadim Krasnoselsky, por sua vez, procurou apelar ao potencial da Transnístria enquanto ponto de convergência entre a Rússia e o Ocidente, indicando que poderia ser o local onde os interesses de ambas as partes pudessem convergir (Kosienkowski, 2019). O mesmo não descartou, contudo, a procura pelo reconhecimento da soberania do território, indicando que este se deveria integrar na Federação Russa, baseando-se nos resultados do referendo de 2006, mas que tal unificação com Moscovo só seria possível após o reconhecimento da sua soberania por parte da Comunidade Internacional e consequente integração nas estruturas da mesma (Telenko & Prysiazhniuk, 2021).

⁴⁸ "(...) lies in the approach: from confrontation and isolation to cooperation, openness and partnership."; tradução livre do original

⁴⁹ "(...) to be understood and heard in both the East and the West."; tradução livre do original

Apesar da mudança na liderança local, o rumo da política externa e relação da Transnístria com os principais atores na região não mudou imensamente ao longo dos anos, incluindo com a mais recente administração, variando, todavia, as abordagens empregadas (Jarzabek, 2019; Telenko & Prysiazhniuk, 2021).

4.1 O caso da Rússia

Sob a égide de Smirnov, as relações da Transnístria com a Rússia constituíam uma das principais prioridades para Tiraspol (Telenko & Prysiazhniuk, 2021). Os principais objetivos da administração da Transnístria face ao Kremlin passavam por impedir que este forçasse a sua integração na República da Moldávia e assegurar o contínuo apoio russo. Uma outra meta, num plano mais secundário, consistia em desenvolver relações de cooperação com as regiões da Federação. Para tal, diversos acordos foram assinados, alguns já na década de 90, e o número de regiões parceiras superava as três dezenas nos anos 2000. O maior problema para o regime de Smirnov era o facto da Rússia ter sempre oficialmente apoiado a integridade territorial da Moldávia. Procurando convencê-la a reconhecer a independência *de facto* da Transnístria, este recorreu a várias táticas (Kosienkowski, 2012).

Tiraspol invocou, por exemplo, os laços históricos da região com a Rússia, ressaltando que estão continuamente ligadas desde o fim do século XVIII. Do mesmo modo, Smirnov realçou os fortes traços russos, desde a cultura, língua e tradições, e o sentimento de união para com a "Mãe Rússia" do povo transnístrio, isto apesar da multietnicidade da região (Kosienkowski, 2012; Telenko & Prysiazhniuk, 2021). Portanto, o governo de Moscovo deveria apoiar o território e seu povo, até porque, à medida que o número de transnístrios com cidadania russa aumentava, a Federação deveria protegê-los e a sua terra da ameaça moldava, cuja reunificação com a Transnístria "(...) traria uma erradicação da cultura, língua e mentalidade russa (...)"⁵⁰(Kosienkowski, 2012, p. 25) na região. Simultaneamente, a administração de Smirnov procurou frisar a importância geoestratégica de Tiraspol para a Rússia enquanto barreira contra a expansão da NATO na região (Telenko & Prysiazhniuk, 2021), sugerindo, inclusive, o posicionamento de mísseis de média distância no território como resposta às intenções romenas de implementar um escudo antimísseis dentro das suas fronteiras (Kosienkowski, 2012). A chefia da Transnístria procurou igualmente estabelecer relações de proximidade com diversos oficiais e políticos russos de variados níveis (Telenko & Prysiazhniuk, 2021),

⁵⁰ "(...) would bring an eradication of Russian culture, language, mentality, (...)"; tradução livre do original

admitindo Smirnov que, quando algum destes deixava o cargo que ocupava, isto constituía um golpe para as relações russo-transnístrias, já que Tiraspol teria de procurar cair nas boas graças do seu sucessor (Kosienkowski, 2012).

Contudo, a abordagem de Smirnov também incluiu elementos mais confrontativos e procurou utilizar cada oportunidade que surgia para seu próprio benefício. Aliás, o seu regime, tal como Devyatkov (2012) descreve, "(...) tornou-se um "buraco negro" para o orçamento da Rússia e balanços da Gazprom."⁵¹ (Devyatkov, 2012, p. 58), especialmente graças à dívida acumulada referente ao pagamento do fornecimento de gás natural russo. O território estava economicamente dependente de terceiros e era a Rússia quem o financiava. A liderança da Transnístria afirmava que não podia soldar a sua dívida até assinar um acordo diretamente com a Gazprom, o que irritou Moscovo, e continuava a pedir mais financiamento. Em 2011, o governo transnístrio apresentou um relatório a indicar que a Federação "(...) deveria subsidiar mais generosamente Tiraspol, porque o Ocidente estava a tentar atrair a Transnístria com vários programas."⁵² (Devyatkov, 2012, p. 58).

Mesmo não podendo diretamente opor-se ao Kremlin, o governo transnístrio usou os meios ao seu dispor para evitar a retirada de tropas russas do território, pressionar a Rússia a indemnizá-lo por munições que considerava propriedade sua e opor qualquer resolução do conflito com a Moldávia que não fosse de encontro aos seus interesses. Rogstad (2016) descreve estas jogadas como "(...) mesquinhas, mas eficazes (...)"⁵³ (Rogstad, 2016, p. 11), indicando a sabotagem de uma ronda de negociações com a Moldávia e a Rússia em setembro de 1997 como o começo de um sistemático padrão de obstrução, evasão e atraso da resolução da questão da Transnístria. Outra ocasião em que os interesses de Tiraspol e Moscovo divergiram foi em 2006. Nesse ano, a Transnístria conduziu um referendo quanto à possibilidade de renunciar a sua independência e conseqüentemente reintegrar a República da Moldávia. Por outras palavras, o referendo prendia-se com o desejo independentista do povo transnístrio. Contudo, inesperadamente, as autoridades da Transnístria formularam-no de modo a incluir a opção de uma futura integração do território na Rússia. A resposta foi esmagadoramente positiva, com cerca de 97% a favor de futuramente integrar a Federação Russa (Kosienkowski, 2012), mas Moscovo não contava com aquele adendo, que veio causar frustração até aos apoiantes de Tiraspol no Duma, e não apoiou a medida (Corrêa Ribeiro, 2016; Rogstad, 2016). A Rússia também

⁵¹ "(...) became a "black hole" for Russia's budget and Gazprom's balance sheets."; tradução livre do original

⁵² "(...) should subsidize Tiraspol more generously, because the West was trying to lure Transnistria with various programs."; tradução livre do original

⁵³ "(...) petty, but effective (...)"; tradução livre do original

não via com bons olhos a corrupção dentro da administração de Smirnov, vindo-se a descobrir que grandes quantidades de apoio humanitário russo fora redistribuído para pagar salários do governo e que as receitas provenientes do gás russo, que deveriam soldar a dívida da Transnístria, estavam a ser desviadas (Rogstad, 2016).

Porém, Kosienkowski (2012), considera a política de Smirnov para com a Rússia uma de sucesso, pois ajudou a moldar a política de Moscovo em relação à Transnístria na direção que esta desejava.

Após a eleição de Yevgeny Shevchuk para presidente, os principais objetivos da política externa da Transnístria em relação à Federação Russa não mudaram, declarando este ver a Rússia como parceiro estratégico e procurando aprimorar a cooperação com ela e assegurar a continuação da assistência socioeconómica russa ao território. Todavia, o primeiro problema com o qual Shevchuk se deparou foram os 300 milhões de dólares de assistência que a Rússia havia prometido aquando da campanha eleitoral. Contudo, após a insistência do líder transnístrio, Moscovo anunciou que providenciaria metade do valor anterior ao Estado *de facto* e, posteriormente, outros 30 milhões, de modo a estabilizar o rublo transnístrio (Kosienkowski, 2012).

Vadim Krasnoselsky, sucessor de Shevchuk e, à data de escrita, atual presidente transnístrio, manteve igualmente o desejo de aproximação e reforço da cooperação entre a Transnístria e a Rússia, indicando inclusive que era o destino de Tiraspol juntar-se a esta (Telenko & Prysiazhniuk, 2021; Zadeskey, 2022). Numa entrevista, Krasnoselky indicou que as interações de Tiraspol com Moscovo não têm na sua génese pedir auxílio, mas sim promover e disponibilizar as suas potencialidades à Rússia. O presidente transnístrio também destacou o papel desta nas negociações com a Moldávia e a necessidade da permanência das forças russas no seu território sob o formato atual, descartando outros formatos propostos pelo Ocidente (Press Conference of the PMR President Vadim Krasnoselsky, 2019).

Na Estratégia de Desenvolvimento da Transnístria para 2019-2026⁵⁴ adotada por Krasnoselsky em dezembro de 2018, um dos principais objetivos consiste na concretização do resultado do referendo de 2006, mais concretamente a incorporação do território transnístrio no da Federação Russa. O documento em questão identifica os principais objetivos de Tiraspol para com Moscovo, passando estes pelo fortalecimento e aprofundamento de contactos diplomáticos e políticos, bem

⁵⁴ *Strategy of Development of Transnistria for 2019–2026*; tradução livre do original

como o alargamento do seu espectro, cooperação nas áreas da segurança e manutenção da paz, desenvolvimento de laços económicos e mercantis, construção de elos culturais e humanitários e aumento das interações entre as suas instituições sociais. Oficiais do governo de Krasnoselsky, nomeadamente o próprio e o ministro dos negócios estrangeiros, Vitaly Ignatiev, reuniram-se em diversas ocasiões com figuras de autoridade russas, incluindo membros do parlamento, o chefe de gabinete e o vice-primeiro ministro da Federação. no âmbito de discussões relativamente à cooperação bilateral entre ambas entidades e apoio russo ao território. A abordagem de Krasnoselsky procura fomentar o contínuo desenvolvimento das relações bilaterais entre a Transnístria e a Rússia, tanto a nível da cooperação e diálogo entre ambas, como quanto ao apoio de Moscovo ao território (Telenko & Prysiazhniuk, 2021).

O que diferencia a abordagem de Shevchuk e Krasnoselsky da de Smirnov é o uso de métodos positivos, não confrontativos, na implementação da sua política, salientando os seus laços com a Federação Russa, incluindo os cidadãos russos e russófonos que habitam a região e o referendo de 2006 que indicou a sua vontade de integrar a pátria russa, e benefícios que esta relação trouxe ao território transnístrio. A política de Shevchuk também passava por um maior envolvimento na cooperação eurasiática organizada pela Rússia, em entidades como a União Económica Eurasiática, a União Aduaneira da Eurásia ou o seu Espaço Económico Comum. Interessava à Transnístria apresentar-se enquanto um parceiro responsável, razoável e de confiança, e não como uma fonte de problemas para Moscovo, como o anterior regime (Kosienkowski, 2012). Não obstante este desejo de aproximação, a falta de entusiasmo do Kremlin quanto a tal ideia tem persistido ao longo dos anos, não obstante os desejos dos líderes transnístrios de soberania e integração na Rússia (Kolstø, 2014; Telenko & Prysiazhniuk, 2021).

4.2 O caso da Ucrânia

A falta de recursos próprios e conseqüente capacidade de autossustentação fazem com que a Transnístria esteja dependente de ajuda externa (Marandici & Leşanu, 2021). Como previamente estabelecido, a Rússia é a principal linha de sobrevivência do Estado *de facto*, no entanto, tal como exposto, a relação entre ambas está sujeita a ocasionais tensões, incluindo o corte total do seu financiamento por parte da Federação em 2007 e 2017, o que pode constituir uma ameaça à continuidade do governo de Tiraspol (Franco, 2016; Kosienkowski, 2019). A ausência de um sistema bancário ou moeda integrados no panorama internacional vêm exacerbar o perigo desta dependência

(Lungu, 2016), o que leva o território a necessitar de se abrir ao exterior e a contar com mais parceiros para além da Federação Russa (Dembińska & Mérand, 2019). Por esta razão, a Transnístria mantém relações comerciais com diversos Estados, sobretudo membros da CEI. Contudo, conta somente com dois vizinhos, a Moldávia e a Ucrânia. Tendo em conta a relação conflituosa com a primeira, a Ucrânia apresenta-se como a principal porta da Transnístria para o exterior, sendo que, desde cedo, foi do seu interesse manter dita porta aberta (Kosienkowski, 2012).

Kiev e parte do seu círculo político pró-russo permitiram e até fomentaram, nas costas da Moldávia, as redes de contrabando e tráfico centradas no território transnístrio, impedindo que Chisinau exercesse controlo económico sobre o mesmo (Calugareanu & Verseck, 2023; Rosca, 2019). A Ucrânia figura igualmente enquanto uma das mediadoras do conflito, participando inclusive no Memorando de Moscovo de 1997 e nas negociações da OSCE sob o formato 5+2, reforçando este papel regulador ao manter uma relação funcional e permitindo trocas comerciais regulares além-fronteiras com Tiraspol (Frear, 2015). No entanto, Kiev nunca deixou de apoiar a integridade territorial moldava, colocando-se ao lado de Chisinau e acatando resoluções face à Transnístria com base nas ações moldavas face a esta. Quando, após a sua entrada na Organização Mundial do Comércio, a Moldávia recusou-se a fornecer os novos selos aduaneiros a Tiraspol, dos quais esta dependia para exportar os seus bens, a Ucrânia, apesar de inicialmente alinhar com a Transnístria, seguiu as direções moldavas e deixou de aceitar os bens exportados do território, impingindo-lhe um bloqueio económico (Marandici & Leşanu, 2021).

Mais recentemente, as relações entre Kiev e Tiraspol tinham-se vindo a desenvolver no âmbito da EUBAM (Levy, 2011), porém, no rescaldo da anexação russa da Crimeia, a Ucrânia viu-se obrigada a reavaliar a sua posição face à Transnístria. Devido à presença militar russa no território, este poderia servir como um ponto de entrada de forças leais a Moscovo em terras ucranianas, ameaçando, particularmente, a cidade portuária de Odessa, preocupações que foram exacerbadas com o apelo transnístrio à incorporação na Federação Russa, mencionado previamente. A Ucrânia fortificou, então, a fronteira entre ambas e restringiu a entrada de cidadãos russos de e para a Transnístria através do seu território, causando alguma tensão nas relações entre Kiev e Tiraspol (Frear, 2015). Por outro lado, Kiev, que havia vindo a perder o interesse na resolução do conflito moldavo-transnístrio, tornou-se mais ativo e interessado no processo de resolução do mesmo, desejando evitar uma possível federalização da República da Moldávia, precedente perigoso para o regime ucraniano (Meira, 2021).

Sob a direção de Smirnov, os principais objetivos da política externa da Transnístria face à Ucrânia passavam por assegurar a sua neutralidade e, quando necessário, o seu auxílio em disputas com Chisinau. Esta política por diversas vezes se assemelhou àquela para com a Rússia. A administração de Smirnov procurou realçar a Kiev que cerca de um terço da população da Transnístria era etnicamente ucraniana e que parte desta detinha passaportes ucranianos. Simultaneamente, o regime local afirmou que a reintegração do território num país latino como a Moldávia constituiria uma ameaça à identidade dos locais, enquanto uma Transnístria independente garantiria a preservação do seu caráter eslavo e ucraniano, sendo o ucraniano uma das línguas oficiais do território. O Estado *de facto* também procurou invocar o passado conjunto para aliciar Kiev, recordando que o território transnístrio outrora pertencera à República Socialista Soviética da Ucrânia até 1940, e apresentar-se enquanto aliado contra a política expansionista romena. Em momentos de tensão russo-transnístria, o território dava à Ucrânia chances de o apoiar e alargar a sua influência regional (Kosienkowski, 2012).

A Transnístria explorou também as ligações económicas entre si e a Ucrânia. Não só estão as mercearias locais repletas de produtos ucranianos, como também a pátria mãe beneficia do comércio externo transnístrio, que necessita de utilizar portos ucranianos para exportar os seus bens. A Transnístria funciona também como um corredor para os bens oriundos da Ucrânia com destino à Moldávia e aos Balcãs. O regime de Smirnov procurou igualmente estabelecer laços com oficiais ucranianos e representantes da elite política e empresarial. Não era incomum que os ucranianos que interviessem a favor da Transnístria nos mais altos escalões fossem indivíduos envolvidos ou que beneficiassem de negócios transnístrios, nomeadamente do seu tráfico humano e de bens (Kosienkowski, 2012).

Kosienkowski (2012) também considera eficaz a abordagem de Smirnov à Ucrânia, já que esta manteve ao longo do tempo a sua neutralidade e chegou mesmo a apoiar a Transnístria em certas ocasiões. Tal como com o seu precedente, a Ucrânia encontrava-se atrás da Rússia em termos de prioridade para Shevchuk, apesar de ser etnicamente ucraniano, ter estudado sob a alçada do Ministério dos Negócios Estrangeiros daquele país e ter sido considerado a escolha de Kiev para a Transnístria. Este partilhava os mesmos objetivos de Smirnov para com Kiev, distinguindo-se, de novo, por uma abordagem mais positiva, procurando construir relações de pragmáticas e mutuamente benéficas que elevassem as relações e compreensão entre a Transnístria e a Ucrânia e aliviassem qualquer tensão resultante da política do seu predecessor. A primeira reunião de Shevchuk com um

oficial moldavo, o então primeiro-ministro Vlad Filat, foi, contudo, realizada em solo ucraniano (Kosienkowski, 2012).

Shevchuk procurou igualmente combater o nervosismo ucraniano face ao território após a anexação russa da Crimeia. O regime transnístrio evitou estabelecer relações diplomáticas com as entidades que emergiram no Leste da Ucrânia (Meira, 2021) e o ministro dos negócios estrangeiros de Shevchuk inclusive agradeceu a Kiev a manutenção do diálogo com Tiraspol, dada a natureza sensível da conjuntura na qual se inseriam, expressando o desejo do território em manter em bons termos a relação entre ambos (Frear, 2015).

Quanto a Krasnoselsky, a política da Transnistria também não sofreu grandes alterações, sendo que o presidente transnístrio referiu o desejo de desenvolver os laços económicos e culturais com a Ucrânia. Tal como Smirnov, Krasnoselsky foca-se no carácter multiétnico da Transnistria e na grande percentagem de ucranianos dentro dessa pluriétnicidade enquanto meio para aliciar Kiev a manter as relações com Tiraspol (Press Conference of the PMR President Vadim Krasnoselsky, 2019).

Apesar de não tão intensamente explorada como a relação com a Rússia, aquela entre a Transnistria e a Ucrânia é mais calma, segundo Kosienkowski (2012), algo que interessa à Ucrânia manter, de modo a assegurar que a fronteira entre ambas permaneça o mais tranquila possível. Do mesmo modo, a liderança da Transnistria sabe que não se pode dar ao luxo de provocar Kiev, já que tal limitaria imensamente a amplitude da sua política externa e o seu acesso ao mercado internacional (Frear, 2015). Contudo, a Ucrânia continua até aos dias de hoje sem reconhecer a soberania da Transnistria, reforçando o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky que “(...) a posição da Ucrânia quanto à resolução [da questão] da Transnistria permanece inalterada – apoiamos firmemente a soberania e integridade territorial da República da Moldávia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas,”⁵⁵ (Ukrinform, 2021, para. 3), aquando da primeira visita da presidente moldava Maia Sandu ao país.

4.3 O caso da República da Moldávia

Tal como tem sido discutido até agora, as relações moldavo-transnístrias são indiscutivelmente caracterizadas por uma forte tensão entre ambas entidades. Contudo, Chisinau e Tiraspol

⁵⁵ “(...) Ukraine's position regarding the Transnistrian settlement remains unchanged – we firmly support the sovereignty and territorial integrity of the Republic of Moldova within its internationally recognized borders,”; tradução livre do original

inevitavelmente interagem frequentemente e encontram-se fortemente interligados. Aliás, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos estipulou que, apesar de não exercer controlo *de facto* sobre o território da Transnístria, a República da Moldávia continua obrigada a assegurar a observação de direitos fundamentais no território e que as normas internacionais sejam lá aplicadas, devendo utilizar os seus diversos meios diplomáticos, económicos e judiciais para verificar esse cumprimento. Porém, na prática, tal muitas vezes não acontece, como comprova a fama da Transnístria em ser um centro de crime organizado, devido exatamente a esta falta de aplicação das leis do direito internacional (O'Reilly & Higgins, 2008). Simultaneamente, muitas vezes o seu funcionamento em si depende da boa vontade moldava, uma vez que o país detém o poder para, a título de exemplo, influenciar as condições das exportações da Transnístria, tanto a nível doméstico, como diplomático, e, portanto, afetar substancialmente os lucros do território (Kosienkowski, 2012; Marandici & Leşanu, 2021). No entanto, algo constante na relação e política externa de ambos é seu o objetivo para com o outro: a Transnístria quer manter a sua independência, enquanto a Moldávia deseja a sua integridade territorial.

As metas do regime de Smirnov para com a República da Moldávia passavam por preservar a sua independência face a esta e fortalecer a sua soberania. Para tal, foi aplicada uma política de atraso das negociações, retaliação, aproveitamento e enfraquecimento do lado oposto. A Transnístria utilizou eventos políticos como eleições presidenciais ou parlamentares na Moldávia ou na Rússia como justificativa para atrasar as negociações, defendendo que, nestas ocasiões, não se poderiam tomar decisões substanciais. Do mesmo modo, Smirnov recorreu a vários pretextos para abandonar negociações no último momento, apresentando exigências algo irrealistas, como o reconhecimento da independência da Transnístria face à República da Moldávia, como pré-requisito para continuar em conversações e abandonava as mesmas quando Chisinau detinha a vantagem. Mesmo quando se chegava a um consenso e eram assinados acordos entre ambos os lados do conflito, Tiraspol tendia a interpretar as diversas promulgações a seu favor, criando ainda mais tensões com Chisinau (Kosienkowski, 2012).

Quando a República da Moldávia tomou uma abordagem mais positiva face à Transnístria, entre o fim da guerra civil e a ascensão do Partido dos Comunistas ao poder na Moldávia em 2001, o governo de Smirnov procurou aproveitar-se da situação e conseguir o máximo de concessões possíveis, muitas vezes unilaterais. Inicialmente, o que interessava à administração da Transnístria eram garantias de segurança e reconhecimento de que ocupava o mesmo patamar que o seu vizinho

nos moldes das negociações para a paz. Posteriormente, focou-se mais nas questões socioeconómicas fundamentais para o funcionamento da Transnístria. Mesmo que ambas as margens do Dniestre concordassem em certas concessões, o lado de Tiraspol frequentemente não cumpria as suas obrigações e foi através destes aproveitamentos que a Transnístria conseguiu fortalecer a sua independência *de facto*. Com a viragem do século, a política de Chisinau ganhou um carácter mais confrontativo, recorrendo a sanções e tomando decisões unilaterais face ao território transnístrio, e o regime de Smirnov procurou retaliar. Entre outras ações, colocou taxas de 100% sobre bens da Moldávia, bloqueou o contacto telefónico com o lado moldavo, impediu que os agricultores oriundos da outra margem acessem às suas terras sob jurisdição da Transnístria, importunou escolas locais que usassem o alfabeto latino em vez do cirílico, apoderou-se da secção da Transnístria da companhia ferroviária da Moldávia e bloqueou-a ocasionalmente, deteve funcionários moldavos na cidade fronteiriça de Bender, procurou apreender infraestrutura moldava no rio Dniestre e acusou a margem direita de "(...) intenções genocidas para com os transnístrios (...)"⁵⁶ (Kosienkowski, 2012, p. 38).

Quando havia disputas internas pelo poder em Chisinau, a questão da Transnístria era relegada para segundo plano e eram mais facilmente aceites concessões. Contudo, quando o poder estava consolidado, a Transnístria encontrava-se sobre constante pressão do lado moldavo. Este facto levou Smirnov a procurar influenciar a situação política moldava, de modo a prevenir uma concentração do poder numa única força política. Também é possível que os serviços transnístrios tenham estado por trás da agitação social em Chisinau em 2009, após supostas eleições parlamentares fraudulentas. Nesta altura, o governo moldavo apresentava-se como mais pró-ocidental, e a administração de Smirnov procurou incitar os sentimentos anti-moldavo, anti-romeno e independentista transnístrios, acusando o governo da Moldávia de ser nacionalista e de se querer unir à Roménia (Kosienkowski, 2012).

A administração de Smirnov cortou muitos laços com a Moldávia, apesar dos custos económicos e sociais que tal acarretava. Chegou mesmo a impor um bloqueio ao próprio território, aquando de um novo regime alfandegário moldavo em 2006, culpando Chisinau de comprometer a já fraca economia do território. Contudo, o governo de Tiraspol conseguiu resistir à pressão moldava e não só consolidar o apoio popular à independência da Transnístria, como também convencer o governo central moldavo a amenizar a sua abordagem quanto ao território (Kosienkowski, 2012).

⁵⁶ "(...) genocidal intentions toward Transnistrians (...)"; tradução livre do original

Quanto a Shevchuk, o seu principal objetivo para com a Moldávia também consistiu em manter a sua independência face a Chisinau e fortalecer a soberania da Transnístria. No entanto, tal como no caso da Rússia e da Ucrânia, recorreu a métodos mais pragmáticos e cooperativos, procurando que as relações transnístrio-moldavas, juntamente com as negociações 5+2, priorizassem as questões socioeconómicas, nomeadamente nos campos económicos, dos transportes e das comunicações, e não uma solução política para o conflito (Kosienkowski, 2012). Para o então presidente, a cooperação a nível socioeconómico seria benéfica para ambos os lados, sendo que o estreitamento das relações entre Chisinau e Tiraspol chegou a figurar enquanto o principal ponto da política externa de Shevchuk (Telenko & Prysiazhniuk, 2021). Esta cooperação também viria facilitar o funcionamento do Estado *de facto* e, conseqüentemente, aumentar a sua soberania. A coligação moldava que se encontrava no poder na altura também procurava utilizar uma abordagem de pequenos passos e resolver os problemas socioeconómicos que afetassem o quotidiano transnístrio para não só aumentar e fortalecer a cooperação intermarginal e construir um sentimento de confiança e segurança entre ambas as partes, mas também aumentar os níveis da qualidade de vida no território e conquistar o povo da Transnístria. Para Chisinau, uma reunificação imediata com a Transnístria não seria igualmente o mais conveniente, uma vez que o território é decididamente pró-russo, algo que poderia prejudicar e atrasar o processo de integração da Moldávia no bloco europeu e ocidental (Kosienkowski, 2012).

Após a sua eleição, Shevchuk passou rapidamente à ação, procurando facilitar a circulação dos seus cidadãos para lá das fronteiras da Transnístria e abolindo as taxas sobre produtos moldavos que Smirnov havia implementado, reunindo-se igualmente por diversas ocasiões com o primeiro-ministro moldavo, de maneira a desenvolver boas relações entre ambas as administrações. Também permitiu a reabertura do transporte ferroviário de mercadorias ao longo da linha moldavo-transnístria, algo que veio facilitar a atividade económica e exposição das companhias do território aos mercados externos. Porém, o governo de Shevchuk não desistiu de exercer pressão sobre o lado moldavo, advertindo o governo de Chisinau que, caso não houvesse um movimento recíproco da sua parte em facilitar o movimento de pessoas e bens entre ambas as partes, a normalização das relações entre ambos poderia ser novamente interrompida (Kosienkowski, 2012).

Esta abordagem da Transnístria mostrou ter sucesso. Em 2012, Chisinau concordou que as partes conflituosas estivessem em paridade nas negociações 5+2, ou seja, que o estatuto de ambas fosse um de igualdade, e que os problemas socioeconómicos deveriam constar como o principal ponto

das mesmas negociações. A cooperação para a resolução destes problemas aproximaria ambas as margens e construiria um sentimento de confiança entre elas, sendo os resultados especialmente favoráveis para a Transnístria (Kosienkowski, 2012). Para Devyatkov (2012), a reabertura das negociações com ambas Moldávia e Transnístria detendo um estatuto de igualdade foi um grande marco, uma vez que, segundo o autor, sem este passo "(...) os dois lados não podem emitir um acordo mútuo para uma resolução final (...)"⁵⁷ (Devyatkov, 2012, p. 57) do conflito entre ambos.

Até setembro de 2018, foram implementados entre Chisinau e Tiraspol diversos acordos, referentes ao registo de matrículas de veículos para a sua circulação internacional, à posse de terrenos agrícolas, ao uso do alfabeto latino no ensino transnístrio, à certificação de diplomas emitidos pela universidade estatal da Transnístria e à construção de uma ponte a unir ambas as margens. Para o governo moldavo, as concessões à Transnístria permitiam uma aproximação ao Ocidente e, simultaneamente, fazer as pazes com a Rússia, protetora do território. Para Socor (2018b), contudo, estas consistiam num processo de contínua perda de soberania para a Moldávia (Socor, 2018b).

Os principais objetivos da política externa da Transnístria para com a Moldávia não mudaram com o atual presidente transnístrio, Vadim Krasnoselsky, que venceu com o apoio da Sheriff e da oligarquia, procurando, igualmente preservar, os laços económicos com Chisinau, mas mantendo um discurso separatista (Jarzabek, 2019). O líder transnístrio, aquando da eleição de Maia Sandu para a presidência moldava, afirmou que esta trazia um carácter evolutivo à Moldávia e que pretendia aprofundar o diálogo entre Chisinau e Tiraspol, indicando que deveriam ser discutidos assuntos de cariz económico, cultural e humanitário e trabalhar para desenvolver a ligação física entre ambos os territórios, nomeadamente no campo das telecomunicações e dos transportes (Necsutu, 2021; Press Conference of the PMR President Vadim Krasnoselsky, 2019). Após a sua reeleição em 2021, Krasnoselsky comprometeu-se ainda a intensificar não só o diálogo bilateral com a Moldávia e a presidência de Maia, como também aquele no âmbito das negociações da OSCE Sandu (Press conference of the PMR President Vadim Krasnoselsky on the eve of the 31st anniversary of the formation of the PMR, 2021; Wilson, 2022).

A administração da Transnístria também mantém elementos confrontativos na sua abordagem. Numa reunião entre o ministro dos negócios estrangeiros da Transnístria, Vitaly Ignatiev, e o embaixador itinerante dos Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Vitaly Tryapitsyn, o primeiro constatou a falta de progresso na resolução de problemas em diversos campos,

⁵⁷ "(...) the two sides cannot issue a mutually binding document for a final resolution (...)"; tradução livre do original

nomeadamente os dos transportes, das telecomunicações, da cooperação interbancária e o criminal, devido à constante recusa do governo moldavo em implementar acordos previamente estipulados (Ministry of Foreign Affairs, 2021; Telenko & Prysiazhniuk, 2021). Graças a isto, Krasnoselsky acusou Chisinau de deixar estagnar o processo de negociação para a resolução do conflito, nomeadamente ao recusar-se a assinar documentos relativos às negociações 5+2 em 2019 (Press conference of the PMR President Vadim Krasnoselsky on the eve of the 31st anniversary of the formation of the PMR, 2021).

Enquanto a Transnístria mantém que procura a independência total ou, no mínimo, uma confederação entre dois Estados iguais, os diversos governos moldavos nunca ofereceram mais que um certo grau de autonomia dentro de um Estado moldavo unitário. Isto deve-se à oposição e medo, tanto político, como popular, que a elite da Transnístria e, conseqüentemente, russa detivessem considerável influência sobre a totalidade do Estado moldavo (Rogstad, 2016). Contudo, a abordagem permissiva da Moldávia pode estar para mudar com a eleição da pró-ocidental Maia Sandu para a sua presidência. Em dezembro de 2020, pouco antes da sua eleição, esta exigiu a retirada das forças militares russas da Transnístria, afirmando que “[A Moldávia é] um país independente que não quer que tropas estrangeiras permaneçam no seu território,”⁵⁸ (Polygraph, 2020, para. 3). Sandu também propôs a substituição do contingente russo para a manutenção da paz por uma missão de monitorização civil sob a égide da OSCE, membro mediador das negociações 5+2 (Polygraph, 2020) e salientou que a solução para o conflito deveria ser política e consensual entre todos os partidos políticos e a sociedade moldava num todo (Newsbeezer, 2020). No mesmo ano, ainda antes da eleição de Sandu, Chisinau bloqueou todos os pagamentos de bens ou serviços efetuados através de bancos transnístrios, recorrendo a tal medida como forma de combate à lavagem de dinheiro. No entanto, o regime de Tiraspol acusou a Moldávia de querer forçar o território a recorrer a bancos moldavos, enfraquecendo os seus (Marandici & Leşanu, 2021). Cheban (2023) considera que, durante muitos anos, ambos os lados não procuraram encontrar uma solução permanente para o conflito, mas sim adotar medidas que fomentassem a confiança entre os regimes moldavo e transnístrio, algo que hoje em dia, segundo o ministro moldavo Vasily Shova, não promove o processo político da resolução do conflito, embora tenha sido benéfico para Chisinau e Tiraspol, permitindo desenvolver a relação entre ambos (Cheban, 2023).

⁵⁸ “We are an independent country that does not want foreign troops to stay on its territory,”; tradução livre do original

No geral, a política moldava tem-se apresentado como reativa. Rogstad (2016) defende que "Apesar de um objetivo relativamente claro em manter influência e algumas metas fundamentais destinadas a alcançar esta finalidade (...) existe pouca evidência de um plano combinado e global."⁵⁹ (Rogstad, 2016, p. 8-9). Deve-se fazer notar, no entanto, que, ao longo do tempo, os moldavos foram-se tornando indiferentes à questão da Transnístria. "Para a grande maioria, o regresso daquele território à normalidade da administração de Chisinau deixou de constituir prioridade." e alguns até consideram que "(...) os custos económicos e sociais da reintegração da região sejam mais elevados que os benefícios." (Franco, 2016, p. 75).

4.4 Considerações finais

In suma, os objetivos da política externa da Transnístria relativamente aos principais atores internacionais na região divergem consoante cada um deles. Em primeiro lugar, prevenir que a Rússia force uma reintegração da Transnístria na Moldávia e assegurar a continuidade do apoio russo que permite a sobrevivência do território enquanto um Estado *de facto*. Também constitui uma meta da Transnístria certificar-se de que a Ucrânia mantem a sua neutralidade no conflito e, se possível, garantir o seu apoio numa eventual disputa com Chisinau (Kosienkowski, 2012). Relativamente a este, a Transnístria procura manter-se independente do Estado moldavo e fortalecer a sua soberania, se bem que as relações entre ambas se têm desenvolvido desde o início do século. Segundo de Waal (2018), desde que certas condições estejam sempre presentes, mais concretamente a ideologia e orientação pró-russa, juntamente com a presença de forças russas em território transnístrio, o regime da Transnístria está disposto a construir elementos em comum com a Moldávia, servindo como exemplo a integração de Tiraspol no Acordo de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado entre a União Europeia e a Moldávia.

O cerne da política externa da Transnístria não sofreu grandes variações com o passar dos anos, sobressaindo o seu carácter marcadamente pró-russo, especialmente com as duas presidências mais recentes. Após a volatilidade de Smirnov, Shevchuk, apesar de candidato independente, rapidamente se direcionou para uma cooperação ativa com o regime russo, sendo que Krasnoselsky continuou no caminho do seu predecessor direto e procurou alcançar um desenvolvimento da Transnístria sincrónico com uma constante proximidade a Moscovo (Telenko & Prysiazhniuk, 2021). É importante, no entanto, denotar que, independentemente do sucesso das abordagens da Transnístria,

⁵⁹ "Despite a relatively clear goal of maintaining influence and a few key aims meant to achieve this goal (...) there is little evidence of a concerted, overall plan."; tradução livre do original

algumas das metas estabelecidas não se parecem tão passíveis de realizar quanto outras. Apesar de constar como objetivo primário da Transnístria, a obtenção de uma independência formalmente reconhecida nunca se mostrou provável, sendo que a própria Rússia, que mantém o Estado *de facto*, não reconhece a sua soberania e, caso o fizesse, o mais certo seria esta ter um impacto mínimo, à semelhança dos casos da Abecásia e Ossétia do Sul e, por conseguinte, o estatuto da Transnístria não sofreria grandes alterações. Simultaneamente, a incorporação em qualquer um dos Estados acima mencionados sempre se apresentou como difícil de se realizar. A adesão à Federação Russa viria fortemente prejudicar e limitar a influência desta sobre a Moldávia e torná-la menos eslava, cenário que a Rússia deseja evitar a todo o custo. Ademais, uma incorporação da Transnístria em território ucraniano encorajaria as minorias do país e os Estados que outrora governaram terras atualmente sob domínio da Ucrânia a procurar uma solução semelhante, não se mostrando Kiev inclinado a favor deste cenário. Por fim, a Moldávia, desde o início, bateu o pé em como não aceitaria uma confederação com a Transnístria ou uma segunda iteração do Memorando Kozak (Kosienkowski, 2012).

5. CONCLUSÃO

Este estudo surgiu da observação do caso moldavo-transnístrio enquanto o único conflito gelado no espaço pós-soviético a não ter reaquecido e da Transnístria enquanto o único Estado *de facto* resultante da queda da URSS a não experienciar confrontos violentos desde o fim do conflito inicial até aos dias de hoje. O despoletar da guerra russo-ucraniana veio trazer ainda mais relevância a este caso, potencialmente ultrapassando os picos atingidos aquando da intervenção bélica da Rússia na Abecásia e Ossétia do Sul em 2008 e da anexação da Crimeia e consequente início do conflito no Donbass em 2014, observando-se uma grande instabilidade regional que poderá pôr em causa a manutenção do *status quo* da Transnístria e respetiva disputa com a Moldávia. Tendo isto em conta, a presente investigação procurou responder à pergunta "Porque é que o conflito moldavo-transnístrio não voltou a experienciar confrontos armados desde o início do século até ao final de 2021?" e explicar quais as condições que se reuniram para permitir que a ausência de conflito vigorasse na região, olhando para o histórico e características da Transnístria, analisando a sua importância estratégica para a Rússia, como esta a tem vindo a sustentar e a política externa e ações levadas a cabo pelo próprio regime transnístrio face à Federação Russa e aos seus dois vizinhos, a Ucrânia e a Moldávia,

que contribuíram para a preservação do estatuto *de facto* transnístrio e da condição "gelada" do conflito.

A perspetiva teórica escolhida para a análise do estudo foi o realismo. Considerando as características do Sistema Internacional em que os Estados se inserem, anárquico e centrado no conflito, o realismo argumenta que estes vão procurar garantir a sua segurança e, acima de tudo, a sua sobrevivência. Vigora igualmente um clima de medo face às ações dos demais Estados, que podem ameaçar um determinado Estado em detrimento da sua própria segurança e sobrevivência. É neste cenário que o conflito moldavo-transnístrio se insere. A Transnístria procura garantir o domínio sobre o seu território e assegurar a sua sobrevivência, a continuidade da sua existência. Por outro lado, a Moldávia tem como objetivo final a governação *de facto* integral do seu território, entrando em rota de colisão os interesses de ambas as partes. Simultaneamente, a política externa russa apresenta-se expansionista, tendo como objetivo assegurar a sua hegemonia sobre o espaço pós-soviético e combater a expansão ocidental no território, que ameaça os seus interesses. O realismo e as suas vertentes enquadram também o próprio papel da Transnístria na região, papel esse por detrás do apoio que a Rússia presta ao território. Tiraspol funciona enquanto um satélite de influência russa numa região onde os seus países vizinhos caminham em direção à NATO e à UE, potências opositoras da Federação, e Moscovo utiliza o território e o seu apoio ao mesmo para impedir que um destes países vizinhos, a Moldávia, integre as instituições ocidentais mencionadas. Assim, a Transnístria promove os interesses da Rússia na região, ao manter Chisinau sob a área de influência da Federação, mesmo que isto vá contra os interesses da Moldávia.

Após se tratar a história da Transnístria e do conflito moldavo-transnístrio no primeiro capítulo, onde nos é possível compreender as nuances na origem de ambos, como a entidade da Transnístria se distinguiu da moldava e identificar questões de discórdia que perduram até à atualidade, nomeadamente o medo transnístrio de integração na Roménia, a recusa moldava em abdicar do território que considera seu e a recusa de Tiraspol em integrar um Estado governado exclusivamente por moldavos, o segundo capítulo analisou as características geopolíticas e económicas da Transnístria. Estabeleceu-se a dependência do território em apoio externo, graças à sua escassez de recursos internos, bem como a severa crise económica que o caracteriza, sendo que o perfil autoritário do seu regime de Tiraspol o isola. Analisando como estas características internas contribuíram para a manutenção da Transnístria e do seu *status quo*, conclui-se que foi a intervenção externa o que garantiu a sobrevivência da Transnístria até aos dias de hoje e que, sozinha, está economicamente

inviável. No entanto, apesar de a sua população se apresentar enquanto pluriétnica, tal não prejudicou a estabilidade do território até agora, graças a uma política de diversidade da Transnistria simbólica. Ao misturar práticas de homogeneização cultural e linguística russa com a manutenção de instituições que servem os falantes doutras línguas, nomeadamente moldavo e ucraniano, cria-se a imagem de uma Transnistria multiétnica e coesa junto da população local. Simultaneamente, a forte taxa migratória que caracteriza a região, juntamente com o caráter repressivo do regime, limita a margem para uma revolução popular, já que aqueles que permanecem no território são normalmente as crianças e os mais idosos.

Procurou-se no capítulo terceiro analisar o que está por detrás do contínuo apoio russo à Transnistria. Após contemplar a mais recente política externa russa, podemos compreender que o foco da Federação Russa no território se deve ao papel que esta desempenha na disputa hegemónica entre Moscovo e as instituições ocidentais pela influência no Leste Europeu. A Rússia considera os avanços da UE e da NATO sobre o espaço pós-soviético e seu *near abroad* como um golpe contra a sua hegemonia regional, pretendendo enfraquecê-la. A existência da Transnistria, assumidamente pró-russa, dentro dos limites internacionalmente reconhecidos da República da Moldávia, que se recusa a prescindir do território, fornece à Rússia uma ferramenta para manter Chisinau fora do eixo ocidental. Para tal, Moscovo participa nas negociações para a resolução do conflito, defendendo Tiraspol, e sustenta o Estado *de facto* transnístrio aos mais diversos níveis, influenciando também os acontecimentos políticos dentro do território, criando no seu ceio uma imagem da Federação enquanto sua salvadora. Contudo, a Rússia insiste em não reconhecer a soberania da Transnistria, uma vez que serve os seus interesses manter Tiraspol dentro do domínio de Chisinau para controlar este último. Observa-se, então, que existe uma manutenção do *status quo*, devido à projeção de interesses da Federação Russa para a região.

O quarto capítulo focou-se na análise da política externa da Transnistria face aos principais atores estatais da região. Conclui-se que os objetivos da primeira face a estes não sofreram grandes variações ao longo do tempo, prendendo-se com a preservação do estatuto transnístrio, garantir a continuidade do apoio russo, assegurar a neutralidade ucraniana ou o seu apoio em caso de nova escalada de tensões e a manutenção da independência face à República da Moldávia. O que variou foram as abordagens tomadas para atingir estas metas, sendo que o Igor Smirnov optou por métodos mais confrontativos, que antagonizaram os diversos atores estatais e causaram tensões e o medo de uma aparente nova escalada do conflito. Yevgeny Shevchuk e Vadim Krasnoselsky, por outro lado,

focaram-se em estabelecer relações bilaterais estáveis e aprofundar a cooperação entre a Transnístria e os Estados abordados, o que veio amenizar as tensões entre si e ajudou a desenvolver o próprio território.

É possível concluir que a principal razão por detrás da manutenção do *status quo* da questão moldavo-transnístria e pela qual não houve um retorno do conflito armado não se deve exclusivamente a um único fator. No entanto, os interesses russos para a região encontram-se no seu centro, sendo que as principais metas da política externa russa para o seu *near abroad*, o qual a Moldávia e a Transnístria integram, explicam o apoio russo a Tiraspol e o interesse da Federação em prolongar a conjuntura atual do conflito. Contudo, a nível interno, a política de diversidade da Transnístria e a forte taxa de migração, sobretudo entre a população ativa, detêm um papel na preservação deste estatuto transnístrio, tornando menos prováveis no ceio de Tiraspol revoltas contra o regime, enquanto a sua política externa procura desenvolver e assegurar a continuidade da Transnístria através do aprofundamento das relações bilaterais com os seus vizinhos, para além da Rússia. Olhando para a política externa de Krasnoselsky, esta envergou por uma via semelhante à do seu predecessor, focando-se em desenvolver as relações de Tiraspol com os atores estatais trabalhados, dando primazia à Rússia como chave para o desenvolvimento transnístrio e, apesar da cooperação, mantendo uma postura mais confrontativa face à Moldávia.

Relativamente a futuras vias de investigação, é essencial ter em conta a guerra russo-ucraniana e o seu eventual resultado. Contudo, existem aspetos interessantes que poderão ser investigados independentemente do desenlace, nomeadamente o impacto do término da guerra na região e no conflito moldavo-transnístrio. Alternativamente, numa altura em que Chisinau procura cada vez mais aliar-se ou mesmo integrar-se nos mecanismos ocidentais, uma outra via prender-se-ia com a presidência pró-ocidental de Maia Sandu e os seus efeitos que nas relações da Moldávia com a Transnístria ou outros atores regionais, bem como o seu papel no *status quo* do conflito. Uma outra futura via de investigação poderia recair sobre o papel da NATO no Leste Europeu num cenário pós-guerra ou mesmo de que forma uma possível entrada da Ucrânia na NATO e na UE poderia influenciar o conflito moldavo-transnístrio, especialmente tendo em conta a postura pró-Occidente de Maia Sandu.

6. BIBLIOGRAFIA

Agreement on the Principles for a Peaceful Settlement of the Armed Conflict in the Dniester Region of the Republic of Moldova. Federação Russa-República da Moldávia. Julho 21. 1992.

<https://peacemaker.un.org/moldova-peacefullsettlementdniestr92>

Ashworth, L. M. (2002). Did the Realist-Idealist Great Debate Really Happen? a Revisionist History of International Relations. *International Relations*, 16(1), 33–51.

<https://doi.org/10.1177/0047117802016001004>

Ataman, M. (2003). The Impact of Non-State Actors on World Politics: A Challenge to Nation-States. *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, 2(1), 42–66.

<https://dergipark.org.tr/tr/download/article-file/19401>

Atanesyan, A. (2020). *Media Framing on Armed Conflicts: Limits of Peace Journalism on the Nagorno-Karabakh Conflict.* *Journal of Intervention and Statebuilding*, 1–17.

doi:10.1080/17502977.2020.1780018

Blakkisrud, H., & Kolstø, P. (2011). *From Secessionist Conflict Toward a Functioning State: Processes of State- and Nation-Building in Transnistria.*, 27(2), 178–210. doi:10.2747/1060-586x.27.2.178

Bebler, A. (Ed.). (2015). *“Frozen conflicts” in Europe* (1st ed.). Verlag Barbara Budrich.

<http://www.jstor.org/stable/j.ctvdf0bmg>

Cafiero, G. (2022, August 01). Eye on Moldova: Keeping the Peace in Transnistria as War Ravages Ukraine. *American Security Project.* <https://www.americansecurityproject.org/eye-on-moldova-keeping-the-peace-in-transnistria-as-war-ravages-ukraine/>

Caixeta Arraes, V., & Gomes Nogueira, M. (2020). A Guerra Russo-Georgiana (2008): a inovação tecnológica em campo. *Meridiano 47 - Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*. 21, 1-15. doi: 10.20889/M47e21001

Calugareanu, V., & Verseck, K. (2023, January 14). Will the war in Ukraine spell the end of Transnistria? *Dw.Com.* <https://www.dw.com/en/will-the-war-in-ukraine-spell-the-end-of-transnistria/a-64363639>

Chavez-Fregoso, C., & Živković, N. (2012). Western Sahara: A frozen conflict. *Journal of Regional Security*, 7(2), 139–150. <https://doi.org/10.11643/issn.2217-995x122spz21>

- Cheba, E. (2023, March 02). Can Transnistria be reintegrated with Moldova? How it might work. *JAM-news*. <https://jam-news.net/reintegration-of-transnistria/>
- Cimmino, R. (2019). The Transnistrian Gambit: Russia in Moldova. *Harvard International Review*, 40(1), 15-17. <https://hir.harvard.edu/the-transnistrian-gambit-russia-in-moldova/>
- Clancy, M. A., & Nagle, J. (2009). *Frozen Conflicts, Minority Self-Governance, Asymmetrical Autonomies – In search of a framework for conflict management and conflict resolution*. https://www.researchgate.net/publication/339483575_Frozen_Conflicts_Minority_Self-Governance_Asymmetrical_Autonomies_In_search_of_a_framework_for_conflict_management_and_conflict_resolution
- Coakley, A. (2022, February 11). Ukraine crisis ‘very sensitive’ for Russia-backed breakaway state. *Al Jazeera*. <https://www.aljazeera.com/news/2022/2/11/transnistria-ukraine-crisis>
- Cojocaru, N. (2006). NATIONALISM AND IDENTITY IN TRANSNISTRIA. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 19(3-4), 261–272. doi:10.1080/13511610601029813
- Complete and unconditional withdrawal of foreign military forces from the territory of the Republic of Moldova : resolution / adopted by the General Assembly*. UNGA, 72nd Sess, Supp No 49, UN Doc A/72/L.58 (2018) <https://digitallibrary.un.org/record/1629890?ln=en>
- Corrêa Ribeiro, R. (2016) Assimetrias da política externa russa para a Crimeia e a Transnistria. *Conjuntura Internacional*, 13(2), 102-110. doi: 10.5752/p.1809-6182.2016v13n2p102.
- Crivenco, A. & von Löwis, S. (2022). Shrinking Transnistria. Trends and Effects of Demographic Decline in a De Facto State. *Comparative Southeast European Studies*, 70(1), 47-79. <https://doi.org/10.1515/soeu-2021-0089>
- Cruz, M., & Fernandes, S. (2022). A Rússia na Conflitualidade Internacional: uma Matriz Geográfica. *Nação e Defesa*, 161(1), 93-114. https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/nacao/Documents/NeD161/NeDef161_5_MarcoCruz_SandraFernandes.pdf
- Cuppuleri, A. (2020). Power and Conflict in Russia’s Borderlands. *The Post-Soviet Geopolitics of Dispute Resolution. Europe-Asia Studies*, 72(8), 1433–1434. doi:10.1080/09668136.2020.1814609
- De Waal, T. (2018, March 06). Moldova’s Conflict: Unfreezing, In a Good Way?. *Carnegie Endowment for International Peace*. <https://carnegieeurope.eu/strategieurope/75712>

- Della Porta, D., & Keating, M. (2008). How many approaches in the social sciences? An epistemological introduction. In D. Della Porta & M. Keating (Eds.), *Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective* (pp. 19-39). Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/CBO9780511801938.003
- Demińska, M., & Mérand, F. (2019). The role of international brokers in frozen conflicts: the case of Transnistria. *Asia Europe Journal*, 17(1), 15-30. <https://doi.org/10.1007/s10308-018-0522-9>
- Devetak, R. (2011). An Introduction to International Relations: The origins and changing agendas of a discipline. In R. Devetak, A. Burke, & J. George (Eds.), *An Introduction to International Relations*, 1-20. Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/CBO9781139196598.002
- Devyatkov, A. (2012). Russian Policy Toward Transnistria. *Problems of Post-Communism*, 59(3), 53–62. doi:10.2753/ppc1075-8216590305
- Dobrescu, M. (2015). *EU security practices in Eastern Europe: extending European peace or managing risks?* <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/107681/1/819306185.pdf>
- Domingues, A. M. (2021). *Interdependence as a risk factor for security: the energy relationship between Russia and the European Union* (Master's thesis, Universidade do Minho). <https://hdl.handle.net/1822/74739>
- Fernandes, S. (2021). Rússia: estratégia de Segurança Nacional. In Seabra, P. (coord.), *Documentos Estratégicos de Segurança e Defesa*, 121-130. Instituto da Defesa Nacional. <https://hdl.handle.net/1822/83811>
- Fernandes, S., & Cruz, M. (2022). The security dilemma in Russia's new national security strategy: between militarism and being a geographical pivot. In *Janus.net, E-journal of International Relations*, 13(1). <https://doi.org/10.26619/1647-7251.13.1.1>
- Fernández-Molina, I. (2019). Bottom-up change in frozen conflicts: Transnational struggles and mechanisms of recognition in Western Sahara. *Review of International Studies*, 45(3), 407–430. <https://doi.org/10.1017/s0260210518000578>
- Florea, A. (2014). De Facto States in International Politics (1945–2011): A New Data Set. *International Interactions*, 40(5), 788–811. <https://doi.org/10.1080/03050629.2014.915543>
- Franco, L. (2016). Sem degelo na Transnistria. *Janus.net*, 6(2), 74-75. <http://hdl.handle.net/11144/2940>

- Frear, T. (2015, March 24). New Realities: The Ukrainian Approach to Transnistria. *European Leadership Network*. <https://www.europeanleadershipnetwork.org/commentary/new-realities-the-ukrainian-approach-to-transnistria/>
- Gerring, J. (2004). 'What is a case study and what is it good for?', *The American Political Science Review*, 98(2), 341-354. <https://www.jstor.org/stable/4145316>
- Grant, Thomas D. (2017) "Frozen Conflicts and International Law," *Cornell International Law Journal*: Vol. 50 : No. 3 , Article 1. <https://scholarship.law.cornell.edu/cilj/vol50/iss3/1>
- Harrel, K. (2009). *Trafficking in Transnistria: The Role of Russia* (Master's thesis, American University). <https://dra.american.edu/islandora/object/0809capstones:204/datastream/PDF/view>
- Herd, G. P. (2021, December 8). Russia's 21st Century Imperialism. *Journal of European Security and Defense Issues*. <https://perconcordiam.com/russias-21st-century-imperialism/>
- Hewitt, G. (2009). Abkhazia and Georgia: Time for a Reassessment. *Brown Journal of World Affairs*, 15(2), 183–196. <https://eds.p.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=0&sid=0605dfe6-4779-4c6a-94ee-013ce035168d%40redis> (accedido a 5/10/2022, 22:55)
- Jarzabek, H. (2019, January 19). Transnistria: the price of unilateral independence. *Equal Times*. <https://www.equaltimes.org/transnistria-the-price-of#.YRIFlhKiUI>
- Jehangir, H. (2012). Realism, liberalism and the possibilities of peace. *E-International Relations*. <https://www.e-ir.info/2012/02/19/realism-liberalism-and-the-possibilities-of-peace/>
- Katzenstein, P., & Sil, R. (2009). Eclectic Theorizing in the Study and Practice of International Relations. *The Oxford Handbook of International Relations*, 109–130. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199219322.003.0006>
- Klosek, K. C., Bahenský, V., Smetana, M., & Ludvík, J. (2020). Frozen conflicts in world politics: A new dataset. *Journal of Peace Research*, 58(4), 849–858. <https://doi.org/10.1177/0022343320929726>
- Kolstø, P. (2014, June 11). *Transnistria is a bridge too far for Russia*. Open Democracy. <https://www.opendemocracy.net/en/odr/transnistria-is-bridge-too-far-for-russia/>
- Kolstø, P. (2020): Authoritarian Diffusion, or the Geopolitics of Self-Interest? Evidence from Russia's Patron–Client Relations with Eurasia's *De Facto* States, *Europe-Asia Studies*, DOI: 10.1080/09668136.2020.1806209

- Kosienkowski, M. (2012). Continuity and Change in Transnistria's Foreign Policy after the 2011 Presidential Elections. *Lublin: The Catholic University of Lublin Publishing House*.
https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2143330
- Kosienkowski, M. (2019). The patron-client relationship between Russia and Transnistria. In *De Facto States in Eurasia*, ed. Tomáš Hoch and Vincenc Kopeček (Abingdon: Routledge, 2019), 183–207, DOI: 10.4324/9780429244049-14
- Kristensen, P. M. (2018). International Relations at the End: A Sociological Autopsy. *International Studies Quarterly*, 62(2), 245–259. <https://doi.org/10.1093/isq/sqy002>
- Lachert, J. (2019). *Post-Soviet Frozen Conflicts: A Challenge for European Security*. Warsaw Institute.
<https://warsawinstitute.org/post-soviet-frozen-conflicts-challenge-european-security/>
- Laksmana, E. (2013, January 23). *Realism and Non-State Actors Revisited*. E-International Relations.
<https://www.e-ir.info/2013/01/22/realism-and-non-state-actors-revisited/>
- Lambert-Deslandes, É. (2022, October 16). Balancing, Bandwagoning And Power Maximization: Nato Enlargement Through The Lens Of Offensive Realism. *Journal of Military and Strategic Studies*, 22(1), 175-206. <https://jmss.org/article/view/76240>
- Leontiev, L. (2022). Governance and Human Rights in Transnistria: Between Theory and Praxis. *Demokratizatsiya: The Journal of Post-Soviet Democratization*, 30(3), 333–355.
<https://www.muse.jhu.edu/article/860671>.
- Levy, A. (2011). The European Union Border Assistance Mission (EUBAM) and the Remote Control Border: Managing Moldova. In L. Bialasiewicz (Ed.), *Europe in the World: Geopolitics and the Making of European Space* (pp. 153-184).
[https://books.google.pt/books?hl=en&lr=&id=1deSMoF5WNAC&oi=fnd&pg=PA153&dq=The+European+Union+border+assistance+mission+\(EUBAM\)+and+the+remote+control+border:+Managing+Moldova&ots=QW_gkklJg&sig=3GWWm-p8WkfBEaa_Z40tt9aVM7Q&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?hl=en&lr=&id=1deSMoF5WNAC&oi=fnd&pg=PA153&dq=The+European+Union+border+assistance+mission+(EUBAM)+and+the+remote+control+border:+Managing+Moldova&ots=QW_gkklJg&sig=3GWWm-p8WkfBEaa_Z40tt9aVM7Q&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)
- Lungu, K. (2016, September 1). *Transnistria: From entropy to exodus*. European Council on Foreign Relations. https://ecfr.eu/article/essay_transnistria_from_entropy_to_exodus/
- Marandici, I., & Leşanu, A. (2021). The Political Economy of the Post-Soviet De Facto States: A Paired Comparison of Transnistria and the Donetsk People's Republic. *Problems of Post-Communism*, 68(4), 339–351. <https://doi.org/10.1080/10758216.2020.1785317>

Marsh, D., & Furlong, P. (2002). A skin not a sweater: epistemology and ontology in political science. In D. Marsh and G. Toker (Eds), *Theory and Methods in Political Science* (pp. 17-32). New York: Palgrave

Mearsheimer, J. J. (2001). *The Tragedy of Great Power Politics*. W.W. Norton & Company.

Meira, L. C. D. (2021). *Política Externa Russa para o conflito moldavo-transnístrio* (Master's thesis, Universidade NOVA de Lisboa). <https://run.unl.pt/handle/10362/123399>

Mendes, P. E. (2019). As teorias principais das Relações Internacionais: Uma avaliação do progresso da disciplina. *Relações Internacionais (R:I)*, (61), 95-122. <https://doi.org/10.23906/ri2019.61a08>

Moïsi, D. (2022, February 09). Vladimir Putin, On the Way To A New Russian Imperialism?. *Institut Montaigne*. <https://www.institutmontaigne.org/en/expressions/vladimir-putin-way-new-russian-imperialism>

Moldova's New Government's Stance on Transnistria. (2019, July 25). Warsaw Institute. <https://warsawinstitute.org/moldovas-new-governments-stance-transnistria/>

Morgenthau, H. J. (1978). Six Principles of Political Realism. In A. A. Knopf (Ed.) *Politics among nations: The struggle for power and peace*. (5th ed., pp. 4-15). New York. <https://pdf4pro.com/view/hans-j-morgenthau-politics-among-nations-the-struggle-4104ce.html>

Necsutu, M. (2018, January 24). Russia Dismisses Compensating Moldova for 'Occupying' Transnistria. *Balkan Insight*. <https://balkaninsight.com/2018/01/24/russia-slams-moldova-s-demand-for-compensations-in-transnistria-01-24-2018/>

Necsutu, M. (2019, September 26). Russia Pulls Transnistria Strings, with Eye on Ukraine. *Balkan Insight*. <https://balkaninsight.com/2019/09/26/russia-pulls-transnistria-strings-with-eye-on-ukraine/>

Necsutu, M. (2021, July 26). Moldova's new government has an old problem: Transnistria. Can it solve it?. *Euronews*. <https://www.euronews.com/my-europe/2021/07/23/moldova-s-new-government-has-an-old-problem-transnistria-can-it-solve-it>

Nye, J. S., & Keohane, R. O. (1971). Transnational Relations and World Politics: An Introduction. *International Organization*, 25(3), 329–349. <http://www.jstor.org/stable/2706043>

O'Loughlin, J., Kolosov, V., & Toal, G. (2014). *Inside the post-Soviet de facto states: a comparison of attitudes in Abkhazia, Nagorny Karabakh, South Ossetia, and Transnistria*. *Eurasian Geography and Economics*, 55(5), 423–456. doi:10.1080/15387216.2015.1012644

O'Loughlin, J., Toal, G., & Kolosov, V. (2016). *Who identifies with the "Russian World"? Geopolitical attitudes in southeastern Ukraine, Crimea, Abkhazia, South Ossetia, and Transnistria*. *Eurasian Geography and Economics*, 57(6), 745–778. doi:10.1080/15387216.2017.1295275

O'Reilly, K., & Higgins, N. (2008). *The Role of the Russian Federation in the Pridnestrovian Conflict: An International Humanitarian Law Perspective*. *Irish Studies in International Affairs*, 19, 57-72. <http://www.jstor.org/stable/25469836>

Osborn, A., & Ostroukh, A. (2021, December 12). Putin rues Soviet collapse as demise of "historical Russia." *Reuters*. <https://www.reuters.com/world/europe/putin-rues-soviet-collapse-demise-historical-russia-2021-12-12/>

Osipov, A., & Vasilevich, H. (2019). Transnistrian Nation-Building: A Case of Effective Diversity Policies? *Nationalities Papers*, 47(6), 983-999. doi:10.1017/nps.2018.26

Pierman, G. (2015). The Grand Strategy of Nonstate Actors: Theory and Implications. *Journal of Strategic Security*, 8(4), 69–78. <https://doi.org/10.5038/1944-0472.8.4.1452>

Pinto, J. M. B. (2019). *O conflito armado Russo-Georgiano - Um bloqueio no espaço pós-soviético* (Master's thesis, Universidade NOVA de Lisboa). <http://hdl.handle.net/10362/70303>

Porzucki, N. (2014, March 24). Where's Transnistria? And why do people there hope Russia will annex them next?. *The World*. <https://www.pri.org/stories/2014-03-24/wheres-transnistria-and-why-do-people-there-hope-russia-will-annex-them-next>

Press conference of the PMR President Vadim Krasnoselsky on the eve of the 31st anniversary of the formation of the PMR. (2021, August 31). President of the Pridnestrovian Moldavian Republic. <https://en.president.gospmr.org/press-sluzhba/novosti/press-konferentsiya-prezidenta-pmr-vadima-kranoseljskogo-v-preddverii-31-y-godovschini-obrazovaniya-pmr.html>

Press conference of the PMR President Vadim Krasnoselsky. (2019, August 29). President of the Pridnestrovian Moldavian Republic. <https://en.president.gospmr.org/press-sluzhba/novosti/press-konferentsiya-vadima-kranoseljskogo.html>

- Rodkiewicz, W. (2012). Russia's strategy towards Moldova: continuation or change? *OSW COMMENTARY*, 74, 1–6. <https://www.osw.waw.pl/en/publikacje/osw-commentary/2012-04-19/russias-strategy-towards-moldova-continuation-or-change>
- Rogstad, A. (2016). *The Next Crimea? Problems of Post-Communism*, 65(1), 49–64. doi:10.1080/10758216.2016.1237855
- Rosca, M. (2019, June 27). Moldova's new PM sets pro-Western course. *Politico*. <https://www.politico.eu/article/maia-sandu-moldovan-pm-aims-for-pro-western-course/>
- Russia Defends 'Peacekeepers' the New Moldovan President Wants Out December. (2020, December 7). *Polygraph.info*. <https://www.polygraph.info/a/russia-defends-peacekeepers-the-new-moldovan-president-wants-out/30984597.html>
- Sanchez, W. A. (2009). The “Frozen” Southeast: How the Moldova-Transnistria Question has Become a European Geo-Security Issue. *The Journal of Slavic Military Studies*, 22(2), 153–176. <https://doi.org/10.1080/13518040902917917>
- Solovyov, V. (2022, September 22). Ukraine War Risks Repercussions for Transnistria. *Carnegie Endowment for International Peace*. <https://carnegieendowment.org/politika/87986>
- Sotiriou, S. A. (2017, December 19). The Irreversibility of History. *Problems of Post-Communism*, 66(3), 172–185. <https://doi.org/10.1080/10758216.2017.1406310>
- Smetana, M., & Ludvík, J. (2018). Between war and peace: a dynamic reconceptualization of “frozen conflicts.” *Asia Europe Journal*, 17(1), 1–14. <https://doi.org/10.1007/s10308-018-0521-x>
- Smith, M. (2017). Civilian Police and Monitoring Missions. In *Europe's Common Security and Defence Policy: Capacity-Building, Experiential Learning, and Institutional Change* (pp. 128-172). doi:10.1017/9781316779545.005
- Socor, V. (2018, September 20). *De-Sovereignization: Testing a Conflict-Resolution Model at Moldova's Expense in Transnistria (Part One)*. <https://jamestown.org/program/de-sovereignization-testing-a-conflict-resolution-model-at-moldovas-expense-in-transnistria-part-one/>
- Socor, V. (2018, September 26). *De-Sovereignization: Testing a Conflict-Resolution Model at Moldova's Expense in Transnistria (Part Two)*. <https://jamestown.org/program/de-sovereignization-testing-a-conflict-resolution-model-at-moldovas-expense-in-transnistria-part-two/>

Telenko, O., & Prysiazniuk, Y. (2021). Cursory Viewpoint on Transnistria as the Focus of the Russian Federation Policy. *Strategic Review / Przegląd Strategiczny*, 11(14), 215–234. <https://doi.org/10.14746/ps.2021.1.13>

The first attacks in Russia after Maia Sandu's victory. Zhirinovskiy: Chisinau will try to occupy Transnistria by military means. We have to defend it. (2020, November 18). *Newsbeezzer*. <https://newsbeezzer.com/romaniaeng/the-first-attacks-in-russia-after-maia-sandus-victory-zhirinovskiy-chisinau-will-try-to-occupy-transnistria-by-military-means-we-have-to-defend-it/>

Uppsala Conflict Data Program. (2021). *Moldova: Dniestr*. Uppsala: Department of Peace and Conflict Research, Uppsala Universitet, <https://ucdp.uu.se/conflict/394>

Ukraine's stance on Transnistria remains unchanged – Zelensky. (2021, January 12). *Ukrinform*. <https://www.ukrinform.net/rubric-politics/3169546-ukraines-stance-on-transnistria-remains-unchanged-zelensky.html>

Valensi, C. (2015). Non-State Actors: A Theoretical Limitation in a Changing Middle East. *Military and Strategic Affairs*, 7(1), 59–78. <https://www.inss.org.il/publication/non-state-actors-a-theoretical-limitation-in-a-changing-middle-east/>

Vitaly Ignatiev Met with Ambassador-at-Large of the Russian Foreign Ministry Vitaly Tryapitsyn. (2021). Ministry of Foreign Affairs. <http://mid.gospmr.org/en/node/8442>

Walt, S. M. (1998). International Relations: One World, Many Theories. *Foreign Policy*, 110, 29-46. <https://doi.org/10.2307/1149275>

Waltz, Kenneth N. 1979. *Theory of International Politics*. New York: McGrawHill. [http://slantchev.ucsd.edu/courses/ps240/03%20Anarchy,%20Hierarchy,%20and%20Sovereignty/Waltz%20-%20Theory%20of%20International%20Politics%20\(Ch%205-8\).pdf](http://slantchev.ucsd.edu/courses/ps240/03%20Anarchy,%20Hierarchy,%20and%20Sovereignty/Waltz%20-%20Theory%20of%20International%20Politics%20(Ch%205-8).pdf)

Wilson, A. (2022, January 21). Moldovan lessons for the Ukraine conflict. *European Council on Foreign Relations*. <https://ecfr.eu/article/moldovan-lessons-for-the-ukraine-conflict/>

Wivel, A. (2018). Realism and peaceful change. *E-International Relations*. <https://www.e-ir.info/2018/02/09/realism-and-peaceful-change/#:~:text=Realists%20agree%20with%20most%20standard,does%20not%20equal%20power%20of> [ree](https://www.e-ir.info/2018/02/09/realism-and-peaceful-change/#:~:text=Realists%20agree%20with%20most%20standard,does%20not%20equal%20power%20of).

Zadeskey, W. (2022). Transnistria: The History Behind the Russian-backed Region. (2022). *Origins: Current Events in Historical Perspective*, 1–22. https://origins.osu.edu/read/transnistria-history-behind-russian-backed-region?language_content_entity=en

Zoria, Y. (2017, July 21). Ukraine helps Moldova regain control over border in Transnistrian region. *Euromaidan Press*. <http://euromaidanpress.com/2017/07/21/ukraine-helps-moldova-regain-control-over-border-in-transnistria-region/>